

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

<i>Calvino Filho</i> — E' a URSS uma potência imperialista?	1
<i>L. Taiguin</i> — O desenvolvimento da democracia nos países da Europa oriental	11
O que está certo e o que está errado	19
<i>Sabença</i> — A indústria siderúrgica	21
Sínteses	28
O pensamento de Stálin	29
<i>Lesnik</i> — As liberdades políticas na União Soviética	31
<i>Lénin</i> — Marxismo e revisionismo	63
Ditadura do capital escravizador	70
Ignorância e reacionarismo	71
<i>Stálin</i> — Como se dividiu o mundo	76
<i>Angrand</i> — A filosofia ao alcance de todos	77
<i>Prestes</i> — 27 de novembro de 1935	81
<i>Segal</i> — A vitória do socialismo	87
Questões de economia política	89
O pensamento de Lénin	98
Perguntas e respostas	99
<i>Hook</i> — Para compreender e interpretar Marx	101
<i>Marx</i> — Os camponeses na Alemanha	114
<i>Prenant</i> — Biologia e marxismo	115
Pequeno Dicionário Marxista	123

ANO II

10 DE JANEIRO 1947

N.º 13

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação quinzenal

Sai aos dias 10 e 25 de cada mês

Direção de

Calvino Filho

e

S. O. Hersen

Redação e Administração

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Brasil

Número em circulação... Cr\$ 7,00

Número atrasado Cr\$ 10,00

ASSINATURAS

Para o Brasil:

Anual (24 números) .. Cr\$ 140,00

Semestral (12 números) Cr\$ 70,00

Trimestral (6 números) Cr\$ 35,00

Para o Exterior:

Anual — 7 dólares americanos.

As assinaturas começam da data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sob registro.

Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro

Foi publicado no número 12 de *Divulgação Marxista*:

Calvino, A URSS é uma potência imperialista? A economia capitalista em tempo de guerra; Lipetsker, O direito de propriedade na União Soviética; A. Vanick, Que conseqüências advirão de Volta Redonda para o desenvolvimento econômico do Brasil?; Perguntas e respostas; Anggrand, A filosofia ao alcance de todos; A população brasileira segundo a cor, o estado civil, a nacionalida-

de, a instrução e suas atividades principais; E. Varga, As peculiaridades da política interna e externa dos países capitalistas na época da crise geral do capitalismo; Ignorância e reacionarismo; Leontiev, O método soviético de industrialização; Questões de economia política; Galkin, A Comuna de Paris de 1871; Hock, Para compreender e interpretar Marx; Marx, A bondade cristã; Prado, Exploração de jazidas no Brasil colonial; Lênin, Para os reacionários lerem; Prenant, Biologia e marxismo; Pequeno Dicionário Marxista; Índice geral de toda a matéria publicada nos 12 primeiros números de *Divulgação Marxista*, etc..

AJUDE-NOS A DIFUNDIR DIVULGAÇÃO MARXISTA

Pedimos aos leitores do interior nos enviem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

DESCONTO DE 20 %

A quantos comprarem de uma só vez e de um só número desta revista um mínimo de 5 exemplares, em nossa redação, abonaremos o desconto de 20 %. Os leitores do interior que desejarem gozar do desconto acima, bastarão fazer seus pedidos pelo Serviço de Reembolso Postal, prático e eficiente.

LEIA DIVULGAÇÃO MARXISTA DE GRAÇA

Faça com que 10 pessoas das suas relações, por ser intermédio, assinem esta revista e conquiste, como prêmio, uma assinatura gratuita.

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Ano II

Diretores: Calvino Filho e S. O. Hersen

N.º 13

É A U. R. S. S. UMA POTENCIA IMPERIALISTA ?

CALVINO FILHO.

(Conclusão)

Na primeira parte já publicada deste trabalho, no último número desta revista, demonstramos que a URSS, pelo facto de ser uma Federação de países socialistas, não pode, em hipótese alguma, ser uma nação guerreira, agressora e escravizadora de povos, tais como as conhecidas nações capitalistas, bem como, por conseqüência, a política externa da URSS tem sido de defesa dos povos fracos contra os imperialismos rapaces.

Nesta parte do trabalho, que hoje se publica, limito-me a demonstrar, baseado na ação histórica do Partido Comunista (b) da URSS, que os comunistas, ao contrário dos capitalistas imperialistas, desenvolveram uma política real de elevação econômica, cultural e nacional em todos os países que existiam como colônias e semi-colônias na periferia da Grande Rússia Tsarista.

Desta forma, teremos provado que:

Teoricamente — os comunistas defendem a liberdade, autodeterminação e progresso de todos os países, indistintamente, o que significa política de emancipação dos trabalhadores de todos os países.

Praticamente — os comunistas, pela *palavra*, nas Ligas e Uniões internacionais, defenderam seus postulados teóricos; pelas *armas*, esmagaram o fascismo, o pior inimigo dos trabalhadores; e, *quando tiveram oportunidade*, com a tomada do poder na Rússia, elevaram todos os atrasados e oprimidos povos coloniais da periferia da antiga Grande Rússia,

Divulgação Marxista, n.º 13 — Rio, 10-1-1947

— 1

através do desenvolvimento econômico, cultural e nacional, à mesma posição de igualdade com a atual socialista Rússia Central, ao tempo do tsarismo, dominante e escravizadora.

Eis a demonstração:

MISSÃO DO PARTIDO COMUNISTA (BOLCHEVIQUE) DA URSS

Sob a direção direta de Lênin, foi elaborada e aprovada no X Congresso do Partido (1921) uma resolução sobre o problema nacional, na qual se diz explicitamente que:

“A missão do Partido consiste em ajudar as massas trabalhadoras dos povos não grão-russos a alcançarem a Rússia Central, mais adiantada; a sua missão consiste em ajudá-los: a) a desenvolver e fortalecer neles o regime soviético sob formas que estejam em consonância com as condições nacionais e de vida desses povos; b) a desenvolver e fortalecer neles os tribunais, a administração, os organismos econômicos e os órgãos do poder, que funcionem na língua materna e estejam integrados por naturais do país que conheçam as condições de vida e a psicologia da população local; c) a desenvolver neles a imprensa, as escolas, o teatro, os clubes e, em geral, as instituições educativo-culturais na língua materna; d) a organizar e desenvolver uma ampla rede de cursos e escolas, tanto de instrução geral como de caráter profissional e técnico, na língua materna.” (Stálin — Do informe perante o XVI Congresso do Partido Comunista (b) da URSS, pronunciado a 27 de junho de 1930.)

Daí o caráter da política nacional dos comunistas russos.

“A essência desta política pode expressar-se em poucas palavras: renúncia a todo tipo de *pretensões* e *direitos* sobre as regiões povoadas por nacionalidades não russas; reconhecimento (não de palavra, mas de facto) do direito destas nacionalidades à existência estatal independente; aliança militar e econômica livremente consentida entre estas nacionalidades e a Rússia Central; ajuda às nacionalidades atrasadas no seu desenvolvimento cultural e econômico, sem a qual a chamada “igualdade nacional de direitos” perde todo o sentido; tudo isso à base da plena libertação dos camponeses do regime de servidão e da concentração de todo o poder nas mãos dos elementos trabalhadores das nacionalidades da periferia. Tal é a política nacional dos comunistas russos.

“E’ evidente que os operários russos que conquistaram o poder não teriam ganho a simpatia e a confiança de seus camaradas de outras nacionalidades e, antes de tudo, das massas oprimidas das nacionalidades que não gozám da plenitude dos seus direitos se não tivessem demonstrado de facto sua disposição de levar à prática esta política nacional, se não houvessem renunciado ao “direito” sobre a Finlândia, se não houvessem retirado as tropas da Pérsia setentrional, se não houvessem liquidado as pretensões dos imperialistas russos sobre determinadas regiões da Mongólia e da China, se não houvessem ajudado as nacionalidades atrasadas

do antigo império russo a desenvolver sua cultura e sua vida estatal no idioma nacional.

“Sómente à base desta confiança pôde surgir a união indestrutível dos povos da RSFSR, contra a qual resultaram impotentes todos os tipos de astúcias *diplomáticas* e o *bloqueio* aplicado com todo o empenho.

“E mais: os operários russos não teriam podido vencer Koltchak, Deníkin e Wrangel sem esta simpatia e esta confiança das massas oprimidas das regiões periféricas da antiga Rússia. Não se deve esquecer que o teatro das atividades desses generais rebeldes se limitava às regiões da periferia, povoadas fundamentalmente por nacionalidades não-russas, e estas não podiam senão odiar Koltchak, Deníkin e Wrangel pela sua política imperialista e russificadora. Ao intervir e ajudar a esses generais, a Europa só podia apoiar-se nos elementos russificadores da periferia. Com isso, não fazia mais que avivar o ódio da população das regiões periféricas aos generais rebeldes e intensificar sua simpatia pelo Poder Soviético” (Stálin — *A Revolução de Outubro e a política nacional dos comunistas russos* — *Pravda*, 6, 7-11-1921).

Só por isso foi possível a vitória do Poder Soviético contra os inimigos internos e externos, que lhe permitiu estender a Revolução de Outubro a todos os povos antes oprimidos pelo tsarismo. “Traço característico da Revolução de Outubro é o facto de haver levado a cabo, na URSS, essas revoluções nacionais-coloniais, não sob a bandeira da hostilidade nacional e dos choques entre as nações, mas sob a bandeira da confiança mútua e da união fraternal entre os operários e os camponeses das nacionalidades da URSS, não em nome do nacionalismo, mas em nome do internacionalismo.

“Exatamente por isso, porque em nosso país as revoluções nacionais-coloniais se efetuaram sob a bandeira do internacionalismo, exatamente por isso, os povos párias, os povos escravos, se elevaram, pela primeira vez na história da humanidade, à condição de povos verdadeiramente livres e verdadeiramente iguais, contagiando com seu exemplo os povos oprimidos do mundo inteiro.

“Isso significa que a Revolução de Outubro abriu uma nova época, uma época de revoluções coloniais, que se efetivam nos países oprimidos do mundo, em aliança com o proletariado, sob a direção do proletariado” (Stálin — *Contribuição à Questão do Método Proletário de Resolver o Problema Nacional* — *Pravda*, 5-7 de novembro de 1927).

DOIS MÉTODOS E DOIS RESULTADOS

“Antes, “costumava-se” acreditar que o único método para libertar os povos oprimidos era o método do nacionalismo burguês, o método de separar as nações umas das outras, o método de desuni-las, o método de acentuar a hostilidade nacional entre as massas trabalhadoras de nações diferentes. Hoje, essa lenda deve considerar-se refutada. Um dos resultados mais importantes da Revolução de Outubro é o facto de haver desfechado o golpe de misericórdia nessa lenda, demonstrando, na prática,

a possibilidade e a conveniência do método proletário internacional de libertação dos povos oprimidos, como o único método acertado, demonstrando na prática a possibilidade e conveniência de uma aliança fraternal entre os operários e os camponeses dos mais diversos povos, sob os princípios da livre adesão e do internacionalismo. A existência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, protótipo da futura unificação dos trabalhadores de todos os países numa única economia mundial, não pode deixar de servir de prova direta disto." (Stálin — *Contribuição à Questão do Método Proletário de Resolver o Problema Nacional — Pravda*, 5-7 de novembro de 1927.)

E para que essa *aliança fraternal* entre os operários e camponeses dos mais diversos povos fôsse possível, era preciso também elevá-los economicamente. Por isso, já em 1921, no X Congresso, Stálin afirmava:

"A questão está em que toda uma série de povos, sobretudo turcos — são cerca de 30 milhões de homens — não passou, não teve tempo de passar pela fase do capitalismo industrial e, por esse motivo, não possui ou quasi não possui um proletariado industrial. Por conseguinte, esses povos têm de vir das primitivas formas da economia para a etapa da economia soviética sem passar pelo capitalismo industrial. Para levar a cabo essa operação difícil, mas de nenhum modo impossível, é necessário tomar em consideração todas as particularidades da situação econômica, inclusive o passado histórico, a vida e a cultura desses povos. E' inconcebível e perigoso transplantar para eles as medidas que tinham valia e significação aqui, no centro da Rússia."

E, aos poucos, o Poder Soviético foi criando indústrias de base e de transformação, bem como kolrózes em todos os países da periferia, determinando dessa forma fantástico desenvolvimento econômico e conseqüente aparecimento cada vez maior de mais amplas camadas de trabalhadores conscientes, que para logo entrosaram seus povos no monolítico sistema soviético. Foram povos arrancados dos estágios mais primitivos de civilização e colocados na forma superior de organização soviética — a socialista. Maurice Hindus, que conhecera as Repúblicas periféricas em 1920, ao visitá-las em 1938, refere-se à impressão que tivera como tendo sido a de que uma fada visitara essas regiões e com sua varinha de condão houvesse criado maravilhosas cidades em regiões antes estéreis, despovoadas e inhospitas.

COMO SE DIVIDIU O MUNDO ?

Por isso, Stálin pôde dizer:

"Camaradas: desde a constituição das Repúblicas Soviéticas, os Estados do mundo se dividiram em dois campos: o campo do socialismo e o campo do capitalismo. No campo do capitalismo temos as guerras imperialistas, a inimizade nacional, a opressão, a escravidão colonial e o chovinismo. No campo dos Soviets, no campo do socialismo, temos, pelo contrário, a confiança recíproca, a igualdade nacional, a convivência pacífica e a fraternal colaboração dos povos. Durante dezenas de anos,

a democracia capitalista, tem procurado resolver as contradições nacionais tentando tornar compatíveis os interesses do livre desenvolvimento das nacionalidades com o sistema de exploração. Mas isto não foi conseguido até agora, nem se conseguirá. Pelo contrário, o novelo das contradições nacionais se enreda cada vez mais, ameaçando de morte o capitalismo. Só aqui, no mundo dos Soviets, no campo do socialismo, foi possível arrancar pelas raízes a opressão nacional e estabelecer a confiança recíproca e a colaboração fraternal dos povos. E só depois de ter sido isso obtido pelos Soviets, tivemos a possibilidade de edificar nossa federação e defendê-la contra os ataques dos inimigos, tanto internos como externos. Faz cinco anos, o Poder Soviético conseguiu colocar os alicerces da convivência pacífica e da colaboração fraternal dos povos. Atualmente — resolvido aqui o problema de se é desejável a união — diante de nós fica a tarefa de coroar esta obra num edifício novo, fundando uma nova potência federal do trabalho. A vontade dos povos das nossas Repúblicas, recentemente reunidos nos seus congressos, nos quais decidiram unânimemente a constituição da União de Repúblicas, testemunha indubitavelmente que a causa da união está no caminho certo, que esta causa se alicerça no grande princípio da livre adesão e da igualdade dos povos. Esperemos, camaradas, que ao formar nossa República federal tenhamos criado um baluarte seguro contra o capitalismo internacional, que o novo Estado federal assinale um novo passo decisivo no caminho que conduz à união dos trabalhadores de todo o mundo numa só República Mundial." (Stálin — *O X Congresso Pan-Russo dos Soviets — Atas taquigráficas*. Edições Vtsik. Moscou, 1923.)

SEPARAR PARA UNIR

"Pode parecer estranho que nós, partidários de que no futuro se fundem as culturas nacionais numa só cultura comum (tanto pela forma como pelo conteúdo) com um idioma comum, sejamos ao mesmo tempo partidários do florescimento das culturas nacionais no momento presente, no período da ditadura do proletariado. Mas isso nada tem de estranho. E' preciso deixar que as culturas nacionais se desenvolvam e se expandam, que manifestem todas as suas forças potenciais, com o objetivo de criar as condições para sua fusão numa cultura comum com um idioma comum. Florescimento das culturas nacionais em sua forma e socialistas em seu conteúdo, nas condições da ditadura do proletariado num só país, para fundí-las numa única cultura socialista (tanto em sua forma como em seu conteúdo), com um único idioma comum, quando o proletariado triunfar em todo o mundo e o socialismo penetrar nos costumes: nisto reside precisamente a dialética da formação leninista do problema da cultura nacional." (Stálin — *Do informe perante o XVI Congresso do Partido Comunista (b) da URSS, pronunciado a 27 de junho de 1930.*)

"Lénin nunca disse que a abolição da opressão nacional e a fusão dos interesses das nacionalidades num todo único equivalha à supressão das diferenças nacionais. Eliminamos a opressão nacional, eliminamos

os privilégios nacionais e estabelecemos a igualdade nacional de direitos. Abolimos as fronteiras estatais, na velha acepção da palavra, fizemos desaparecer os marcos fronteiriços e as barreiras alfandegárias entre as nacionalidades da URSS. Estabelecemos a unidade de interesses econômicos e políticos dos povos da URSS. Mas quer isso dizer que suprimimos dêsse modo as diferenças nacionais, os idiomas, a cultura, os costumes nacionais, etc.? E' evidente que não. Mas, se permanecem as diferenças nacionais, etc., não é evidente, então, que a existência de suprimir as Repúblicas e regiões nacionais no atual período histórico é uma exigência reacionária, dirigida contra os interesses da ditadura do proletariado?

Compreendem os nossos desviacionistas que suprimir agora as Repúblicas e regiões nacionais significa privar as grandes massas dos povos da URSS da possibilidade de receber a instrução na língua materna; privá-los da possibilidade de ter uma escola, uma justiça, uma administração e organizações e instituições sociais e de outra índole que funcionem na língua materna; privá-los da possibilidade de incorporar-se à construção socialista? Não é evidente que, em sua corrida para um internacionalismo de fachada, os nossos desviacionistas caíram nas garras dos reacionários chovinistas grão-russos e se esqueceram, se esqueceram por completo, da palavra de ordem da revolução cultural no período da ditadura do proletariado, palavra de ordem que tem igual valor para todos os povos da URSS, tanto para os grão-russos como para os não grão-russos?" (Stálin — *Do informe perante o XVI Congresso do Partido Comunista (b) da URSS, pronunciado a 27 de junho de 1939.*)

...“temos agora um Estado socialista multinacional perfeitamente constituído, que saiu triunfante de todas as provas e cuja solidez pode causar inveja a qualquer Estado nacional em qualquer parte do mundo.” (Stálin — *Do informe pronunciado perante o VIII Congresso Extraordinário dos Soviets da União, a 25 de novembro de 1936.*)

...“a União Soviética é a única união voluntária no mundo das massas trabalhadoras de nacionalidades diversas. A burguesia necessitou de uma série de guerras para unir de novo a Polônia, enquanto os comunistas não precisaram mais do que alguns meses de propaganda esclarecedora para unir novamente o Turquestão e também o Usbequistão.” (Stálin — *Sobre as tarefas políticas da Universidade dos povos do Oriente, 18-5-1925.*)

E... “violar os princípios da igualdade das nacionalidades é admitir qualquer privilégio em proveito de uma nacionalidade, é condenar à morte a política nacional de quem assim procede.” (Stálin — *Os factores nacionais na construção do Partido e do Estado — Inf. ao XII Congresso do P.C. (b) da URSS, em 23-4-1923.*)

AUTO-DETERMINAÇÃO E DIREITO À SEPARAÇÃO ESTATAL

Mas o princípio de igualdade das nacionalidades, se incompreensível para o capitalismo, não basta, entretanto, para os comunistas, que só admitem a união livre e nunca a anexação.

“Podemos tomar a forma pela qual Lênin, por exemplo, colocava a questão do direito das nações à autodeterminação, chegando até à separação. Lênin às vezes expressava a tese da autodeterminação nacional por uma fórmula simples: *Separar para unir*. Guardem bem: separar para unir. Isso parece um paradoxo. Entretanto, essa fórmula *contraditória* reflete a verdade viva da dialética de Marx, que permite aos bolcheviques tomar as fortalezas mais inexpugnáveis no terreno do problema nacional.

“Pode-se dizer o mesmo da fórmula relativa à cultura nacional: florescimento das culturas (e idiomas) nacionais no período da ditadura do proletariado num só país, com o objetivo de preparar as condições necessárias para sua extinção e fusão numa só cultura (e num só idioma) socialista comum, no período da vitória do socialismo em todo o mundo.

“Quem não tenha compreendido essa particularidade e esse caráter *contraditório* de nossa época de transição, quem não tenha compreendido essa dialética dos processos históricos, está perdido para o marxismo.” (Stálin — *Do informe perante o XVI Congresso do Partido Comunista (b) da URSS, pronunciado a 27 de junho de 1939.*)

“A instauração do regime soviético na Rússia e a proclamação do direito das nações à separação estatal determinaram uma transformação completa nas relações das massas trabalhadoras das nacionalidades da Rússia, minaram a velha rivalidade nacional, privaram de base a opressão nacional e conquistaram para os operários russos a confiança de seus irmãos de outras nacionalidades, não só da Rússia mas da Europa e da Ásia, e converteram essa confiança em entusiasmo e em decisão de lutar pela causa comum.” (Stálin — *Resolução adotada pelo X Congresso do P.C. (b) da Rússia, reunido em março de 1931.*)

“Não teríamos decerto necessidade de demonstrar que os operários russos não conquistaram a simpatia dos seus camaradas de outras nacionalidades do Ocidente e do Oriente se, ao tomar o poder, não houvessem comprovado de facto sua disposição de levar à prática esse direito imprescritível dos povos, se não houvessem renunciado ao *direito* — citemos como exemplo — sobre a Finlândia (1917), se não houvessem retirado suas tropas da Pérsia setentrional (1917), se não houvessem renunciado às pretensões sobre certas partes da Mongólia, China, etc., etc.” (Stálin — *Exposição do Problema Nacional — Pravda, 8-5-1921.*)

CONSEQUÊNCIA LÓGICA...

Como se viu, a política nacional dos comunistas não é a da escravização de povos, mas a de libertação, e tal política não é produto da boa vontade e generosidade dos comunistas, mas consequência direta do sistema econômico e social que defendem.

“Se o capital, a propriedade privada e a exploração dividem os homens, separando-os em campos hostis, do que podem servir de exemplo a Grã-Bretanha, a França e até Estados multinacionais pequenos como a Polônia e a Iugoslávia, com suas inconciliáveis contradições nacionais

internas, que corroem a própria base desses Estados; se, digo eu, no Ocidente, onde impera a democracia capitalista e onde os Estados se baseiam na propriedade privada, a própria base do Estado predispõe para as querelas nacionais recíprocas, os conflitos e as lutas, aqui, no mundo dos Soviets, onde o poder se acha edificado, não sobre a base do capital, mas sobre a base do trabalho, onde o poder se acha edificado, não sobre a base da propriedade privada, mas sobre a base da propriedade coletiva, onde o poder se acha edificado não sobre a base da exploração do homem pelo homem, mas sobre a base da luta contra essa exploração, aqui, pelo contrário, a própria natureza do poder predispõe as massas trabalhadoras a que tendam naturalmente para a união numa só família socialista. Não é surpreendente que, dos Estados multinacionais e com a sua desagregação gradual das partes integrantes (como a Inglaterra, que não sei como resolverá as coisas com a Índia, Egito e Irlanda, ou como a Polónia, que não sei como as resolverá com os bielorrussos, os ucranianos, alemães e judeus), ao passo que, aqui, na nossa federação, que não encerra menos de 30 nacionalidades, nos encontramos, pelo contrário, com um processo de fortalecimento dos laços estatais entre as Repúblicas independentes, processo que conduz a uma aproximação cada vez mais estreita entre as nacionalidades independentes dentro de um só Estado independente? Aí tendes dois tipos de uniões estatais, dos quais o primeiro, o capitalista, conduz à deslocação das partes integrantes do Estado, ao passo que o segundo, o soviético, conduz, pelo contrário, a uma aproximação gradual, mas firme, entre as nacionalidades, noutro tempo dependentes dentro de um só Estado independente" (Stálin — *Sobre a União das Repúblicas Soviéticas — Informe ao X Congresso Pan-Russo dos Soviets, a 26-12-1922.*)

"Se a propriedade privada e o capital separam infalivelmente os homens, se avivam a inimizade nacional e acentuam a opressão nacional, a propriedade coletiva e o trabalho aproximam os homens com igual infalibilidade, solapam a inimizade nacional e destroem a opressão nacional. A existência do capitalismo sem opressão nacional é tão inconcebível quanto o é a existência do socialismo sem a emancipação das nações oprimidas, sem a liberdade nacional" (Stálin — *Resolução adotada pelo X Congresso do P.C. (b) da Rússia, reunido em março de 1931.*)

Pensamos ter demonstrado exaustivamente que a URSS não pode ser imperialista e escravizadora de povos e por isso mesmo jamais o foi. Toda a História do poder soviético, apesar de curta, é a brilhante e incomparável História da libertação de povos outrora impiedosamente oprimidos pelo imperialismo, através do tsarismo.

Mas, por que o capitalismo monopolista, os imperialistas, falsamente acusam a URSS de propósitos imperialistas, à custa de mentiras espalhadas e repetidas pelas estações de rádio, jornais, revistas, todos de propriedade dos capitalistas?

Porque: "a existência das Repúblicas Soviéticas, mesmo das mais insignificantes por suas dimensões, constitui ameaça mortal para o imperialismo. Essa ameaça reside não apenas no facto de as Repúblicas Soviéticas, ao romperem com o imperialismo, se terem convertido de

colônias e semicolônias, que eram, em Estados autenticamente independentes e, com isso, terem privado o imperialismo de certa parte de território e de certos privilégios, mas reside, antes de tudo, no facto de que a própria existência das Repúblicas Soviéticas, cada passo dado por elas no caminho do aniquilamento da burguesia e do fortalecimento da ditadura do proletariado constituem grande agitação contra o capitalismo e contra o imperialismo, agitação pela emancipação dos países dependentes em relação à servidão imperialista, factor insuperável de decomposição e de desorganização do capitalismo sob todos os seus aspectos. Daí o carácter inevitável da luta das grandes potências imperialistas contra as Repúblicas Soviéticas, daí o seu propósito de aniquilá-las" (Stálin — *Resolução adotada pelo X Congresso do P.C. (b) da Rússia, reunido em março de 1931.*)

E, também, porque "começou a era das revoluções libertadoras nas colônias e nos países dependentes, a era do despertar do proletariado desses países, a era da sua hegemonia na revolução". (Stálin — *Contribuição à Questão do Método Proletário de resolver o Problema Nacional — Pravda, 5-7 de novembro de 1927.*)

Não se assustem os timoratos, entre nós, como começou a era das revoluções, porque "Quem não tenha compreendido que não pode haver uma revolução sem determinadas etapas de seu desenvolvimento... não compreendeu nada do marxismo"... (Stálin).

RESUMINDO

1.º — O Governo Soviético, em sua política externa, jamais concordou ou estimulou a ação imperialista; pelo contrário, sempre a denunciou e combateu, segundo as suas possibilidades.

2.º — O Governo Soviético sempre defendeu a paz, através do desarmamento geral, respeito e fé nos tratados e pactos de não-agressão e no arbitramento, fundamentais para a segurança coletiva.

3.º — A URSS, durante sua existência, foi sempre vítima de intervenções e agressões do imperialismo.

4.º — O Governo Soviético jamais fez guerra de conquista, jamais anexou territórios estrangeiros e jamais explorou economicamente outros povos.

5.º — O Governo Soviético permitiu a separação da Finlândia e condenou a política imperialista do tsarismo.

6.º — O Governo Soviético reuniu os povos não russos, que viviam como colônias e semi-colônias, na periferia da Rússia, em Repúblicas socialistas, livres e independentes, associadas espontaneamente à Rússia central, com o que constituíram a URSS.

7.º — O Governo Soviético estimulou e realizou o desenvolvimento cultural, político, nacional e econômico de todos os povos periféricos da Rússia, elevando-os à mesma situação dos grão-russos, numa aliança fraternal.

8.º — O Governo Soviético, ao invés de expoliar e escravizar povos, é força permanente a estimulá-los e a ajudá-los na conquista de sua plena liberdade nacional e econômica.

9.º — O imperialismo precisa aniquilar a URSS, para impunemente poder prosseguir na sua política selvagem de exploração e escravização de povos fracos e atrasados.

10.º — As massas e forças democráticas progressistas não mais se deixam iludir pelas mistificações do imperialismo e não mais serão instrumentos cegos do capitalismo monopolista colonizador.

11.º — O que o imperialismo anglo-norte-americano acusa falsamente como sendo política imperialista da URSS, em verdade é apenas política de segurança contra novas agressões, segurança que não desejam possua a URSS, para melhor atacá-la quando possível.

12.º — Rápido, os povos se organizam para iniciar um novo ciclo de civilização com o socialismo.

• •

VELHO E NOVO — Para a generalidade das pessoas, o VELHO é o conhecido e o NOVO, que surge, o que ainda se não conhece. Com o VELHO há a acomodação, o hábito, e a sua justificação, para que se o tolere; enquanto o NOVO exige uma readaptação, uma compreensão, um esforço para incorporá-lo aos hábitos. O VELHO penetra e se impregna no sub-consciente individual; enquanto a admissão do NOVO exige luta para expulsar o que caducou. Por isso, a generalidade das pessoas, nas fases sociais de transição, individualmente, subjetivamente, estão presas ao VELHO e reagem contra o NOVO, mesmo quando só têm a ganhar com este. As tendências gerais para o *conservadorismo* ou *reacionarismo* são a expressão subjetiva dessa luta de contrários — VELHO e NOVO — quando ainda predomina o VELHO; e as para o *reacionarismo* quando o NOVO prevalece. As vanguardas proletárias lutam pelo desenvolvimento do NOVO e as amplas camadas dos trabalhadores, ainda não conscientes, pela sobrevivência do VELHO, que se encontra em processo de aniquilamento. Quando, entretanto, por força da acentuação das contradições antagônicas, o NOVO se impõe a mais amplas camadas e o NOVO se transforma em realidade para a maioria, então a mutação qualitativa se processa e o VELHO se transforma em seu contrário, na sua negação, o NOVO. A revolução se realizou. Mas a revolução não significa ainda a liquidação total do VELHO, que ainda sobrevive de alguma forma e precariamente no NOVO. Somente com a evolução posterior se materializa a liquidação completa e integral do VELHO, objetiva e subjetivamente. O VELHO... "não quer morrer simplesmente, mas luta pela própria existência, defende a própria causa caduca. Sempre ha-de haver alguma coisa que nasce para a vida e o que nasce não nasce simplesmente, mas guincha, grita, defendendo o seu direito à existência. A luta entre o VELHO e o NOVO, entre o agonizante e o nascente é a base do desenvolvimento." (Stálin — Inf. Pol. do CC ao XV Congr. do PC (b) da URSS.)

O DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA NOS PAISES DA EUROPA ORIENTAL

I. TAIGUIN

I

Nos últimos tempos, certos grupos do estrangeiro têm desenvolvido uma campanha sistemática e deveras ruidosa contra os regimes políticos, estabelecidos nos países libertos do Leste e do Sudeste da Europa. Afirmam que os regimes criados nesses países, após a sua libertação pelo Exército Vermelho, não correspondem aos critérios da verdadeira democracia. E os críticos mais agressivos chegam a afirmar que esses regimes são "totalitários" e "policiais", e existiam unicamente graças à União Soviética. Disso já tiram conclusões tais como a impossibilidade de colaboração entre as potências de coalisão anti-hitlerista, e, até, da inevitabilidade de um choque entre os aliados de há pouco.

Difícilmente poderá provocar admiração o facto dessa campanha ser desenvolvida com intensidade maior nos países anglo-saxônicos, pois é justamente nesses países que a secular tradição do domínio sobre as nações, chamadas atrasadas, produziu em seus círculos dominantes o hábito de considerar o seu próprio regime o melhor do mundo e de ter uma atitude de arrogante menosprezo em relação às formas de vida política e econômica dos outros povos.

E ainda agora, mesmo depois da Segunda Guerra Mundial, quando a humanidade, particularmente na Europa e na Ásia, entrou numa fase de grandes transformações, os círculos dominantes da América e da Inglaterra ainda sonham com os países atrasados, característicos do passado e, por vezes, de um passado bem remoto. Isso demonstra que a esses círculos agrada muito mais o passado do que o presente e que, ao elaborar seus planos de hegemonia mundial, eles encaram o futuro não sem temores. E' para conter, tanto quanto possível, a marcha progressista da história, que eles levantam tanto celeuma sobre a questão da democracia. E' justamente por isso que eles se esforçam em lançar sombra na situação e nas aspirações da União Soviética. Mas os verdadeiros objetivos dos zelosos defensores da democracia de Londres e de Washington exteriorizam-se tão vivamente quando, na discussão da questão dos regimes políticos adotados nos países libertos, se permanece no terreno dos factos, da lógica e do bom senso.

II

Os países do Leste e Sudeste da Europa, distribuídos pelas fronteiras ocidentais da União Soviética, estão agora vivendo momentos decisivos.

Antes da guerra, dominavam nêles elementos vorazes, míopes e inteiramente corruptos, pertencentes às camadas dos parasitas da população e que bateram todos os "records" de má administração do Estado. A política interna de seus governos personificava a mais negra das reações no sector político, no econômico e no social. A política exterior resumia-se a uma torpe subserviência às forças imperialistas estrangeiras, mesmo entre os que, durante a guerra, apoiaram os aliados, e antes da guerra, mantiveram relações mais estreitas com a Alemanha do que com as potências anti-hitleristas. As massas populares dos países da Europa do Leste e do Sudeste, no período compreendido entre as duas guerras mundiais, beberam até o fim o cálice da fome, da miséria, da arbitrariedade, da opressão e do atraso cultural. Eles odiavam os regimes implantados em seus países e, de tempos em tempos, revelavam êsses seu sentimentos através de movimentos que eram severamente reprimidos.

Chega o ano de 1939. Começa a nova guerra mundial. Todos êsses países, um atrás do outro, foram envolvidos pelo círculo de fogo. Sofreram terrivelmente com a guerra. Nem todos ficaram do mesmo lado. Uns colocaram-se ao lado dos aliados e outros do lado dos fascistas. E em todos êsses países, porém, estivessem eles dêsse ou daquele lado, observava-se um fenômeno comum: os círculos dirigentes, que se encontravam no poder nas vésperas da guerra, faliram no decurso da mesma. E juntamente com eles faliram também os regimes anteriores à guerra. Quando, sob os golpes do Exército Vermelho, se desmoronou a frente alemã oriental e os povos da Europa oriental e sudestina recuperaram, enfim, a liberdade, surgiu diante dêles, com o caráter de extraordinária premência, um problema de importância capital: para aonde ir, que regime estabelecer?

Não se podia pensar, naturalmente, em voltar ao regime antigo. Mas, se êste fôra definitivamente confiado ao depósito de lixo da história, como seria o regime novo que deveria substituí-lo?

III

Os círculos dirigentes dos países anglo-saxônicos estavam certos que os povos da Europa oriental e sudestina recorreriam a êles em busca de auxílio e de conselho. Eles estavam se preparando para o papel de novos *variáguis*, que estabeleceriam nessas pobres e atrasadas nações novos regimes, tomando por modelo os seus próprios, mas apenas em edição mais barata. Por outras palavras, Londres e Washington esperavam conservar nêsses países o poder nas mãos da mesma camada parasitária que o enfeixava antes, levemente retocada com falsas côres democráticas. Os acontecimentos tomaram, todavia, rumo diferente.

Os povos, que tinham passado pela dura escola da Segunda Guerra Mundial, aprenderam muitas coisas. Aprenderam, sobretudo, a analisar com olhar crítico os círculos dirigentes do Ocidente e a sabedoria política e econômica por êles pregada. Eles também chegaram à conclusão

de que a democracia devia ser, como a árvore, julgada pelos seus frutos. E, quando os profetas anglo-saxônicos convidaram os povos da Europa do Oriente e do Sudeste, para seguir, na sua construção do Estado de após-guerra, pelo caminho já trilhado da "democracia ocidental", êsses povos se lembraram de alguns factos conhecidos por todos e deveras instrutivos.

Assim, por exemplo, a França. Antes da guerra, ela era tida por uma das democracias incontestáveis da Europa. A guerra mostrou, no entanto, muito nitidamente, quais os frutos que lhe trouxe o seu antigo regime político.

Ou, então, a Finlândia. Antes da guerra, ela desfrutava a reputação, — sobretudo nos EE. UU. e na Inglaterra, — de uma "pequena e modelar democracia". Também aqui, todavia, a guerra revelou as verdadeiras feições dessa "democracia".

Mas tomemos a própria Inglaterra e os EE. UU. que, juntamente, encabeçavam a coalisção anti-hitlerista que aniquilou a Alemanha.

A forma de democracia existente nos países anglo-saxônicos é o resultado do seu desenvolvimento histórico. Apesar das invencionices dos reacionários, ninguém está pensando em presentear de fora êsses países com qualquer outra forma de democracia. Poder-se-ia não tocar na questão dos fortes e fracos da democracia anglo-saxônica, se não se tentasse proclamar essa democracia conservadora, a única forma de democracia justa e admissível existente. Mas, quando começam a exigir que os povos dos países libertados da Europa adotem cegamente o modelo de Londres ou de Washington, êsses povos não podem deixar de pensar na série de fenômenos, que absolutamente não justificam tão arrogantes pretensões.

Êsses povos fazem, por exemplo, a seguinte pergunta: por que, na Inglaterra, centro de um riquíssimo império de 500 milhões de habitantes, quasi metade da população não conta absolutamente com o salário mínimo?

Por que os parques londrinos, nas noites de verão, estão abarrotados pelos corpos dos desempregados adormecidos, que não têm onde encostar a cabeça?

Por que o desemprego no tempo da dura e sangrenta guerra, e, por que, agora, que a guerra terminou, o terrível espectro do desemprego surgiu novamente diante do proletariado britânico?

Por que, nas amplas extensões do Império Britânico, centenas de milhões de súditos de côr, devem pagar com seu suor e seu sangue, vivendo como semi-escravos, a vida luxuosa da classe dominante da metrópole?

Por que a notória liberdade de imprensa, que muitos ingleses gostam tanto de propalar, se converteu, na prática, em liberdade de ação de meia dúzia de "reis" da imprensa autocrata?

Por que os chefes da política britânica, tanto os conservadores como os trabalhistas, apoiavam e apoiam Franco, êsse execrando sucessor de Hitler e de Mussolini que, unicamente graças a êsse apoio, se mantém ainda sobre seu pedestal oscilante?

Por que os chefes da política britânica, tanto os conservadores como os trabalhistas, apoiavam e apoiam, na Grécia, as forças mais reacionárias?

Por que os exércitos britânicos na Indonésia sustentaram e sustentam, durante tantos meses, a luta contra o movimento nacional de libertação, esforçando-se em restabelecer o domínio dos colonizadores holandeses?

Por que, na Alemanha, as autoridades inglesas mostram tendência de deixar para a Alemanha considerável potencial bélico? Por que executam êles tão lenta e superficialmente a desnazificação do país?

Por que todos os elementos conservadores e reacionários da Europa libertada se dirigem, instintivamente, para Londres, como para um seu sustentáculo?

O número desses "por quês" facilmente poderia ser aumentado, mas, certamente, os apresentados já são suficientes.

Ou, então, tomemos os EE. UU. da América do Norte. Quando os povos da Europa do Leste e do Sudeste dirigem seus olhares para além do Oceano, diante deles novamente surgem numerosos e enigmáticos "por quês".

Realmente, por que, nesse país, que é o mais rico do glóbo, existe cronicamente um desemprego que atinge a milhões de indivíduos, e, em anos de crise, grande parte da população fica desempregada?

Por que, apesar das normas formais das leis democráticas, os negros nos EE. UU., na prática, estão sujeitos a severas discriminações, que chegam até à bárbara aplicação do linchamento?

Por que as autoridades dos EE. UU. não têm força suficiente para eliminar o "gangsterismo"?

Por que, em Washington, da mesma maneira que em Londres, se mostra tão estranha condescendência para com o regime de França?

Por que os EE. UU., na China, mantinham e ainda mantém uma conduta de apoio integral aos elementos conservadores, contra as forças populares progressistas?

Por que, agora, depois da aniquilação total da Alemanha e do Japão, os EE. UU. estão empenhados numa tão louca caça de bases em todos os cantos do mundo? Contra que pretendem êles utilizar essas bases?

Por que os EE. UU. não encontraram meios de fazer as outras nações pacíficas compartilharem do segredo da bomba atômica?

O número dos "por quês" também aqui poderia ser aumentado facilmente, mas parece-nos ser isto desnecessário.

Eis alguns traços da democracia ocidental e, particularmente, da anglo-saxônica, mesmo na sua melhor e mais "luxuosa" edição. Que se poderia esperar de uma edição "mais barata" dessa mesma democracia? E' verdade que os profetas políticos de Londres e de Washington asseguram que, pouco a pouco, obedecendo a uma evolução gradativa, dentro de cerca de 200 anos, todos os males da democracia ocidental terão desaparecido e a vida dos homens, que viveram sob sua proteção, será verdadeira-

mente paradisíaca. Tais afirmações, entretanto, certamente não despertarão um entusiasmo especial nos povos da renascente Europa do Leste e do Sudeste. Podemos, em vista disso, admirar-nos que êsses povos tenham decidido procurar outro caminho, mais curto e reto, que os leve à democracia? A uma democracia que fôsse realmente ao encontro dos interesses das grandes massas e pudesse atender ao menos aos mais prementes, ainda agora, durante a vida de nossa geração.

IV

Qual foi, então, o caminho escolhido pelos novos povos do Leste e do Sudeste da Europa?

Eles decidiram seguir pelo caminho da democracia progressista. Isto não é "comunismo", nem é "sovietização" como clamam os profetas desprezados dos países anglo-saxônicos. A democracia, que nasceu e se fortalece no Leste e no Sudeste da Europa, adveiu, naturalmente, das condições e tradições existentes nesses países e das circunstâncias neles criadas no decurso e no desenlace da Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento dessa democracia verifica-se entre enormes dificuldades econômicas e políticas. Há nela ainda muita coisa incompleta. No futuro, provavelmente, algumas coisas terão que ser revistas e refeitas mais de uma vez. Mas, mesmo assim, as linhas essenciais dessa democracia começam a esboçar-se. Em que reside sua essência?

No sector político, sua essência reside no facto de, com o domínio das formas democráticas na vida do Estado (sufrágio universal, para homens e mulheres, ministério responsável perante o Parlamento, organização republicana, etc.), o governo do país basear-se no princípio do bloco de todos os partidos democráticos e anti-fascistas. Como sabemos, é êsse o caso da Polónia, Rumânia, Iugoslávia, Bulgária, Tchecoslováquia e Hungria.

A aplicação, nesses países, do princípio do bloco de todos os partidos democráticos, não constitui, de maneira nenhuma, um caso sem precedentes. Já se conta com exemplos no passado, justamente nos países ocidentais. Basta lembrar a "Frente Popular", que surgiu, na França, em 1936.

No sector econômico (agora os povos sabem perfeitamente que não pode haver uma democracia política real sem a premissa econômica correspondente), a essência da democracia progressiva reside no facto dela eliminar a classe dos patrões e entregar suas terras ao domínio privado dos camponeses; de concentrar nas mãos do Estado os pontos dominantes da economia (os bancos, a grande indústria, as estradas de ferro, etc.); e, finalmente, de introduzir na vida econômica do país determinados elementos de planificação.

Da combinação desses factores políticos e econômicos resultam as bases da democracia progressista que, ao contrário do que faz a demo-

cracia ocidental, arranca efetivamente o poder das mãos de "duzentas famílias" e o coloca realmente sob o contróle do povo.

Haverá, acaso, alguma diferença entre a democracia agora em construção nos países do Leste e do Sudeste da Europa e, digamos, a "Frente Popular" francesa, de 1936 ?

Há sim. A diferença fundamental consiste em que o bloco formado pelos partidos democráticos nos países mencionados é muito mais sólido, efetivo e decisivo do que a ampla coalisão que ascendeu ao poder, há 10 anos, na França. Isso explica-se por um verdadeiro complexo de motivos: pelo facto de — desde aquê tempo — os povos terem evoluído e se enrijecido enormemente com a dura escola da guerra; pelo facto dos antigos senhores da vida terem sido privados das suas posições econômicas dominantes; e, finalmente, pelo facto das antigas classes dominantes terem falido e as massas proletárias, ao contrário, terem adquirido consciência de sua força. A União Soviética libertou todos êsses países do pesadelo hitlerista; o govêrno soviético prestou-lhes e continua prestando auxílio econômico, tão necessário depois do fim da guerra, concretizando em atos o princípio do absoluto respeito e apoio à sua independência como Estado. A amizade e a simpatia do povo soviético fortalece-lhes o ânimo. Mas isso de maneira nenhuma exclui as relações dêsses países com o Ocidente. Ao contrário, existem tôdas as condições favoráveis à manutenção de relações amistosas entre os países em questão e os EE. UU. e a Inglaterra. Para tanto, todavia, o requisito indispensável é o absoluto respeito à independência interna e aos caminhos originais de desenvolvimento, escolhidos pelos países libertados da Europa do Leste e do Sudeste; isto é, torna-se indispensável que Londres e Washington renunciem a tôdas as tentativas de impôr a êsses países a sua vontade.

Êsse é o caminho seguido pelos países em questão, depois do fim da guerra. Uma circunstância, muito importante, apressou extraordinariamente sua escolha.

O problema mais importante e inadiável dos nossos dias é o exterminio dos restos do fascismo, tanto na Alemanha como no Japão, como além das fronteiras dêstes países. Essa é a pedra de toque, com a qual se experimenta a eficiência de qualquer regime democrático, pois é disso que depende, em grande parte, o gráu em que é possível assegurar a paz e prevenir o renascimento da agressão e a deflagração de uma nova guerra, no período de tempo mais longo possível. E então? Os povos observam o que está sendo feito nesse sector, lá onde os destinos das nações é controlado por Londres e por Washington, — na Espanha e em Portugal, na Itália e na Grécia, nas zonas ocidentais da Alemanha, no Japão e nalguns outros lugares. Por outro lado, os povos observam o que está sendo feito nesse sentido, lá onde os destinos das nações se encontram nas mãos da democracia progressista. A conclusão que se tirará dessa comparação é absolutamente clara. E os povos, sobretudo as amplas massas proletárias, tiram dessas observações, naturalmente, as conclu-

sões práticas necessárias: a democracia desenvolve-se, cresce, fortalece-se e enche-se de seiva.

E' a marcha inexorável da história.

V

E' fácil compreender que uma tal linha de desenvolvimento desagrade profundamente a certos círculos estrangeiros influentes. E são justamente êsses círculos que levantam grande celeuma em tôrno da ausência da "verdadeira democracia" nos povos que estão renascendo das cinzas da Europa do Leste e do Sudeste. Êsses círculos bradam que a única responsável por tudo isso é a "mão de Moscou". Êles estão retirando do arsenal anti-soviético da época da intervenção velhos e corroidos espan-talhos e, concertando-os apressadamente, expõem-nos nas vitrinas políticas de Londres e de Washington como sendo de primeira mão.

Agora, porém, estamos no ano de 1946 e não mais no de 1920. Neste último quarto de século, o mundo modificou-se muito. Os povos tornaram-se adultos e não querem mais contentar-se com a democracia formal e ilusória; êles querem a democracia de facto. Em resposta às prègações dos profetas anglo-saxônicos, os homens perguntam com escárneo na voz: então, a verdadeira democracia consiste unicamente em que o govêrno do país seja construído sôbre o sistema da balança política, no qual os políticos que durante a campanha eleitoral e diante dos eleitores aparentam uma forte rivalidade, começam, logo após as eleições, a jactar-se da flexibilidade de sua linha política, isto é, da renúncia à execução das promessas feitas aos eleitores ?

O processo do desenvolvimento e do fortalecimento da democracia, tão característico na vida política da Europa de após-guerra, é um fenómeno natural da evolução histórica e nada o poderá conter ou atrasar por muito tempo. Estamos inclinados a pensar que até os reacionários da Inglaterra e dos EE. UU. compreendem isso. E, se, apesar disso, fazem tanto alarde em tôrno do "totalitarismo" do Oriente da Europa, por êles mesmos inventado; se tentam dificultar a reconstrução da Polônia, da Rumânia, da Bulgária e de alguns outros países, que significará isso ?

Isso só pode significar o seguinte:

Em primeiro lugar, os reacionários dos países anglo-saxônicos querem dificultar o estabelecimento de regimes realmente democráticos na Europa, receando que seu exemplo seja seguido por outros países mais "próximos da casa", como, por exemplo, no seio do Império Britânico ou nalguns Estados da América Latina. Eis porque êsses reacionários mostram de repente tão extraordinário interêsse pela organização interna da Polônia, Rumânia, Bulgária, etc. Eis porque se enfurecem tanto contra a existência dos blocos dos partidos democráticos nesses países, designando-os pelas últimas palavras. Pudera! Se os partidos demo-

cráticos fossem divididos por lutas intestinas mútuas, seria bem mais fácil aos heróis da reação de antes da guerra chegar ao poder.

Em segundo lugar, — e isso, provavelmente, é mais importante ainda, — os reacionários dos países anglo-saxônicos querem aproveitar a ocasião oportuna (certos de que com a palavra “democracia” é fácil ludibriar as massas) para desenvolver uma grande campanha anti-soviética com o fim de produzir dissidências na grande coalisão formada pela União Soviética, os E.E. U.U. e Inglaterra, que ganhou a guerra, mas sempre foi espinho nos olhos das pessoas ricas de ambos os hemisférios.

Já é tempo, todavia, de acabar com esse jogo indigno e desarrazoado. Quando mais depressa os círculos dirigentes dos países anglo-saxônicos reconhecerem a inevitabilidade do desenvolvimento da democracia progressista na Europa do Leste e do Sudeste, tanto mais fácil será obter a colaboração de após-guerra entre os países amantes da paz, sem o que é impossível fortalecer a organização das Nações Unidas, nem assegurar uma paz sólida e duradoura.

(Traduzido diretamente de *Nóvoie Vriémia* — n. 10, 15-5-946.)

RESPOSTA A UM DETRATOR DO MATERIALISMO HISTÓRICO —

“Aproveito esta ocasião para responder rapidamente a uma objeção que me foi feita quando da publicação de minha obra: *Contribuição à Crítica da Economia Política*, 1859, por um jornal germano-americano. Dizia ele que minha opinião de que é o modo de produção determinado e as relações de produção que lhe correspondem em cada caso, em resumo que “é a estrutura econômica da sociedade na base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas determinadas da consciência social”, que “é o modo de produção da vida material que condiciona a vida social, política e intelectual em geral”, dizia o jornal que tudo isto era sem dúvida exato para o mundo atual onde predominam os interesses materiais, mas não para a Idade Média, quando reinava o catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde reinava a política. Em primeiro lugar, é estranho que alguém suponha que se possa ignorar essas expressões arqui-conhecidas relativas à Idade Média e ao mundo antigo. O que é claro é que a Idade Média não podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo da política. A maneira pela qual nessas épocas os homens ganhavam sua vida explica, ao contrário, a razão por que ali a política e aqui o catolicismo desempenhavam o papel principal. Basta, aliás, conhecer, por pouco que seja, por exemplo, a história da República romana para saber que o segrêdo dessa história está todo inteiro na história da propriedade rural. Por outro lado, Dom Quixote já expiou o erro de acreditar que a cavalaria andante se poderia acomodar a todas as formas econômicas da sociedade.” (Marx — *O Capital*, liv. I, págs. 45-46, Dietz, Stuttgart, 1914, edição alemã; Edit. Costes, 1924, t. I, págs. 70-71.)

O que está certo O que está errado

ESTÁ ERRADO — “No sentido econômico-social, o latifúndio é um mal, quando se expressa pela retenção de vasta área de terra, inexplorada em detrimento do direito, que a todos cabe, de uma justa distribuição da propriedade e conseqüente igualdade de oportunidades.

Sob esse aspecto, **NÃO PODE EXISTIR LATIFÚNDIO NO BRASIL**, onde o problema não é de terras para braços, mas de braços para a terra. Mais uma vez se comprova o erro dos que insistem em comparar os fenômenos das nações super-povoadas, com as de um vasto país ainda despovoado. (Discurso do Sr. Israel Pinheiro — *Diário da Assembléia* — 26-7-946.)

ESTÁ CERTO — *O Sr. Carlos Prestes* — Existem vastos latifúndios no Distrito Federal.

O Sr. Israel Pinheiro — Estou de acôrdo com V. Ex. neste ponto: quanto aos grandes centros, é necessária a subdivisão, mas, fora deles, a grande propriedade é um bem e o latifundiário um benemérito.

O Sr. Carlos Prestes — V. Ex. anteriormente, negou a existência de latifúndios no Brasil. (Do discurso do Sr. Israel Pinheiro — *Diário da Assembléia*, 26-7-946.)

ESTÁ ERRADO — A ideologia burguesa, no máximo, limita-se à afirmação da ação recíproca dos factores sociais.

ESTÁ CERTO — Marx, Engels e Lênin exigem o descobrimento da contradição básica de cada estrutura social, que consiste na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção coincidentes numa estrutura social particular. Esta contradição básica determina todas as demais contradições e o curso do desenvolvimento de uma forma social dada. Essa a razão porque os representantes do marxismo clássico consideram toda a massa de contradições contidas no desenvolvimento social do ponto de vista da contradição básica.

ESTÁ ERRADO — Para o metafísico, a causa e o efeito estão separados um do outro por fôssos intransponíveis; o que age como causa não pode ser efeito; o que é efeito não pode agir como causa.

ESTÁ CERTO — Na realidade, sabemos que entre os objetos existe ação recíproca: a causa converte-se em efeito, o efeito em causa.

NA URSS NÃO PODE HAVER GREVE — Fala-se nos países capitalistas que, na União Soviética, não existe o direito de greve. Pergunto eu: por que há greves nesses países? Evidentemente, a greve, nos países capitalistas, é o recurso extremo de que lançam mão os trabalhadores para a satisfação de suas reivindicações mais imediatas. Ora, na URSS, as reivindicações dos trabalhadores são sentidas e satisfeitas pelo Estado, porque o Estado está nas mãos dos trabalhadores. Estes têm mil maneiras de resolver seus problemas sem o recurso da greve. Têm os sindicatos, que exercem um papel decisivo na organização do proletariado. E' o próprio Estado, espontaneamente, analisando as condições de vida, que ordena a elevação dos salários, antes mesmo que os trabalhadores sintam que necessitam de ganhar um pouco mais. Por isso é que não existe greve na URSS. (Da entrevista de Otávio Brandão a *Diretrizes*, em 4-11-1946).

NA URSS NÃO HÁ MAIS DITADURA — A URSS é uma democracia, a mais perfeita de quantas tem existido, porque ela é resultante da participação ativa e consciente de tôdas as camadas dos povos soviéticos, ao contrário das democracias anteriores, inclusive a burguesa, em que apenas algumas camadas sociais, as privilegiadas, desfrutam das benesses de uma forma democrática.

Hoje, a URSS não é mais uma ditadura do proletariado, que se impôs como etapa necessária para a passagem do capitalismo para o socialismo.

Se, hoje, liquidada a burguesia, só há uma classe na URSS, a dos trabalhadores: manuais (operários e camponeses) e intelectuais, é claro que a ditadura do proletariado desapareceu com o desaparecimento da burguesia. A ditadura do proletariado é uma etapa necessária, pela qual todos os povos passarão, a fim de eliminarem (não se trata de eliminação física) as burguesias nacionais, como classe.

Hoje, a URSS é um Estado Socialista, criando tôdas as premissas para o seu *perecimento*, como Estado, que se efetivará quando não mais estiver sujeita a um cerco capitalista, pelo contrário, em pleno mundo socialista. — *Viná*.

A INDUSTRIA SIDERURGICA

ALCIDES SABENÇA.

Desnecessário se torna frisar a importância da indústria siderúrgica para a realização da nossa independência econômica.

Desde os tempos coloniais que o nosso desenvolvimento se ressentia da falta da industrialização do ferro no país. No período da febre da mineração, quando a cata ao ouro constituía a principal fonte de atividade no Brasil, os administradores da colônia insistiam junto à Côrte portuguesa fazendo sentir a grande necessidade de ser incentivada a exploração e o trabalho do ferro. Embora na época fôsse encarada como indústria subsidiária, cuja finalidade seria a de prover as minerações, não resta dúvida que, se tivesse havido condições para seu desenvolvimento, dentro em pouco essa indústria seria a principal fonte de riqueza do Brasil e hoje estaríamos colocados entre as grandes potências do mundo.

Muitas foram as tentativas feitas no sentido de tornar uma realidade a libertação dos mineradores da dependência das ferramentas e utensílios importados. O alto custo da mercadoria importada, agravado por duas escalas obrigatórias dos barcos veleiros antes de atingirem o Rio de Janeiro e a irregularidade dessas viagens, forçando muitas vezes a suspensão dos trabalhos, eram problemas que preocupavam grandemente os administradores. Vemos, através dos estudiosos da época, embora as opiniões divergissem nos detalhes, que todos chegaram às mesmas conclusões quanto aos principais obstáculos ao desenvolvimento da indústria do ferro: falta de apoio decidido por parte da Coroa, dificuldade de transporte e deficiência de técnicos capazes. Apesar de existir já o anseio da industrialização do ferro no Brasil, no período imediato do descobrimento — os jesuítas, em São Paulo, em 1554, haviam localizado jazidas desse minério no interior —, os obstáculos mencionados jamais permitiram a realização, em bases sólidas, dessa aspiração.

Se, por um lado, a descoberta de jazidas de ferro causou natural satisfação aos colonizadores, por outro, lhes trouxe sérias preocupações. Os estudiosos do assunto relatam-nos que em 1578 um ferreiro fôra intimado, sob pena de dez cruzados, a não ensinar a índio algum "o seu ofício porque grande prejuízo fará à terra". Como vemos, se, por um lado, a perspectiva de explorar essa riqueza constituía uma tentação, por outro, o receio de que os nativos pudessem atingir um grande desenvolvimento capaz de colocá-los em igualdade de condições no fabrico de armas, concorria grandemente para influir no espírito dos dominadores, levando-os a criar dificuldades à expansão dessa indústria.

Em 1688, o rei de Portugal respondendo à carta em que o Governador remetera para a Côrte as amostras de ferro descoberto na Ilha do Maranhão, dizia não ser conveniente continuar a manufactura, porque sendo que no sertão se encontrasse ainda em maior abundância, ao gentio, instruído pelos que fugissem da cidade, fácil seria fabricá-lo, o que era grave

dano ao comércio do reino, por ser o ferro a melhor droga que dêle podia ir" (citado nas *Obras* de J. F. Lisboa).

Como se vê, não data dos nossos dias a batalha do ferro no Brasil. Os interesses estrangeiros — ontem de Portugal, hoje dos imperialistas — exigem que tudo façam para entravar o desenvolvimento da siderurgia em nosso país. No Brasil colônia, como vimos no trecho da carta do rei atrás citado, não convinha aos conquistadores que os nativos aprendessem o ofício de trabalhar o ferro por ser o melhor produto que o reino poderia enviar para a colônia. Residem, pois, nesse interesse oculto, as poderosas razões que desde os tempos coloniais impedem o desenvolvimento da nossa siderurgia.

Hoje, como ontem, os obstáculos visíveis continuam sendo os mesmos: deficiência do mercado interno e de transporte e quantidade insuficiente de técnicos nacionais.

Volta Redonda constitui, sem dúvida, um grande passo para a criação da siderurgia brasileira. Ela, porém, é ainda uma planta muito tenra. Requer o máximo de carinho e cuidado. Estamos presenciando certos factos que não podem passar despercebidos à atenção dos representantes do povo. Não é segredo para ninguém que a possibilidade da transformação do Brasil em grande potência industrial causa inquietação às forças imperialistas, interessadas em que não saíamos nunca do terreno de meros fornecedores de matéria prima a preço vil, e eternos compradores de produtos industrializados a preços escorchantes. E' claro que as forças imperialistas se esforçam para seguir a mesma política de entravar o nosso desenvolvimento siderúrgico, seguida pela Coroa portuguesa no período colonial.

Dir-se-á que Volta Redonda já é uma realidade e não mais será possível impedir seu funcionamento. Precisamos, porém, encarar os factos objetivamente. Temos na nossa própria história econômica os exemplos do passado que não podemos olvidar. Não basta a Usina ter sido construída e seu mecanismo entrado em fase de produção para assegurar a sua existência. Existem outros factores de grande importância que não podem ser descurados. A possibilidade de sobrevivência de nossa primeira grande Usina depende, entre outras coisas, de meios de transporte suficientes, de mercado interno crescente e quadros técnicos capazes, em quantidade. As forças imperialistas, interessadas em entravar o desenvolvimento da indústria pesada nacional, não podendo impedir a construção da usina, procurarão, por todos os meios, asfixiar sua produção. Tal afirmação tem sua razão de ser no que vem sucedendo ultimamente, após o término da guerra, com as empresas nacionais que se dedicam ao trabalho do ferro e do aço. E' recente o caso da Eletro-Aço São Caetano que já foi fechada. Agora pesa a ameaça de liquidação da Companhia de Níquel do Brasil; a ameaça do controle, por parte do capital estrangeiro, da Fábrica Nacional de Motores e da Companhia Nacional de Alcalis, sobre a qual voltaremos a tratar noutra ocasião.

Agora mesmo, estamos vendo que a Coquerie de Volta Redonda não está funcionando como deve, por falta de carvão. As Companhias de Santa Catarina não o tem fornecido em quantidade suficiente devido às difi-

culdades de transportes. Chamamos a atenção dos senhores representantes para a coincidência mais do que suspeita de todos esses factos. Eles não estão acontecendo por acaso. Não podendo atacar de frente, o imperialismo fustiga pelos flancos, no intuito de criar condições insustentáveis para a existência de Volta Redonda.

Existem outros problemas de enorme importância, como seja o da ampliação do mercado interno. Nenhum povo poderá atingir um alto índice industrial se não contar, acima de tudo, com seu próprio mercado para sustentá-lo. O erro do Japão, procurando desenvolver sua indústria, sustentando-a, principalmente com as exportações, devido ao baixo nível aquisitivo de seu povo, levou-o a enveredar pelo caminho da conquista, pelas armas, dos povos mais fracos, a fim de transformá-los em consumidores de sua indústria. Com uma população quasi igual à dos Estados Unidos e um poder industrial que não atingia um terço do da União Americana, o Império do Sol Nascente viu-se a braços com o grave problema da super-produção, ou melhor, do sub-consumo interno. Se os Estados Unidos conseguiram atingir o atual poderio industrial, é preciso não esquecer que seu mercado interno consome mais de 70 % de sua produção. Não podemos alimentar a ilusão de entrarmos logo de saída no terreno da competição comercial com as grandes potências nos mercados externos, sem primeiro solidificar nossa indústria com o consumo interno capaz de sustentá-la. E só é possível criar mercado interno, se adotarmos uma estrutura econômica que permita a elevação da capacidade aquisitiva de nosso povo, dando possibilidade a 30 milhões de camponeses que nada compram, nada consomem, porque, não dispondo de terra, sujeitos às condições de trabalho semi-feudais, vivem à parte de nossa vida econômica. Sem a distribuição de terras devolutas ou mal aproveitadas, junto aos grandes centros consumidores e ao longo das vias de comunicação, nosso povo não poderá elevar seu nível aquisitivo. Sem a elevação desse nível aquisitivo, não teremos mercado interno. Sem mercado interno não pode haver transporte rápido e barato, porque tais meios não são aproveitados ao máximo. Sem transporte e sem consumidores, a indústria será quando muito uma perigosa aventura. Essa, a situação real.

Além desses, existe outro factor de enorme importância. O de pessoal tecnicamente capaz. Técnicos e operários especializados não se improvisam. Só a longa experiência na prática do trabalho possibilita seu aperfeiçoamento. Os mil e um segredos das oficinas, para serem penetrados, requerem longo exercício e profundo espírito de observação. Sem a estabilização dos operários na Usina jamais teremos siderurgia. Vem a propósito lembrar aqui o testemunho de Felipe dos Santos sobre a fábrica do Pilar, uma das muitas tentativas do desenvolvimento da indústria do ferro no Brasil. "Um dos impedimentos à prosperidade da fábrica do Pilar foi a falta de pessoal hábil e adestrado. Dos artífices angariados na Prússia (1820) para serem empregados na indústria do ferro no Brasil, foram destinados ao Pilar os Utsch, pai e filho, ambos fundidores. Estes não conheciam o trabalho, nem entendiam de fundição. Eram bisonhos operários recrutados como especialistas."

Mais significativa ainda é a seguinte observação:

"A fábrica com a saída de Câmara da Intendência definiu. Os salários dos operários não eram pagos com pontualidade e estes fugiam. Em pouco tempo foram paralizadas as suas oficinas. E, depois, arrolados os bens para a venda em hasta pública, praça que se efetivou em 1831."

Esse aspecto não pode ser desprezado. Encerra um profundo ensinamento que de modo algum poderá deixar de ser levado em consideração.

A formação de técnicos nacionais foi prevista logo no início de Volta Redonda. Encontramos numa conferência do Coronel Macedo Soares a seguinte afirmação: — "A Escola de Minas de Ouro Preto foi transformada em Escola de Minas e Metalurgia; ampliaram-se os cursos de metalurgia em várias escolas do país, inclusive na Escola Técnica do Exército, que já formou muitos engenheiros metalúrgicos. Diversos engenheiros brasileiros foram enviados aos Estados Unidos para fazer cursos práticos de fundição e laminação do ferro e do aço". Isso foi feito prevendo a necessidade de técnicos que Volta Redonda criaria. Hoje, Volta Redonda já se transformou em Escola para novos técnicos. Lá um numeroso operariado vai se aperfeiçoando às lides de fundição, de laminação e de coquerie.

Não resta dúvida que Volta Redonda constituiu um grande passo. Mas não é ainda o decisivo. O operariado que ali se especializa não pode ser desprezado. Engenheiros e técnicos, sem trabalhadores especializados, nada poderão fazer. E o operariado de Volta Redonda não está satisfeito. Não está tendo a atenção que merece e que nosso futuro exige. Muitos desses trabalhadores, que já adquiriram apreciável grau de aperfeiçoamento, estão abandonando a Usina, devido a que as condições de trabalho não correspondem ao que é justo. Isso constitui grave perigo. Volta Redonda precisa, acima de tudo, criar condições capazes de satisfazerem as necessidades da grande massa de operários que está forjando ali a viga mestra da nossa independência econômica. Uma das maiores reivindicações dos trabalhadores da Usina é a observância dos arts. 71 e 73 da Consolidação das Leis do Trabalho e que estabelecem o seguinte:

"Art. 71. Em qualquer trabalho que exceda de 6 horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, de, no mínimo, *uma hora*."

"Art. 73. Considera-se trabalho noturno o executado entre as 22 horas de um dia e às 5 horas do dia seguinte."

De acordo com o art. 73, as horas noturnas serão pagas com um acréscimo de, no mínimo, 20 %.

Em algumas seções, o serviço é executado por 3 turmas que trabalham dia e noite, ininterruptamente, 8 horas cada uma.

Torna-se imprescindível, para maior e melhor rendimento na produção, que o serviço seja feito por 4 turmas de 6 horas cada uma, assim como o pagamento das horas noturnas.

Muitos operários lidam com gases, ácidos e tintas e devem, por isso, receber justa quantidade de leite, evitando-se, na medida do possível, as intoxicações.

Ainda recentemente foi concluído um acordo entre a Direção da Usina e os trabalhadores. Entretanto, o acordo fugiu aos princípios estabelecidos anteriormente, durante a administração do Coronel Macedo Soares, chegando a ferir um dispositivo constitucional. Realmente, o Boletim de Serviço n. 200, transcrevendo o acordo para o reajustamento de salário, diz no item 2.º — "tendo em vista que o aumento concedido é em consequência do encarecimento do custo de vida e que o preceito constitucional (item 6, art. 157) mandando pagar o repouso semanal, por si só já instituiu uma melhoria de salário de cerca de 18,5 %, resolveu a C.S.N. que, dos aumentos a conceder aos horistas e diaristas, serão descontadas as percentagens relativas ao pagamento do repouso semanal; ora, se o acordo foi de ser concedido um aumento de 30 % sobre o salário, e a Constituição estabeleceu, muito justamente, que o dia de descanso deve ser remunerado, a Companhia Siderúrgica Nacional não pode interpretar a seu modo o dispositivo constitucional, pretendendo considerar o pagamento do descanso como aumento de salário para fugir ao acréscimo de 30 %, pretendendo descontar deste total 18,5 % provenientes do pagamento do repouso semanal. A Constituição estabeleceu o repouso remunerado porque nesse dia o operário, mesmo não trabalhando, tem despesa da alimentação, da casa, da família, etc. Tal acordo, portanto, é ilegal. Se, durante a gestão do Coronel Macedo Soares, S. Ex.ª concordou com o aumento de 30 % sobre o salário, numa época em que o custo de vida se elevou a mais de 300 %, não pode a atual direção pretender considerar o cumprimento de um dispositivo constitucional como aumento de salário. O pagamento do repouso semanal não constitui aumento. O que a Constituição fez foi exigir o pagamento de salários que criminosamente vinham sendo sonegados.

Tal procedimento da direção da Companhia Siderúrgica Nacional está provocando profundo descontentamento aos milhares de operários. Os que devem estar bastante satisfeitos são os imperialistas interessados no fracasso da nossa siderurgia. Chamamos a atenção da Casa para tal facto. O êxito de Volta Redonda deve constituir uma das nossas principais preocupações. Não podemos consentir que certos factos concorram para entravar seu desenvolvimento. E' preciso, é indispensável que sejam criadas condições capazes de radicar na Usina os trabalhadores que estão se especializando na siderurgia. Será um crime provocar o êxodo da massa operária que trabalha em Volta Redonda.

Queremos apontar aqui algumas deficiências que impedem a fixação do trabalhador em Volta Redonda, deficiências que precisam ser sanadas. A Direção precisa dar escolas de alfabetização, alojamentos higiênicos, refeições sadias e completas e assistência médico-hospitalar.

No acordo recentemente firmado, ficou estabelecido que o aumento será concedido nas seguintes condições:

"1.ª — Integral ...quando a frequência fôr superior a 85 %;

Menos 15 % sobre o aumento, quando de 80 % a 84,5 %;

Menos 20 % sobre o aumento, quando de 75 % a 79,9 %;

Menos 30 % sobre o aumento, quando de 70 % a 74,9 %.

2.^a — Quem tiver freqüência abaixo de 69,9 % não terá qualquer aumento". Ora, o absurdo desse dispositivo salta à vista. Se um operário adoce e justamente nesse período suas despesas crescem enormemente, e se vê forçado a faltar ao trabalho em 30 % do mês, não receberá o aumento concedido. Este item, por si só, demonstra a necessidade de ser criado um serviço médico-hospitalar, única maneira de tornar possível o controle das faltas, justificáveis quando por motivo de doença, e que, neste caso, não podem ser sujeitas a penalidades, a não ser que queiram estabelecer uma legislação social onde ficar doente constitui um crime.

Desta maneira, torna-se necessário a convocação de uma Assembléia do Sindicato, de acordo com seus estatutos, para deixar bem claro que o descanso semanal remunerado nada tem a ver com aumento de salário.

Tanto os horistas, diaristas e mensalistas, de acordo com o texto da Constituição de 1946, têm direito a receber os dias de descanso, preferentemente aos domingos.

Seria aconselhável suprimir as condições de freqüência, até que a Companhia possa controlar pela assistência médica efetiva as faltas por motivo de doença e que não podem ser contadas como faltas, desde que sejam justificadas.

A população de Volta Redonda até hoje não dispõe de um hospital que satisfaça suas necessidades.

Sabemos que o I. A. P. I. vem recolhendo grandes somas naquê sector industrial, sem que, entretanto, preste assistência médico-hospitalar. Isto seria possível através do financiamento para construção de um hospital em Volta Redonda, em que os trabalhadores recebessem tratamento efetivo e gratuito.

O hospital existente, de caráter provisório, apesar do esforço dos médicos e enfermeiros, não atende às suas finalidades.

As diárias são caríssimas e muitos trabalhadores ficam endividados no hospital da Companhia, o que vem influir no mínguido orçamento doméstico, aumentando a miséria nos lares operários.

Por outro lado, a Fazenda Santa Cecília, de propriedade da Companhia, deve merecer melhor atenção dos responsáveis pelos destinos da empresa.

Através de um plano pré-estabelecido, poder-se-á aumentar a produção de víveres, para serem vendidos a preços acessíveis à bolsa dos trabalhadores.

O uso de máquinas e adubos químicos e o melhor pagamento dos trabalhadores da fazenda, possibilitariam maior e melhor produtividade, beneficiando o abastecimento da cooperativa e dos refeitórios locais.

Sabemos que a construção da Usina valorizou demasiadamente as terras adjacentes, liquidando a pequena lavoura.

Hoje, a quasi totalidade dos cereais, legumes e frutas é importada de São Paulo e Minas e às vezes de mais longe ainda, o que vem elevar cada vez mais o custo da vida. Esse, Sr. Presidente, o panorama de Volta Redonda, com tantas perspectivas e com seus graves problemas dificultando que essas perspectivas se transformem numa realidade esplêndida que seja a alavanca inicial da nossa libertação econômica.

Urge, Sr. Presidente, solucionar esses problemas. Para isso, faz-se necessário, antes de tudo, que o Governo conte com o apoio decidido do povo. Ora, Srs. Deputados, só um Governo de confiança nacional, um Governo que represente a união dos brasileiros democratas, terá esse apoio. O Presidente Dutra, que, sem dúvida, deseja governar e resolver os problemas brasileiros, há de compreender que necessita de atender aos reclamos legítimos do povo, dando ao seu governo um sentido unitário, democrático e popular, ampliando-o, afastando dele os homens ainda ligados ao fascismo, chamando para os postos de responsabilidade homens em que o povo confie. Assim, poderá ele resolver os problemas tão graves que nos afligem, apressando a industrialização do país, a libertação econômica de nossa Pátria.

(Discurso pronunciado no Congresso Nacional, em 13-11-1946).

QUE É DEMOCRACIA? — *Flores da Cunha* — A melhor definição, ainda, é a da velha Grécia: Democracia é toda organização do poder avessa ao despotismo.

Barbosa Lima — Avessa ao despotismo político e ao despotismo econômico, uma democracia de sentido igualitário — era apenas o ponto que acrescentaria como resultante de todas as palavras que venho pronunciando. Porque, na verdade, não basta combater o despotismo do poder político. Há necessidade, também, de libertar o cidadão do poder econômico, que não é menos real, menos influente, menos opressivo e que talvez seja mais nocivo do que o despotismo do poder político. (*Diário da Assembléia*, 9-7-1946.)

LIBERDADE SINDICAL — “A liberdade sindical, em seu sentido mais amplo, é indispensável ao progresso de nossa terra e à defesa de nossas instituições democráticas. Só através dela poderá o proletariado influir poderosamente, através de seus organismos livres, nos destinos da Nação, servindo como elemento preponderante na salvaguarda de nossas instituições democráticas e no progresso e emancipação econômica de nossa Pátria.

Aliás, o Brasil é um dos pouquíssimos países do mundo de hoje, onde o proletariado não goza da liberdade de se organizar, inclusive de fundar e manter seu órgão unitário, sua Central Sindical, como a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. E, o que é mais triste de se dizer, é que este direito já tinha sido conquistado em 1930.” (*João Amazonas* — *Diário da Assembléia*, 14-5-1946.)

Sínteses

“O maior problema do gênero humano, a cuja solução o obriga a natureza, é a consecução de uma sociedade civil, que administre o direito para todos.” (Kant).

•

“Se toda a humanidade, menos um, fôsse de uma opinião, não estaria a humanidade mais justificada em reduzir ao silêncio tal pessoa, do que esta, se tivesse força, em fazer calar o mundo inteiro”. (Stuart Mill).

•

“A justiça na Inglaterra é igual para todos e a ela todos têm acesso livre, exatamente como na Taverna de Londres, contanto que se tenha dinheiro para pagar as despesas”. (John Tooke).

•

A história não se desenvolve em linha reta. Tem fluxos e refluxos, altos e baixos, zigue-zagues e quedas impetuosas e catastróficas. Mas continua a desenvolver-se, não para.

•

O imperialismo desenvolvido é o “prelúdio da revolução socialista”.

•

A caridade é um meio de curar a miséria, desprezando as suas causas. (Alcides Gentil — *As idéias de Alberto Torres*).

•

“Todos necessitam compreender isto, compreender que a simples substituição de homens no poder não significa democracia, nem solução para os problemas do povo, nem progresso para o Brasil.”

(Prestes — *Do Discurso em homenagem a Siqueira Campos*. 5-7-46).

•

“É necessário saber defender a democracia. E defender a democracia é mobilizar o povo para exigir do governo que não haja mais retrocesso.”

(Prestes — *Do Discurso em homenagem a Siqueira Campos*. 5-7-46).

O Pensamento de Stálin



Lénin ensinava que revelar lealmente os erros do Partido, estudar as causas que os originaram e apontar os caminhos que se devem seguir para corrigi-los é um dos meios mais seguros para instruir e preparar devidamente os quadros do Partido, para instruir e educar devidamente a classe operária e as massas trabalhadoras. Lénin disse:

“A atitude de um partido político diante de seus erros é um dos critérios mais importantes e seguros para julgar da seriedade de um partido e do seu modo de cumprir, na prática, os seus deveres para com a sua classe e as massas trabalhadoras. Reconhecer, francamente, o seu erro, descobrir-lhe as causas, analisar as circunstâncias que o originaram, examinar atentamente os meios para corrigir o erro — eis as características distintivas de um partido sério, o que se chama cumprir com os seus deveres, o que é educar e instruir uma classe e também a massa.”

Isso quer dizer que o dever dos bolcheviques não consiste em ocultar os seus erros, em tentar fugir ao problema dos seus erros, como sucede com frequência entre nós, mas em confessá-los franca e lealmente, em apontar franca e lealmente os caminhos para corrigir tais erros, em consegui-los franca e lealmente. (Stálin — *Luta contra o trotskismo*, pág. 38 — Edições Horizonte, 1945.)

•

... a atividade prática do Partido do proletariado deve basear-se, não nos bons desejos das “ilustres personalidades”, não nos postulados da “razão”, da “moral universal”, etc., mas nas leis da evolução social e no seu estudo. (Stálin — *Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — “in” *Sobre os fundamentos do leninismo*, pág. 279 — Editorial Calvino Ltda. — 1945.)

•

... a transição do capitalismo para o socialismo e a libertação da classe operária do jugo burguês não se podem verificar por meio de lentas modificações, de reformas, mas, tão somente, através da trans-

formação qualitativa do regime capitalista, isto é, através da revolução. (Stálin — *Sôbre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — “in” *Sôbre os fundamentos do leninismo*, pág. 272 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

...em política, para não se errar, é preciso ser-se revolucionário e não reformista. (Stálin — *Sôbre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — “in” *Sôbre os fundamentos do leninismo*, pág. 272 — Editorial Calvino Ltda. — 1945.)

OS SOVIETS QUEREM A PAZ — O Ministro das Finanças da URSS acaba de recomendar uma redução de 58 bilhões e 800 mil rublos nas despesas militares, ao submeter aos deputados o orçamento do país. Contém o telegrama da *Associated Press* que disse nos dá notícia duas revelações surpreendentes para quem desconhece a vida soviética: a da sinceridade da política de paz da URSS, em contraste com a preparação guerreira dos imperialistas anglo-americanos, política de paz concretizada na redução do orçamento militar, e do extraordinário desenvolvimento da sua economia socialista, graças aos seus triunfantes planos quinquenais. Há na América Latina quem suponha que os Estados Unidos poderão dominar o mundo facilmente, confrontando os nossos dados econômicos de países mal industrializados com os da grande potência industrial de Tio Sam. Essa é uma maneira unilateral de ver as coisas. Confrontados os números ianques com os soviéticos ou mesmo com os ingleses a impressão que se tem já é outra muito diferente. De acordo com o cálculo da A.P. (três rublos e pouco para um dólar, no que se refere ao seu atual valor aquisitivo), só a redução de mais ou menos 50 % pedida no orçamento militar da URSS pelo seu ministro das Finanças equivale, *grosso modo*, a quasi 400 bilhões de contos, cerca de 20 vezes o orçamento total do Brasil ou da Argentina, de menos de 15 bilhões de cruzeiros. O orçamento total da URSS eleva-se à cifra, para nós astronômica, na América Latina, de mais de 100 bilhões de dólares. **QUASI DOIS TRILHÕES DE CRUZEIROS!** (De *Tribuna Popular*, 17-10-946.)

COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO E EVOLUCIONISTA — Se, na correlação de forças, dominar o mundo as capitalistas sobre as socialistas, o comunista, num país altamente industrializado, atuará como revolucionário; num país atrasado, colonial, agrícola ou pastoril, atuará como evolucionista. Tão depressa haja a inversão nessa correlação de forças, com o predomínio, portanto, das forças socialistas, o comunista dos países atrasados para logo passará a atuar revolucionariamente. — CIERP.

AS LIBERDADES POLITICAS NA UNIÃO SOVIETICA

por SAMUEL LESNIK

INTRODUÇÃO

O objetivo deste pequeno trabalho consiste em explicar como se exercem, na União Soviética, as liberdades políticas: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de manifestação; como os cidadãos soviéticos fazem uso de seu direito de associação, como adquire corpo, praticamente, a democracia na União Soviética.

A isso precede uma breve exposição das características fundamentais da democracia soviética.

Freqüentemente, pergunta-se se a expressão “democracia soviética” é ou não admissível, se não seria mais justo falar de democracia em geral e tomar a “democracia pura” como medida para determinar a forma e o nível da democracia nêsse ou naquêlo país.

Acrescenta-se, ainda, com freqüência, que somente devem ser considerados democráticos os países cujo sistema é parecido com o dos denominados Estados parlamentares.

A opinião pública soviética não nega a importância dos sistemas democráticos parlamentares, não nega seu papel estimulante para a atividade política das massas, mas, de modo algum, pode considerar o parlamentarismo como forma “universal” da democracia. Mais ainda: os soviéticos negam a existência de uma democracia “universal”, “acima das classes” ou “pura”. Os soviéticos afirmam que não existe democracia em geral; que não há e nem pode haver uma forma imutável de democracia para todos os tempos e povos.

A democracia — afirmam os soviéticos —, do mesmo modo que qualquer outra instituição política, do mesmo modo que o Estado em seu conjunto, é uma realidade concreta e histórica. Adquire sempre formas concretas e reflete os interesses de classes sociais determinadas. Seu nível depende das tradições históricas do povo em causa, da correlação das forças de classe, da atividade política, da consciência e coesão das massas e, finalmente, das formas estatais que tenha adquirido o regime social e econômico do país.

A democracia ateniense do mundo antigo, por exemplo, parecia-se com a democracia atual da Inglaterra ou dos Estados Unidos? Aquela constituía uma clara manifestação da vida política da sociedade escravista, uma vez que despojava de todo direito político e mesmo humano os escravos, que formavam a maior parte da população na Grécia antiga.

O povo inglês orgulha-se de sua *Magna Charta*, mas, como julgáramos o político que recomendasse, seriamente, os ingleses a voltar àquêlo nível político próprio da Inglaterra feudal?

Sabe-se que a Constituição dos Estados Unidos da América figura entre as primeiras Constituições democráticas do mundo; entretanto, foi necessária uma guerra civil para que fôsse concedidos, embora não mais do que formalmente, os direitos humanos e políticos a uma parte considerável da população: os negros.

Os soviéticos acreditam e afirmam que, naquela sociedade em que as riquezas materiais se encontram concentradas nas mãos de uma insignificante minoria, numa sociedade dividida por contradições de classe, as liberdades democráticas garantidas, inclusive pela lei, têm um caráter formal e só podem ser utilizadas por uma minoria de cidadãos e em seu próprio interesse. Os soviéticos estão convencidos de que uma democracia conseqüente, uma democracia para a imensa maioria do povo, unicamente é possível numa sociedade em que não exista a propriedade privada dos instrumentos e meios de produção, onde se tenha abolido a exploração do homem pelo homem, onde não haja contradições de classes. Os soviéticos sabem que só numa sociedade semelhante os direitos e liberdades democráticos não ficam reduzidos a leis inócuas e são realidades tangíveis, pois, para isso, são concedidos aos trabalhadores e às suas organizações todos os recursos materiais necessários.

Muitos são os países que contam com instituições democráticas, com regimes estatais de forma democrática; mas os cidadãos desses países não gozam, em igual medida, dos benefícios da democracia. Assim, por exemplo, numa das democracias mais antigas da Europa, na Inglaterra, não passam de algumas dezenas de milhões as pessoas que têm direito a voto, enquanto são centenas de milhões os cidadãos que vivem nas colônias e se vêem privados desse importante direito democrático.

Os soviéticos afirmam que só num regime socialista pode existir um poder popular autêntico e conseqüente.

Precisamente por isso os soviéticos não podem deixar de encarar com certas reservas e prevenções os debates sobre a democracia em geral, sobre a democracia "pura", e consideram conveniente perguntar-se de que tipo de democracia se fala, qual é seu caráter de classe, no interesse de quem é praticada. Daí o facto de os soviéticos falarem da democracia socialista soviética como uma democracia de tipo especial mais elevado.

Demonstrar que assim é — eis o objetivo deste pequeno trabalho.

CAPÍTULO I

A URSS, país do socialismo e da democracia socialista

A URSS é o país do socialismo. A Grande Revolução de Outubro de 1917 derrubou o governo imperialista e anti-popular de Kérisinski, que havia levado a Rússia à beira da catástrofe econômica e da decomposição nacional, e iniciou a era da transformação socialista do país. A classe operária, unida às massas camponesas, com o partido de Lênin e Stálin à frente, instaurou, pela primeira vez, na história, uma República de Soviets.

O povo soviético, dirigido por Lênin e Stálin nos combates da guerra civil, defendeu o seu Estado, consolidou-o e forjou a inquebrantável União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O plano leninista para a edificação do socialismo, desenvolvido pelo gênio de Stálin, foi acolhido com grande entusiasmo pelas massas, pelo povo, e levado à prática sem poupar esforços nem sacrifícios. De um país atrasado técnica, econômica e culturalmente, a Rússia se converteu numa potência de primeira grandeza, que se baseia numa poderosa indústria, numa técnica avançada, na agricultura mais mecanizada do mundo, baseada em fazendas do Estado (sovkózes) e em cooperativas de produção (kolzózes).

Como resultado da industrialização do país e da coletivização de sua agricultura, o sistema econômico socialista da URSS triunfou de modo total e definitivo. A propriedade socialista tornou-se o fundamento irremovível da sociedade soviética. Com isso, foi extirpada, definitivamente e para sempre, a exploração econômica do homem pelo homem; foram arrancadas as suas raízes.

A economia da União Soviética obedece a um plano, e, no país, não se conhecem as crises. Cada ano, cada dia, ganha em celeridade o ritmo de seu desenvolvimento. Acabou-se, na URSS, com o desemprego, com a miséria. O socialismo tornou-se carne e osso da sociedade soviética. Com palavras simples e concretas, Stálin explicou em que consiste a essência da transformação social havida na URSS. "Nossas fábricas e nossas oficinas — disse Stálin — funcionam sem capitalistas. São dirigidas por homens do povo. A isto é que chamamos socialismo na prática. Em nossos campos, trabalham os camponeses sem proprietários, sem kulaks. Seu trabalho é dirigido por homens do povo. Isto é o que, entre nós, se chama socialismo na prática, é o que chamamos vida socialista livre."

A juventude soviética, que cresceu durante os planos quinquenais stalinianos, conhece apenas pelo que contam os anciãos, pelo que aprende nas escolas e pelo que lê nos livros e jornais, o que é o sistema capitalista de produção, com sua economia anárquica e sem plano, com sua concorrência; somente por referências sabe que é uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, no princípio do *Homo hominis lupus*.

No sociedade socialista, o trabalho perdeu sua índole de ato coercitivo, que se realiza em benefício de outro e se converteu numa questão de honra, de dignidade, de heroísmo. Só num regime socialista, isto é, numa sociedade edificada segundo o princípio "De cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo seu trabalho", é possível harmonizar os interesses pessoais e os da comunidade, de maneira a que o trabalho honesto dos cidadãos, além de redundar em benefício comum, permita satisfazer — sem limites — as necessidades materiais e culturais de cada indivíduo.

A sociedade socialista da URSS não conhece esses abismos, que existem entre a vida dos magnatas e plutocratas rodeados de um luxo e de um fausto indescritíveis e a vida miserável das massas. Ora, essa situação não significa que se tenha aplicado o "nivelamento da pobreza". Ao contrário, chegou-se a isso intensificando-se ao máximo a produção, colocando os homens em condições de satisfazerem suas necessidades e gostos,

mediante o trabalho, o esforço e a capacidade de cada um, à medida que foi crescendo a riqueza social. Na URSS, é realidade um princípio profundamente justo — “Quem não trabalha não come” —, e, com isso, eliminou-se o parasitismo social.

A transformação socialista do país teve por consequência a abolição das classes exploradoras. Não existe, na URSS, a classe formada por capitalistas, não há latifundiários, nem proprietários da terra, nem comerciantes, nem especuladores. A sociedade soviética tornou-se mais homogênea. É constituída de duas classes unidas: operários e camponeses, e intelectualidade soviética, que se nutre de ambas. A transformação socialista do país fez-se sentir, profundamente, nas relações mútuas dos operários e camponeses. O papel dirigente, na sociedade soviética, corresponde à classe operária, e isso não é de estranhar, pois foi a classe operária — politicamente mais desenvolvida e melhor organizada — a que, dirigida por seu Partido Bolchevique, teve de suportar nos ombros a carga mais pesada na luta pelo socialismo. Foi a classe operária quem instruiu, organizou e elevou ao seu nível atual as massas rurais, ajudando-as a superar as vacilações, os instintos de pequeno proprietário. Finalmente, ela é que fez todo o possível para que os camponeses dessem um salto sem precedentes na economia e na cultura.

Nos vinte e oito anos de Poder Soviético, a própria classe trabalhadora muito aprendeu na luta política, no esforço para instaurar o trabalho e a produção socialistas. Seu peso específico na composição demográfica da URSS passou de 17% (dezesete por cento), em 1917, para 35% (trinta e cinco por cento), em 1937.

Tôdas essas circunstâncias contribuíram para robustecer a autoridade política e econômica da classe operária e seu papel dirigente na sociedade soviética.

Os camponeses dos kolrózes soviéticos, tão pouco, em nada recordam os antigos *mujiks*, que trabalhavam a terra por processos e com instrumentos primitivos. Saiu dos kolrózes uma infinidade de camponeses que ocupam postos de primeira importância na construção de uma nova vida. Contam-se por milhares os dirigentes de kolróz, presidentes, chefes de grupo, homens que se especializam em certos cultivos, pecuaristas, entregues, todos eles, de corpo e alma, ao trabalho dessas cooperativas agrícolas de produção. Identificaram-se a tal ponto com a vida do kolróz, que não desejam, de modo algum, mudar de vida. Os camponeses kolrozianos converteram-se numa nova classe da sociedade socialista. Os kolrózes salvaram os camponeses da miséria e do depauperamento, do jugo que os camponeses ricos queriam impor à maioria. A carência de terra, total ou relativa, converteu-se num fenômeno que pertence ao passado. O Poder Soviético entregou aos kolrózes, em usufruto perpétuo e inalienável, a terra que lhes foi designada.

Na sociedade socialista, não existem condições para os antagonismos entre a classe operária e a camponesa. A produção e a distribuição dos benefícios materiais e da cultura, a política de preços na economia planificada da URSS são reguladas e dirigidas pelo Estado, que atua não no

interêsse de uma classe ou de outra, mas no interêsse de toda a sociedade. Dêsse modo, consolida-se e amplia-se o sistema da economia socialista.

A firmeza inquebrantável dessa união entre operários e camponeses pôde ser comprovada durante a Guerra Patriótica, que constituiu uma prova decisiva das forças materiais e morais do povo. Hitler equivocou-se ao supor que romperia as relações fraternais existentes entre os operários e os camponeses. Na grande prova, essa união não fez sinão fortalecer-se. O ardoroso amor à pátria dos operários e camponeses fundiu, ainda mais, essas duas classes. A essência dêsse fenômeno foi evidenciada com o gesto de Ferapont Golovati, kolroziano da aldeia de Stepnoi, na região de Saratóv, ao ter início, em 1942, o movimento popular de doação das economias pessoais para satisfazer as necessidades do Exército Vermelho. Ferapont Golovati custeou, com suas economias, dois aviões de guerra e entregou-os ao Exército Vermelho.

“Não é difícil compreender — escrevia Golovati — de onde se nutre essa força legendária dos camponeses soviéticos, essa fidelidade que demonstram para com a sociedade socialista. No país soviético, os camponeses, pela primeira vez no transcurso de sua história multi-secular, tornaram-se donos da terra e do Estado. Eu, camponês soviético, pude adquirir dois aviões para o Exército Vermelho, para o meu Estado, porque um e outro me são muito caros e defendem os interêsses do povo. Meu pai, por sua vez, que podia sentir pelo poder do Tsar, dos burgueses e latifundiários da antiga Rússia, sinão ódio? Meu pai não possuía nem um cavalo, nem terra, e via-se obrigado a trabalhar como um escravo para os latifundiários e capitalistas... Os camponeses soviéticos defenderam, na Guerra Patriótica, as coisas mais queridas: a terra, os kolrózes, a liberdade, a honra e a independência de sua pátria. Nossa democracia soviética — termina Golovati — concede direitos políticos, os benefícios da vida material e da cultura a todo o povo, e todo o povo está disposto a qualquer sacrifício em prol do florescimento de sua pátria querida.”

Mudou, também, radicalmente, o papel social da intelectualidade soviética. Em vez de servir aos interêsses das classes possuidoras, está agora a serviço do povo, e, com seu trabalho, conquistou um posto de honra na sociedade soviética, da qual constitui parte inseparável.

Mólotov falou com palavras de elogio, ao referir-se à intelectualidade soviética, no discurso que pronunciou a propósito do XXVIII aniversário da Grande Revolução de Outubro:

“Conseguimos resolver todos os nossos problemas na frente e na retaguarda graças também ao facto de a intelectualidade soviética ter cumprido seu dever para com a Pátria. A guerra demonstrou, com plena evidência, como se transformou a intelectualidade, durante os anos de Poder Soviético. Já não se fala de intelectuais velhos e novos. A própria vida eliminou êsse problema. Em sua imensa maioria, os intelectuais cumprem, honestamente e com pleno êxito, seus sérios deveres na economia, na educação de novos especialistas, no que diz respeito à conservação da saúde e a elevação do nível cultural do povo. Podemos hoje, afirmar,

com grande satisfação, que a intelectualidade soviética é digna de seu povo e serve fielmente à sua Pátria.”

Essas foram as mudanças profundas verificadas no regime econômico e social da URSS, durante os anos de Poder Soviético. Tal é a base social da democracia soviética.

Diz o artigo 1.º da Constituição staliniana: “A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é um Estado socialista de operários e camponeses.”

E acrescenta, no art. 3.º: “Na URSS, todo o poder pertence aos trabalhadores da cidade e do campo, representados pelos Soviets de Deputados dos Trabalhadores.”

O Estado soviético nasceu como resultado da vitória da Revolução de Outubro.

Os Soviets apareceram como uma nova forma de democracia, mais perfeita, graças à qual foi possível levar a feliz término a revolução social e consolidar suas conquistas, edificar o socialismo no país.

Em que reside a força dos Soviets?

Reside no facto de que nasceram como fruto da iniciativa das próprias massas, as quais lhes deram forma e comprovaram sua eficácia muito antes da Revolução de Outubro de 1917.

Os Soviets instalados durante as lutas revolucionárias de 1905 e 1917 apareceram como organizações de massas e, por conseguinte, tornaram-se as organizações de maior autoridade e as mais democráticas. Por isso, precisamente, Lênin e Stálin viram no sistema dos Soviets um regime estatal mais avançado, mais democrático do que o das Repúblicas parlamentares.

Uma das características fundamentais do Poder Soviético consiste em que a base permanente e exclusiva dos Soviets se encontra na massa dos trabalhadores, no facto de que o aparelho estatal soviético é constituído de pessoas saídas do povo, trabalha no interesse do povo e sob o controle do mesmo.

Nas eleições para os órgãos centrais do poder, em 1937, e para os órgãos locais, em 1939, foram eleitos: para os Soviets rurais, 1.060.746 deputados; para os Soviets de bairro, 38.994; para os Soviets de distrito rural, 140.158; para os Soviets urbanos e os Soviets de distritos urbanos, 871; para os Soviets regionais e territoriais, 9.311; para os Supremos Soviets das Repúblicas federadas, 4.582; e para o Supremo Soviet da URSS, 1.338.

Foram, pois, incorporados ao trabalho dirigente do Estado um milhão e meio de deputados, enorme exército, verdadeira pleiade de representantes da população de todo o país.

Esses representantes apoiam-se nas inúmeras organizações de trabalhadores do Partido Comunista e sem partido. São como “correias de transmissão” que põem em movimento o aparelho estatal e lhe infundem a vitalidade extraordinária do povo. Para compreender a amplitude da participação dos trabalhadores nos órgãos dirigentes, bastaria indicar que, durante a campanha eleitoral de 1939 para os Soviets locais, participaram em seus trabalhos mais de dez milhões de pessoas. Nenhum outro Estado pode apresentar cifras que reflitam uma participação ativa tão

geral em eleições para os órgãos do poder. Nada tem de estranho que a URSS seja o país que proporciona a percentagem mais elevada de votantes. Nas eleições de 1939 para os órgãos locais do poder, o número de votantes constituiu 99,21 % do eleitorado. A democracia soviética é uma democracia para todos.

A democracia socialista soviética cresceu e desenvolveu-se paralelamente ao crescimento, desenvolvimento e consolidação do Estado soviético e encontrou sua forma mais completa e brilhante na Grande Constituição Staliniana.

Um dos característicos da Constituição soviética consiste no perfeito acôrdo entre o que se escreveu na Constituição e a realidade da vida.

A Constituição há de ser — disse Stálin — “o registo e a consolidação legislativa do que se alcançou e se conquistou de facto”. A Constituição soviética reflete o cumprimento real, efetivo, dos direitos democráticos. Na realidade soviética, não há discordância entre os direitos proclamados na Lei Fundamental do Estado e a vida real, coisa que não acontece, conforme podemos verificar à saciedade, noutros Estados.

A Constituição soviética não proclama apenas os direitos e liberdades políticas dos cidadãos, mas garante, ainda, as condições materiais requeridas para o exercício desses direitos e liberdades. Isso é possível porque, na União Soviética, o povo, representado por seu Estado, é o dono absoluto de todas as riquezas do país, de todos os meios materiais.

A Constituição staliniana proclama e assegura o direito ao trabalho. Há séculos inteiros, vem lutando a classe operária para conquistar esse direito, que continua sendo uma simples aspiração naqueles países onde existe a propriedade privada dos meios de produção.

Um dos problemas mais agudos que têm diante de si a Inglaterra, os Estados Unidos da América e outros países, no após-guerra, é, precisamente, o que diz respeito à utilização de milhões de pessoas que se vêem condenadas ao desemprego, com a reconversão da produção industrial às necessidades do período de paz. Esse problema não existe para a economia socialista planificada da URSS, que garante a cada cidadão a possibilidade de ter trabalho e receber por ele remuneração justa. Mas os trabalhadores da URSS não têm, somente, direito ao trabalho. Têm, igualmente, direito ao descanso, à recuperação de suas forças, à preservação de sua saúde.

O direito ao descanso, no País dos Soviets, não é, de modo algum, um direito formal. A lei assegura a duração da jornada de trabalho e as férias anuais para operários e empregados por conta do Estado. Assegura, também, que sejam colocados à disposição dos cidadãos soviéticos sanatórios, casas de repouso e balneários.

O direito à instrução é um dos direitos democráticos mais importantes, cujo cumprimento é objeto, na União Soviética, de especiais atenções por parte do governo. Não existe outro país que possa orgulhar-se de realizar, a esse respeito, obra de magnitude semelhante à levada a cabo pela União Soviética.

O Poder Soviético garantiu o direito à instrução para toda a juventude, abriu-lhe as portas para que escolha a profissão de sua preferência e possa preparar-se, convenientemente, para seu exercício.

O escritor inglês John B. Priestley, que visitou a União Soviética em 1945, captou muito bem essa característica do regime soviético, da democracia soviética.

"A juventude soviética — disse Priestley em discurso pronunciado através da emissora de Leningrado — tem uma qualidade rara, que lhe é muito própria e mais valiosa do que todo o ouro do mundo. Vossos jovens, parece-me, têm uma fé absoluta no futuro. Não apenas são ávidos de saber, de desenvolver sua capacidade, de dar em contribuição seu talento, mas, ainda, — e isto é o essencial — estão convencidos de que, se são talentosos, não lhes faltará ocasião de demonstrá-lo. E acredito que têm razão, pois a União Soviética é, hoje, um país de enormes possibilidades, um país no qual a juventude não pode sinão sentir-se transbordante de esperança e de fé."

Uma brilhantíssima manifestação da democracia soviética podemos encontrar na política nacional de Lênin e Stálin, a qual resolveu, inteiramente, o problema nacional da URSS.

A Grande Revolução Socialista de Outubro rompeu as cadeias que agrilhoavam os povos do território russo, concedeu-lhes plenitude de direitos e deu forma a seus Estados nacionais. Na União Soviética, foi abolida toda discriminação por motivos raciais, nacionais e religiosos. Com a ajuda do grande povo russo, os antigos territórios periféricos da Rússia tsarista, atrasados em todos os sentidos, converteram-se em Repúblicas soviéticas florescentes e adiantadas. Basta indicar a Geórgia, a "Pérola do Cáucaso" de hoje; a Armênia, que renasceu para uma nova vida; as florescentes Repúblicas da Ásia Central: Usbéquia, Tadjiquia, Turcmênia; a região-base da preparação dos metais de côr, o Kazarrstão, e logo se verá, com clareza, a grande força vital encerrada na comunhão de povos que se chama a União Soviética.

Com muita razão pôde dizer Mólotov, em seu discurso pronunciado por ocasião do XXVIII aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro: "A força triunfante da democracia soviética e sua imensa importância para o autêntico desenvolvimento dos povos nós as podemos encontrar no facto de que os Soviets permitiram que todos os povos elevassem, ininterruptamente, sua cultura nacional e se atendessem, permanentemente, à educação dos talentos nacionais; fizeram com que a cooperação entre todos os povos soviéticos, iguais em direitos, fôsse cada dia mais firme, coisa que não acontecia na Rússia tsarista e ainda não se verifica noutros países, nem sob regimes monárquicos, nem sob regimes republicanos".

As esperanças de Hitler, voltadas para a desunião dos povos soviéticos irmãos, esboroaram-se completamente. Todo o poderio do Estado soviético multi-nacional foi lançado contra o inimigo. A unidade e a comunhão dos povos da URSS tornaram-se ainda mais sólidas durante a guerra, fortaleceram-se seus vínculos e tornou-se mais eficaz sua cooperação. Russos, ucranianos, kazaques, georgianos, bielo-russos, judeus,

lituanos, armênios, todos os povos da União Soviética emulavam entre si para realizar, cada dia, novas façanhas nas frentes e na retaguarda.

A democracia soviética encontrou sua manifestação mais autêntica no sistema eleitoral.

Na URSS, as eleições para os órgãos do Estado realizam-se na base do sufrágio universal, direto e igual, com votação secreta. Segundo a Constituição staliniana, têm direito a participar das eleições todos os cidadãos que tenham alcançado a idade de dezoito anos, independentemente da raça ou nacionalidade a que pertençam, de sua religião, grau de instrução, residência, origem social, situação econômica ou de suas atividades no passado. O sistema eleitoral soviético, diversamente do de muitos outros Estados democráticos, não conhece os censos eleitorais, que exigem determinada instrução e nem os que permitem um voto múltiplo — isto é, quando os cidadãos têm direito a votar segundo sua residência e segundo o distrito em que se encontrem sua fábrica ou suas propriedades imóveis.

O sistema eleitoral soviético assegura, realmente, a todos os cidadãos a possibilidade de participar nas eleições. Elimina todas as dificuldades que possam impedir o exercício do direito eleitoral. O sistema eleitoral soviético proporciona facilidades para que o povo possa elevar aos órgãos do poder, tanto centrais como locais, os candidatos que mais o mereçam, propostos pelas próprias massas. Os eleitos devem responder, por sua atuação, perante seus eleitores, perante o povo. As eleições que se realizam na União Soviética excluem a possibilidade de qualquer combinação nos bastidores, de quaisquer subornos e ameaças, pressões econômicas sobre os eleitores, caça de votos, promessas demagógicas, de tantos recursos ilícitos que, entretanto, são utilizados, em nossos dias e em medida extraordinária, em muitíssimos países democráticos. O mandato de deputado, na URSS, é conferido pelo povo àqueles que, por méritos pessoais revelados perante a sociedade soviética, por seu trabalho honesto, por sua capacidade, demonstraram ser merecedores do honroso título de membros de um Soviet. E o povo tem o direito de reclamar a anulação do mandato de deputado, antes de terminado o prazo para o qual tenha sido eleito, se o mandatário não justifica, com sua atuação, a confiança que nele depositaram os eleitores. Tal é a democracia soviética.

Na prática da democracia soviética e da liberdade política dos cidadãos, o direito e a possibilidade de constituir organizações de todo tipo desempenham papel de primordial importância.

CAPÍTULO II

As liberdades políticas na URSS

O artigo 125 da Constituição da URSS diz: "Na conformidade dos interesses dos trabalhadores e a fim de se consolidar o regime socialista, são garantidas pela lei aos cidadãos da URSS:

- a) a liberdade de palavra;
- b) a liberdade de imprensa;
- c) a liberdade de reunião e de comícios;
- d) a liberdade de desfiles e manifestações nas ruas.

Estes direitos dos cidadãos estão assegurados em virtude de se colocarem à disposição dos trabalhadores e de suas organizações as oficinas de imprensa, fornecimento de papel, edifícios públicos, ruas, meios de comunicação e outras condições materiais necessárias ao exercício desses direitos”.

Essas magníficas palavras da Constituição staliniana representam a realidade viva de um sonho secular dos povos que constituem a União Soviética. Durante séculos inteiros, os melhores filhos da Rússia sonharam e lutaram pela transformação da Rússia absolutista — país de opressão e injustiça — num Estado democrático. Há mais de cem anos, em 1840, escrevia o grande democrata russo, Vissarion Bielinski, com palavras proféticas: “Invejemos nossos netos e bisnetos, a quem está reservado ver a Rússia, em 1940, à frente do mundo civilizado, dando leis à ciência e à arte e recebendo a homenagem de toda a humanidade culta.”

Cumpriu-se o que o genial escritor russo Máximo Górkí afirmava já no período revolucionário de 1905-1907, pela boca de um dos heróis de seu romance *A mãe*: “A Rússia será a democracia mais brilhante da terra”.

Com esse objetivo, lutaram e fizeram o sacrifício de suas vidas homens preclaros de muitas gerações. Já em fins do século XVIII, um dos elementos mais progressistas de sua época, Aleksánder Radichtchev, em seu livro *Viagem de Petersburgo a Moscou*, submeteu a servidão e o absolutismo a uma crítica demolidora. Radichtchev foi desterrado, seu livro condenado à fogueira, mas suas idéias encontraram novos e ativos partidários no grande poeta russo A. Púchkin e nos dekabristas.

Os dirigentes da sublevação de 14 de dezembro de 1825 — o primeiro movimento organizado da Rússia, orientado no sentido da derrubada da monarquia e do estabelecimento das liberdades políticas no país —, P. Péstel, K. Riliev, N. Muraviev, Bestujev e outros, defendiam, em seus projetos de Constituição, as idéias de liberdade pessoal, soberania popular, igualdade natural de todas as pessoas e a supremacia da razão humana e da ilustração.

A. Herzen e seu colaborador N. Ogarióv foram os continuadores da causa dos dekabristas. Herzen, perseguido pelo governo, emigrou para a Inglaterra e, em Londres, fundou a *Imprensa Russa Livre* (1853). Imprimia volantes e artigos, nos quais criticava acerbamente o regime de Nicolau I e incitava o povo à luta pela conquista dos direitos políticos e da liberdade. A revista *Kolokol* (*O Sino*), que publicou em 1857, trazia um subtítulo eloqüente: “Chama para os vivos, sepultura para os mortos”. *Kolokol*, que alcançou extraordinária difusão na Rússia, apesar das dificuldades do transporte ilegal, fustigava implacavelmente o absolutismo imperante no país. Os altos dignatários tsaristas esperavam inquietos a publicação dos novos números de *Kolokol*, com temor à incisiva pena de Herzen.

Na própria Rússia, os democratas revolucionários N. Tchernichévski e N. Dobroliubov lutaram ainda com maior intransigência e continuidade contra a tirania. Em suas obras, legais e ilegais, foram educadas gerações inteiras de revolucionários russos, de lutadores pelos direitos do povo. Mas essa luta em prol da liberdade política e do direito de organizar-se só se tornou geral, na Rússia, quando surgiram o proletariado industrial e o movimento operário contemporâneo. A classe operária russa conservou e multiplicou a tradição heróica de Radichtchev, dos dekabristas, de Herzen, de Tchernichévski e dos membros do partido *Naródnáia Vólia* (“A Vontade do Povo”). Os acontecimentos históricos tomaram tais rumos que recaiu precisamente sobre a classe operária da Rússia a missão de colocar-se à frente do movimento popular, arrastando milhões de camponeses e o povo oprimido pelo tsarismo. Aliada a classe operária aos camponeses, ao povo russo, derrubou o regime tsarista, graças à direção do Partido Bolchevique, fundado e temperado pelos gênios de Lênin e Stálin.

O partido leninista orientou a luta política dos operários e manteve bem alto, pela via revolucionária, a prática das liberdades políticas — de palavra, de reunião, de manifestação e de imprensa —, apesar das perseguições da polícia tsarista. Imprensas clandestinas imprimiam publicações ilegais que eram logo difundidas amplamente. As reuniões secretas realizavam-se nas casas particulares dos operários, sob a vigilância dos mesmos. O 1.º de Maio era comemorado nos bosques e barrancos, onde se celebravam reuniões e comícios.

Ao se desenvolverem as organizações operárias, no período de ascenso revolucionário, a luta adquiriu forma aberta e ganhou a rua. As massas operárias defenderam seus direitos a organizar-se, a entrar em greves, seu direito de palavra e de reunião, desfraldaram a bandeira vermelha como emblema e lançaram-se à luta aberta contra o poder tsarista.

A heróica classe operária russa aproveitou a experiência de sua luta contra o tsarismo para fazer triunfar a Revolução Socialista de 1917. A Grande Revolução de Outubro terminou, definitivamente, com a inferioridade legal das massas trabalhadoras e abriu, diante delas, a nova era da democracia socialista, da qual é ponto culminante a Constituição staliniana. Os povos da União Soviética conquistaram sua liberdade à custa de grandes sacrifícios. Mas esses sacrifícios não foram vão, pois com eles se instituiu e se consolidou o Poder Soviético.

A Constituição staliniana garante a liberdade de palavra aos cidadãos da U.R.S.S.. Algumas pessoas, entretanto, sentem-se inclinadas a negar a existência da liberdade de palavra da União Soviética, porque não existem, no país, partidos diferentes e nem luta e crítica entre eles. Isso é justo? De modo nenhum. A única coisa certa é que, na U.R.S.S., não existe sinão um partido, o partido de Lênin e Stálin. Mas essa circunstância não restringe, absolutamente, o direito dos cidadãos soviéticos a defender livremente suas convicções e a expô-las com plena liberdade. O órgão superior do poder é, na U.R.S.S., seu Supremo Soviet. Dêle fazem parte pessoas das mais diversas profissões: acadêmicos, operários, economistas, simples kolkozianos, oficiais do Exército Vermelho, profes-

sôres, médicos, escritores, empregados dos órgãos soviéticos, etc., etc. Dêle participam representantes de todos os povos que vivem na União Soviética, filiados ao Partido Bolchevique e pessoas não filiadas a nenhum partido. Em seu conjunto, representam toda a sociedade soviética, em sua grande diversidade. Nas sessões do Supremo Soviet — que é composto de duas câmaras: o Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades —, ao serem estudados os problemas concernentes à política interna e externa do país, à economia, orçamentos, etc., verifica-se um amplo intercâmbio de opiniões relativas a todas as questões que afetem a vida dos cidadãos soviéticos. Os deputados ao Supremo Soviet utilizam, amplamente, o direito de crítica que lhes é concedido e o direito de propor emendas aos projetos de lei do governo. Manifestam suas opiniões, expõem seus desejos e criticam os órgãos e instituições estatais. Do mesmo modo que nos países de democracia parlamentar, as sessões mais movimentadas são as dedicadas ao estudo do orçamento. Ao mesmo tempo que expõem seu critério sobre o assunto, os deputados examinam o trabalho dos Comissários do Povo, assinalam as deficiências de seu trabalho, exigem que sejam eliminadas e indicam, para isso, o caminho a seguir. E' de extraordinária importância o direito de interpelação que a lei concede aos deputados ao Supremo Soviet. Esse direito obriga o Presidente do Conselho dos Comissários do Povo e qualquer dos Comissários a que respondam, no prazo máximo de três dias, às perguntas que lhes sejam formuladas. Há quem diga: como se explica que o Supremo Soviet tome todas as decisões por unanimidade, sem que se formem maiorias e minorias? E algumas pessoas sentem-se inclinadas a considerar esse fenômeno como insuficiência em relação à democracia. Os soviéticos consideram isso perfeitamente natural. Na União Soviética, não existem, e nem podem existir, contradições essenciais e irreconciliáveis entre operários e camponeses e nem entre eles e os intelectuais. Tãopouco podem existir entre os diversos povos que a compõem. E, sendo assim, as possíveis divergências relativas a problemas determinados, por importantes que sejam, não são, de modo algum, irreconciliáveis. Pode-se chegar a um acôrdo. E' sempre possível encontrar um ponto de vista comum, uma solução viável para todos. E assim acontece na realidade. Por exemplo, os desejos dos deputados que representam esse ou aquêlo distrito no Soviet da União, ou essa ou aquela nacionalidade, são ajustados nas comissões orçamentárias das Câmaras, e já se leva à sessão plenária uma resolução adotada por unanimidade.

O mesmo acontece nos Soviets locais. Nas sessões plenárias dos Soviets e nas reuniões de suas comissões permanentes, os deputados analisam, discutem, criticam, expõem e defendem seus pontos de vista a respeito de toda espécie de problemas, tanto os importantes como os de pouca monta. A discussão deve ser dada por terminada unicamente por decisão da maioria dos deputados. Ninguém pode ser privado do direito de fazer uso da palavra, de defender suas propostas.

Os trabalhadores da União Soviética não têm e nem podem ter interesses diferentes dos do Estado socialista. Os interesses pessoais, no regime socialista, harmonizam-se e concordam com os interesses da comu-

nidade. Por isso, é natural que, em todas as escalas, seja utilizado o direito de palavra e de crítica — a respeito dos defeitos do Estado, da economia, dos sindicatos, etc. — com o objetivo de consolidar mais ainda o regime soviético e de coadjuvar seu maior florescimento. Para se vencer de que assim é, basta observar-se a vida corrente de qualquer fábrica, kolróz, repartição, Soviet, isto é, tudo aquilo em cujo redor se concentra a atividade social dos cidadãos soviéticos.

Nas grandes fábricas, que contam com milhares de trabalhadores, celebram-se, com regularidade, reuniões destinadas a examinar a marcha do trabalho em todas as oficinas, e, várias vezes por ano, realizam-se reuniões de delegados de toda a fábrica. Nelas se examinam todos os problemas importantes da fábrica ou da secção correspondente: o plano de trabalho para o mês seguinte, ou para o trimestre, ou para o ano; estudam-se as medidas necessárias para reduzir o preço de custo da produção da fábrica, para diminuir o trabalho defeituoso, economizar combustível, matérias primas, etc.. Nas aludidas reuniões, além disso, dedica-se particular atenção aos problemas que afetam o nível de vida dos trabalhadores, como o são os concernentes à habitação, ao abastecimento, etc.. Nessas reuniões, convocadas pelos sindicatos, juntamente com a direção das fábricas, os chefes de secção, os contra-mestres ou os economistas apresentam informes, que são logo submetidos a análise e crítica. Os melhores operários evidenciam, com grande sentido prático, os defeitos e insuficiências de organização, criticam tanto seus companheiros como a direção, se trabalham mal; chamam a atenção sobre o que os impeça de trabalhar bem, trocam experiências. Os operários apresentam propostas de racionalização, que visem aumentar o rendimento de seu trabalho, diminuir o custo da produção e melhorar sua qualidade, e valem-se dos sindicatos, da organização comunista da fábrica e da imprensa para fazer com que suas propostas sejam levadas à prática e para lutar contra toda rotina.

Assim se manifesta a democracia soviética na produção. Faz com que os operários participem, diretamente, da direção das fábricas, assegura o direito de crítica em relação ao trabalho deficiente das pessoas, independentemente dos cargos que ocupem.

O mesmo acontece nos kolrózes.

De acôrdo com o regulamento das cooperativas agrícolas de produção, todas as questões que se relacionam com os kolrózes são resolvidas por maioria de votos nas reuniões de seus membros. Estuda-se, por exemplo, o resultado do ano agrícola. Os kolrozianos comprovam se o plano foi estabelecido na forma devida, se a mão de obra foi bem distribuída, se foram bem organizados o controle e o cômputo do trabalho realizado, se a direção do kolróz se limitou ao orçamento, se não houve delapidação de fundos, se foram cumpridas estritamente as obrigações para com o Estado e para com os kolrozianos. E passam bem mal os presidentes ou os membros da direção do kolróz, quando se verifica que não se dedicam, devidamente, aos problemas coletivos.

Na prática soviética, difundiram-se amplamente os chamados "ativos econômicos", que são realizados a requerimento dos dirigentes da fábrica,

das repartições, dos Comissariados do Povo. Dêles fazem parte as pessoas que ocupam cargos de importância, os especialistas, os engenheiros, os trabalhadores mais destacados e os dirigentes das organizações sociais. Nessas reuniões, o diretor ou o subdiretor apresentam o informe, que é logo submetido a discussão. As resoluções do "ativo" não são formalmente obrigatórias para o diretor da fábrica ou instituição, mas seu peso social é tanto que os dirigentes não podem esquivar-se da crítica e nem das propostas que sejam formuladas.

Se um Comissário ou um diretor não gozasse do franco apoio de seu pessoal, não poderia controlar tôdas as partes de um organismo grande e complexo. Os dirigentes presunçosos, desligados das massas, não atentos às propostas e às críticas que lhes sejam feitas, estão condenados ao fracasso. São-lhes pedidas contas, e muito seriamente, pois não se trata de donos sem um contrôle, que não sejam responsáveis perante ninguém, mas de servidores do povo. O povo confere-lhes plenos poderes, considera-os como chefes únicos, mas exige que justifiquem a confiança que nêles deposita.

Stálin ensina ao povo que, para o regime soviético, são igualmente estranhos tanto o tipo de dirigente presunçoso, satisfeito consigo mesmo, sem desejo de aprender com as massas, como o tipo de charlatão, que não sabe trabalhar. Uns e outros são eliminados, implacavelmente, dos postos de direção.

A liberdade de crítica constitui a base da democracia soviética, e êsse direito, eficaz como poucos, é amplamente utilizado pelos soviéticos em sua luta contra a rotina, contra o burocratismo e contra a atitude indiferente diante do ser humano.

Os soviéticos praticam seu direito de liberdade de palavra em suas organizações — por exemplo, em seus sindicatos, em múltiplas comissões, assembléias, etc.. Operários e empregados criticam os órgãos sindicais que não se preocupam em satisfazer-lhes as necessidades de tipo material, cultural, etc. E, nesse sentido, os trabalhadores utilizam a liberdade de palavra no interesse da comunidade.

Essa é a realidade no que diz respeito à liberdade de palavra na U.R.S.S.. Apesar de tudo, há pessoas que se permitem afirmar que os cidadãos da U.R.S.S. não sabem o que são as liberdades políticas, que não têm liberdade de palavra. A que chamam êsses indivíduos liberdade de palavra? Que é preciso para satisfazê-los? Estão descontentes com que na U.R.S.S. não tenham liberdade de palavra aquêles que quiseram restabelecer, no país, a propriedade privada dos meios de produção e restituir as fábricas aos capitalistas, as terras aos latifundiários; dissolver os kolrózes e declarar livre o comércio com fins de especulação. Realmente, essa liberdade de palavra não existe na U.R.S.S., nem existirá, como não existe a liberdade para a propaganda do fascismo, do ódio ao próximo, da inimizade racial ou nacional. Essa liberdade de palavra não resulta em benefício dos trabalhadores, isto é, do povo, mas no interesse dos seus inimigos.

Os povos da U.R.S.S. não conquistaram a liberdade de palavra ao preço de seu sangue para que possam fazer uso dela os inimigos do povo, a fim de restaurarem a opressão e a arbitrariedade.

Os soviéticos afirmam que somente na União Soviética a liberdade de palavra encontrou sua expressão profunda e completa, pois somente sob as condições da democracia soviética a crítica é realmente livre e, juntamente com a autocritica, isto é, o reconhecimento honesto dos próprios erros, constitui um factor importantíssimo para o aperfeiçoamento constante do trabalho em todos os organismos soviéticos.

A democracia socialista soviética exige dos dirigentes que ensinem aos operários e camponeses e também aprendam com êles. Em seu discurso pronunciado na 1.ª Conferência dos Starranovistas, a 17 de novembro de 1935, disse Stálin:

"Efetivamente, milhões de trabalhadores, de operários e camponeses trabalham, vivem, lutam. Quem pode duvidar de que êsses homens não vivem em vão, que, ao viver e ao lutar, acumulam enorme experiência prática? Pode-se duvidar, porventura, de que os dirigentes que desdenham essa experiência não podem ser considerados como verdadeiros dirigentes? Por conseguinte, nós, dirigentes do Partido e do Governo, devemos não somente instruir os operários, mas também aprender com êles. Que vós, membros desta Conferência, aprendestes aqui, nesta Conferência, dos dirigentes do nosso Governo alguma coisa, não o negarei. Mas tão pouco se pode negar que também nós, dirigentes do Governo, aprendemos muito de vós, de starranovistas, dos membros desta Conferência. Muito bem! Camaradas, obrigado pela lição! Muito obrigado!"

No desenvolvimento da crítica e da autocritica, no exame livre dos problemas mais delicados e importantes, realizado dentro das reuniões dos trabalhadores, reside o vigor e a expressão real da liberdade de palavra, na União Soviética. É uma liberdade de palavra no interesse dos trabalhadores e contribui para consolidar o regime soviético.

Depois do que acabamos de dizer, torna-se supérfluo falar da liberdade de reunião, pois esta se encontra implícita na liberdade de palavra, sem a qual seria praticamente inconcebível. Falta-nos, contudo, acentuar que a liberdade de reunião, na U.R.S.S., torna-se efetiva, dispondo o povo de todos os locais necessários. A serviço dos trabalhadores estão os clubes e palácios de cultura, as salas especialmente construídas para reuniões, os salões vermelhos, isto é, os locais nas fábricas e repartições dedicados aos atos de caráter cultural e ornados com especial esmero; teatros e salas de concertos, salas de leitura nas aldeias, etc.. Todos êsses locais são facilitados gratuitamente aos trabalhadores para que possam realizar suas reuniões e assembléias. Basta o exemplo seguinte para demonstrar que, somente sob essas condições, a liberdade de reunião e de palavra deixa de ser uma coisa formal: na Finlândia, proclamaram-se, entre outras, as liberdades de reunião e de palavra. Em 1945, entretanto, quando uma das organizações democráticas, a União Democrática da Finlândia, quis realizar, com vistas à campanha eleitoral, suas reuniões, os proprietários dos locais, de tendências reacionárias, regaram-se a cedê-los, e êsse partido viu-se obrigado a realizar seus atos

ao ar livre. Foi preciso que o governo interviesse diretamente, para corrigir, em parte, essa anomalia. Essa é a essência da democracia formal. E isso não acontece e nem pode acontecer na União Soviética.

O grande sábio e democrata russo N. Tchernichévski pôs a descoberto, com muita habilidade, a natureza formal dos direitos que não se fundamentam em premissas materiais. Escreveu: "Nem a mim e nem a você, meu bom leitor, ninguém impede que comamos em rico prato de ouro; mas, infelizmente, nem você e nem eu possuímos — e, seguramente, nunca possuiremos — os recursos que nos permitam levar à prática essa idéia agradável. Por isso, digo sem reservas que em nada prezo esse meu direito de possuir um prato de ouro e estou disposto a vendê-lo por um rublo de prata e até por menos, se vier ao caso".

Passemos à questão relativa à liberdade de imprensa. Os zelosos defensores da democracia "pura" não se cansaram de obscurecer essa questão.

A U.R.S.S. é o país do socialismo. Mas não é possível construir o socialismo sem elevar a cultura e a consciência política das massas.

A liberdade de pensamento, o direito de livre opinião, constitui uma condição necessária para elevar a atividade do povo, para intensificar sua intervenção na vida política de sua pátria. Na consecução desses objetivos, cabe à imprensa um dos primeiros postos.

"O jornal político — ensina-nos Lênin — constitui uma das condições básicas para a participação de qualquer classe da sociedade moderna na vida política do país".

E' perfeitamente natural, portanto, a especial atenção que o Poder Soviético concede à imprensa. O Estado soviético recebeu da Rússia tsarista uma triste herança. Uma percentagem enorme da população, sobretudo da população não russa, era analfabeta. Mais de quarenta povos careciam de escrita própria: nem sequer tinham alfabeto. A maior parte dos jornais pertencentes à categoria de órgãos oficiais e da imprensa amarela. A imprensa operária — bem como tôdas as publicações da oposição, por débil que fosse — era perseguida e proibida. Daí o facto de, com freqüência, só poder aparecer ilegalmente. Em 1912, os operários conseguiram editar o seu jornal, *Pravda*. Lênin e Stálin eram a alma do jornal. Considerável foi o trabalho realizado por Mólotov para dar-lhe vida e agrupar em seu redor os trabalhadores. O que os operários esperavam de seu jornal pode ser verificado numa carta coletiva recebida pela redação:

"Necessitamos de um jornal como da luz, do ar. Abrigamos a esperança de que o jornal operário não se parecerá, por seu conteúdo, com nenhum dos jornais e jornalecos cujo objetivo é o lucro e o entorpecimento e envenenamento da consciência e da razão".

O jornal *Pravda* custava aos operários enormes esforços e sacrifícios. O dinheiro necessário para editá-lo era recolhido entre os próprios operários, *kopek* por *kopek*. Eles mesmos expediam, distribuían e vendiam o seu jornal. Mais ainda: os operários não se limitavam a desempenhar as funções que o jornal requeria, sob o aspecto técnico e de organização. Uma das peculiaridades mais importantes do *Pravda* consistia em que

era redigido, em grande parte, pelos próprios operários. Eram correspondentes e autores. No transcurso de um ano, foram publicados no *Pravda* 11.114 (onze mil cento e catorze) artigos, em cuja discussão e redação intervieram milhares de operários. Podemos fazer uma idéia das condições em que o *Pravda* era publicado, tendo em vista que, durante o primeiro ano de sua existência, sua edição foi apreendida trinta e seis vezes. De 1912 a 1914, o governo tsarista proibiu definitivamente a publicação do *Pravda*.

Tal era a situação da imprensa operária sob o tsarismo.

Durante os anos do Poder Soviético, a imprensa se converteu numa força poderosíssima. Em 1938, eram publicados na U.R.S.S. 8.550 (oito mil quinhentos e cinqüenta) jornais, com uma tiragem total de 37.500.000 (trinta e sete milhões e quinhentos mil) exemplares. Em comparação com 1913, o número de jornais aumentou dez vezes e sua tiragem catorze.

Na U.R.S.S., são publicados jornais em setenta idiomas, e livros em mais de cem. Na Ucrânia — temos em conta o território que hoje faz parte dessa República —, eram publicados 159 jornais em russo e 13 noutros idiomas. Em 1938, o número de jornais russos publicados na República Soviética da Ucrânia era de 620 e o de jornais em línguas locais de 950.

No que hoje é a República Socialista Soviética da Turcmênia, eram publicados, em 1913, dois jornais, ambos em língua russa. Em 1938, eram editados, nessa República, 21 (vinte e um) jornais em russo e 40 (quarenta) em idioma local.

No território povoado pelos kirguises, não se editava, em 1913, nenhum jornal. Em 1938, na República Socialista Soviética da Kirguisia, eram publicados 20 (vinte) jornais em russo e 40 (quarenta) na língua local.

Em 1938, eram publicadas, na U.R.S.S., 1.762 revistas, com uma tiragem total de 257 milhões de exemplares, em cinqüenta idiomas dos povos do país.

Esses algarismos dizem-nos de que maneira cresceu o número de jornais publicados nas línguas nacionais das diversas Repúblicas e em língua russa. Isso é o que os soviéticos chamam liberdade de imprensa.

Diversamente da Rússia tsarista, na qual os jornais eram publicados, sobretudo, na capital e nas cidades mais populosas — Petersburgo, Moscou, Kiev, etc. —, os da União Soviética são publicados no centro, nos territórios, nas regiões e em quasi todos os distritos do país, em inúmeras fábricas, escolas superiores, etc.. Dos 8.550 jornais publicados em princípios de 1939, quarenta e seis eram de toda a União; 114 (cento e catorze) das Repúblicas federadas; 118 (cento e dezoito) das autônomas; 275 (duzentos e setenta e cinco) dos territórios e regiões; 3.393 (três mil trezentos e noventa e três) dos distritos e pequenas cidades (e 4.604 (quatro mil seiscentos e quatro) de fábricas, escolas superiores, etc.. A tiragem global destes últimos era de 5.739.000 (cinco milhões setecentos e trinta e nove mil) exemplares. 98 % (noventa e oito por cento)

dos distritos da U.R.S.S. possuíam, em 1.º de janeiro de 1939, o seu jornal.

Na U.R.S.S., são editados jornais e revistas femininas, infantis e juvenis. Ocupa lugar de especial relevo a imprensa do Exército Vermelho e da Armada Vermelha, consideravelmente desenvolvida durante os anos da Guerra Patriótica.

A imprensa assim difundida, ampla e diferenciada, permite examinar atentamente a vida do distrito, do povo e da fábrica. E é impossível calcular — tão grande é o seu número — uma variedade especial da imprensa soviética, os chamados jornais murais. São escritos a máquina ou a mão e colocados em lugar visível da fábrica, repartição, escola, etc. Têm seu próprio jornal mural — quando não impressos em muitos exemplares — cada fábrica, cada oficina, cada secção, cada kolróz, cada repartição, cada escola, jardim da infância, hospital, etc.. Muitos são publicados magnificamente ilustrados, com fotografias, caricaturas, etc.. E essa imprensa, modesta por seu aspecto exterior, tem importância considerável.

Não são menos eloquentes os dados relativos à publicação de livros. Em 1913, foram editados, na Rússia, 26.200 (vinte e seis mil e duzentas) obras, com um total de oitenta e seis milhões de exemplares. Em 1928, foram publicadas, na U.R.S.S., 40.000 (quarenta mil), com uma tiragem total de 692.000.000 (seiscentos e noventa e dois milhões) de exemplares, o que, traduzido em percentagem, dá um aumento de 153 % (cento e cinquenta e três por cento) quanto a obras e 805 % (oitocentos e cinco por cento) quanto à tiragem. Na U.R.S.S., são editados livros em 111 (cento e onze) idiomas.

Em 1913, nos territórios das atuais Repúblicas de Tadjiquia e Kirguísia, não se havia editado um único livro. Na Turcomênia, os editados não chegavam a um milhar de exemplares. Na Bielo-Rússia, não se havia publicado, em 1913, nem um único livro em idioma próprio. Em 1938, na República Socialista Soviética da Bielo-Rússia, foram editados.... 14.700.000 (catorze milhões e setecentos mil) volumes, dos quais.... 12.300.000 (doze milhões e trezentos mil) em bielo-russo. Na Ucrânia, em 1913, dos livros editados eram escritos em ucraniano somente uns 4 % (quatro por cento). Em 1938, essa percentagem elevou-se a 90 % (noventa por cento).

Ora, semelhante florescimento editorial foi possível porque o Poder Soviético não somente proclamou a liberdade de imprensa, mas porque, além disso, se tornou materialmente possível, proporcionando aos trabalhadores as máquinas, o papel e todo o necessário à edição e difusão de livros e periódicos. Isso não foi feito por nenhum outro Estado do mundo. Indiquemos pelo menos um exemplo:

E' sabido que o Partido Comunista da França obteve a maioria de votos nas últimas eleições para a Assembléa Constituinte. O governo, francês, entretanto, ao distribuir o papel entre os jornais, concedeu a *L'Humanité*, órgão do Partido Comunista, uma quantidade sensivelmente menor do que à destinada aos jornais de outros grupos e partidos, que, nas eleições, obtiveram muito menos votos.

Sabe-se, igualmente, que, nos Estados Unidos da América, as editoras, o papel e a distribuição da imprensa são propriedade de grandes monopólios privados, que aproveitam essa situação privilegiada em seu próprio interesse, criando obstáculos à impressão e distribuição das publicações progressistas.

A luz de tais factos, não têm razão mais do que suficiente os soviéticos, ao afirmarem que, somente na União Soviética existe uma autêntica liberdade de imprensa, uma liberdade no interesse da imensa maioria do povo?

A imprensa soviética existe para o povo. Nos anos da primeira revolução russa, dizia Lênin que unicamente a sociedade socialista tornaria possível a existência de uma imprensa autenticamente livre. "Será uma imprensa livre — dizia Lênin — porque as suas fileiras se nutrirão de forças novas, movidas pela idéia do socialismo e por sua identificação com a causa dos trabalhadores e não de pessoas movidas pelo egoísmo e o afã de fazer carreira. Será uma imprensa livre porque não estará a serviço de pessoas que nadem na abundância e nem de "camadas superiores" enfastiadas e que se afogam em sua própria adiposidade, mas a serviço de milhões de trabalhadores, a flor e a nata do país, sua força e seu futuro".

A imprensa da União Soviética tem sido uma arma poderosíssima para consolidar a vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro; mobilizou o povo na luta contra os inimigos da revolução e contra a intervenção estrangeira nos anos da guerra civil; estimulou as massas em seu trabalho heróico durante os anos dos planos quinquenais stalinianos; infundiu-lhes ânimo e contribuiu eficazmente para organizá-las para a luta, durante a guerra com os monstros fascistas.

Lênin e Stálin temperaram a imprensa soviética no crisol da crítica audaciosa, constante, sistemática e implacável, mostrando os defeitos do trabalho e os meios para superá-los. A imprensa soviética é livre e independente, uma vez que não defende os interesses de classes exploradoras. Sua única missão não pode ser mais nobre e elevada: educar as massas no espírito do comunismo, do internacionalismo, da comunhão dos povos, do patriotismo soviético, no amor à pátria e, ao mesmo tempo, na cooperação leal com os Estados democráticos de todo o mundo. Existe, porventura, alguém que possa negar a importância internacional da imprensa soviética, que tanto contribuiu para patentear a índole rufianesca do imperialismo alemão, seus planos de domínio mundial, sua ideologia de ódio ao homem? Com isso, a imprensa soviética contribuiu para que o fascismo fôsse derrotado moral e politicamente. O povo soviético preza sua imprensa por sua veracidade, por seu caráter conseqüente, porque é independente. A imprensa central está ligada a todos os rincões do país, graças a uma ampla rede de correspondentes. Os jornais soviéticos não correm em busca da notícia sensacional, como o faz a maior parte da imprensa de outros Estados. Reage com grande sensibilidade diante de todos os novos fenômenos da vida soviética, generaliza as experiências positivas, facilita sua assimilação mesmo nos extremos mais longínquos do país. A imprensa soviética luta contra tôdas as manifestações nega-

tivas da existência, contra os que infringem a lei e a moral soviéticas. E isso não é possível conseguir sem a cooperação direta e constante do povo.

O grande diário de Moscou, o *Pravda*, publica, sistematicamente, revistas de imprensa, nas quais são dados a conhecer os melhores métodos de trabalho jornalístico e se criticam os deficientes. Essas revistas de imprensa são muito instrutivas.

São considerados jornais de êxito e bons aqueles que, além de fornecer um material vivo e múltiplo que abranja tôdas as facetas da vida soviética, além de serem redigidos numa linguagem formosa, interessante e simples, são escritos com a participação de grande número de colaboradores, que não figuram no quadro de redação, de trabalhadores e intelectuais soviéticos.

Os jornais de distrito e das fábricas — sem falar nos jornais murais — são redigidos, especialmente, com o que escrevem os seus próprios leitores. Isso eleva em grande medida sua eficiência. A opinião pública soviética está muito atenta, a fim de que nenhuma nota, nenhuma carta à redação fiquem sem resposta.

Tudo isso faz com que a imprensa soviética se encontre próxima das massas.

E há ainda quem ache que a imprensa soviética não goza da liberdade existente, por exemplo, na Inglaterra ou nos Estados Unidos da América. Argumentam dizendo que a imprensa soviética se encontra sob o controle e a direção do Estado soviético, do Partido Bôlchevique. E' certa essa afirmação? Sem dúvida, é. Mas os soviéticos afirmam que não existe no mundo imprensa nenhuma que não se encontre sob um controle e uma direção política determinados. Uma imprensa à margem das classes, dos partidos, é coisa tão fictícia como a democracia "pura". O problema é outro: saber quem exerce êsse controle, como e em benefício de que interesses.

Em 1938, foi publicado em Nova York o livro de Lundberg, *America's 60 Families, The Weingard Price 1938*, no qual o autor consagra vários capítulos à imprensa americana. Diz, entre outras coisas:

"O jornalismo é, nos Estados Unidos, um negócio exclusivamente privado, objeto de compra e venda por parte dos ricos. No atual jornalismo americano — bom ou mau —, quasi nada há que não esteja ligado à dinastia dos milionários. A liberdade de imprensa nos Estados Unidos é teórica em grande parte e manifesta-se, sobretudo, no facto de que os pequenos grupos de oposição se esforçam por editar jornais e revistas com recursos extraordinariamente limitados. Tão depressa essas publicações se atrevem a manifestar opiniões incompatíveis com os interesses dos grandes proprietários, êstes empregam seus enormes recursos para acabar com êles".

Outra qualificada testemunha de vista, George Seldes, autor do livro *A liberdade de imprensa*, que suscitou grande celeuma nos Estados Unidos, afirma:

"Entre nós, houve um ou outro jornal liberal e combativo; mas nunca tivemos imprensa livre. Muitos jornalistas supõem que, quando alcançam

independência material num mundo em que reinam os caçadores de lucros, podem dar vida a um jornal livre da preponderância dos homens de negócios, que agora dominam essa imprensa em benefício de seus próprios interesses".

Tanto Lundberg como Seldes, partindo de sua própria experiência, chegaram a conclusões mais do que céticas no que diz respeito à liberdade de imprensa nos Estados Unidos. Ambos demonstram que do que essa imprensa se vê livre é da responsabilidade perante o povo, mas não do controle e direção dos monopólios, *trusts*, etc..

Isso nem mesmo o negam certos proprietários de jornais. Lundberg cita um documento de eloquência sem igual: uma declaração publicada na revista *Wall Street Journal*, de 20 de janeiro de 1925.

"O jornal — diz essa revista — constitui uma empresa privada que em nada está comprometida perante o público, pois êste, por sua vez, não lhe oferece nenhuma vantagem. O jornal, portanto, não está ligado à opinião pública. E' propriedade absoluta de seu editor, que vende sua mercadoria por sua conta e risco. Se suas opiniões ou a maneira de dar a notícia não são do agrado do público, êste tem em suas mãos a possibilidade de livrar-se de tudo isso. Nenhum leitor é obrigado a comprar o jornal. Cumpre dizer que os jornalistas defendem a política de seus patrões, com exceção dos casos em que são êles mesmos os proprietários dos jornais."

Tal é a situação, no que diz respeito ao controle político da imprensa, nos países burgueses.

O Estado soviético controla a imprensa no interesse do povo e, com isso, procura evitar que alguém possa utilizá-la contra o próprio povo.

"A Constituição soviética — disse Mólotov em seu discurso a propósito do XXVIII aniversário da Grande Revolução de Outubro — considera criminosa a propaganda do ódio racial e de nações, o anti-semitismo, etc., do mesmo modo que não se tolera, em nossa imprensa, a exaltação do assassinato, do roubo e da violência contra as pessoas. Essas "limitações" são tão naturais para a democracia soviética quanto é natural, infelizmente, para alguns Estados, exatamente o contrário. Em certos países, entende-se por liberdade de palavra e de imprensa o que os serviços a sôlido do fascismo não tenham sequer que velar suas propagandas desenfreadas a favor daquele e da agressão, apesar de que os povos de tôdas as partes do mundo já tenham pago, por um preço colossal de sangue e privações, a benevolência manifestada em relação à agressão e ao fascismo mundiais."

Os soviéticos não negam, de modo algum, que, nos países democráticos, exista certa liberdade de imprensa, aniquilada por completo nos países em que domine o regime fascista; mas de modo algum podem ignorar as limitações e o convencionalismo dessa liberdade de imprensa e nem podem fechar os olhos a fenômenos que a desfiguram e desnaturam. Os soviéticos acham e afirmam que uma autêntica liberdade de imprensa em benefício dos interesses do povo somente é possível no país do socialismo.

Relativamente aos desfiles e manifestações de rua, as organizações sociais soviéticas têm absoluta iniciativa. O Estado soviético concede-lhes

a possibilidade de utilizar, com êsse objetivo, ruas e praças. As manifestações em comemoração à Grande Revolução de Outubro e do 1.º de Maio converteram-se em festas tradicionais, populares, às quais acorrem voluntariamente milhões de pessoas nas cidades e nas aldeias de toda a União Soviética. Nesses dias, os povos da URSS manifestam sua força e sua unidade, seu amor à pátria, sua adesão entusiástica à idéia de Lênin e Stálin, seu carinho para com o organizador da Vitória, para com Stálin, o chefe dos povos.

Tal é a situação na URSS, no que diz respeito às liberdades políticas. Ainda está viva a geração que se recorda perfeitamente do regime tsarista e sabe, por experiência, o que êsse regime significa. E não vai poder afirmar que somente o regime soviético melhorou a vida do povo, libertou-o da exploração e da miséria, concedeu-lhe direitos políticos e tornou o povo o dono de sua própria existência? Únicamente sob o regime de democracia soviética alcançaram autêntica importância a voz do povo, sua crítica, sua opinião e sua experiência.

Os soviéticos seguem, com toda a atenção, tudo quanto acontece fora de sua pátria. E verificam que, inclusive nos países democráticos, as massas populares se encontram num plano de inferioridade em relação às classes ricas, no que diz respeito ao exercício da liberdade de palavra, de imprensa, etc. Vêm, igualmente, que, nos países coloniais e semi-coloniais — nos quais está concentrada a metade da humanidade — os direitos democráticos não existem realmente. Não deve ser considerado, portanto, absolutamente legítimo o orgulho dos soviéticos por sua Constituição staliniana, por sua democracia autenticamente popular, soviética e socialista?

CAPÍTULO III

As organizações sociais e seu lugar na democracia soviética

Diz o artigo 126 da Constituição staliniana:

“De acôrdo com os interesses dos trabalhadores e a fim de desenvolver a iniciativa de organização e a atividade política das massas populares, fica assegurado aos cidadãos da URSS o direito de associarem-se em organizações sociais: sindicatos, associações cooperativas, organizações da juventude, organizações esportivas e de defesa, sociedades culturais, técnicas e científicas; os cidadãos mais ativos e mais conscientes do seio da classe operária e das outras camadas de trabalhadores agrupam-se no Partido Comunista (bolchevique) da URSS, que constitui o destacamento de vanguarda dos trabalhadores em sua luta pela consolidação e desenvolvimento do regime socialista e representa o núcleo dirigente de todas as organizações de trabalhadores, tanto sociais como do Estado.”

O direito dos trabalhadores a se associarem, a terem suas organizações políticas, econômicas, cooperativas e de outras espécies constitui um dos direitos democráticos mais importantes, por cuja conquista lutaram e lutam, com o maior empenho, os trabalhadores de todo o mundo.

A classe operária da Europa e da América, os trabalhadores dos países coloniais e dependentes defenderam e defendem seu direito a associar-se.

A reação mundial faz o possível para enfraquecer e fracionar as organizações proletárias, para isolá-las das massas.

Recordemos apenas alguns factos históricos. Em meados do século passado, o governo inglês perseguiu implacavelmente o movimento cartista, a primeira tentativa dos operários ingleses para constituírem seu próprio partido. Vinte e cinco anos depois, Bismarck promulgou a lei contra os socialistas, a qual proibia a existência da social-democracia alemã.

E' desnecessário recordar que o fascismo, durante seu domínio na Alemanha, Itália, Hungria e outros países, liquidou todas as organizações políticas e democráticas dos trabalhadores.

E' perfeitamente compreensível a inclinação dos operários a se organizarem. Sem seu partido político, sem suas organizações de massas, a classe operária não poderia defender seus interesses políticos e econômicos. Daí a considerável importância que têm, para os trabalhadores de todo o mundo, a consolidação e a ampliação desse direito. Está, todavia, na própria natureza da sociedade capitalista que as organizações políticas e econômicas das classes dominantes sejam mais poderosas do que as dos trabalhadores, pois dispõem de infinitos recursos. A seu serviço estão a imprensa, o rádio, o cinema, a escola, a igreja, um amplo aparelho de propaganda, e contam, ainda, com os órgãos administrativos. Aliás nenhum governo, com exceção do soviético, apoiou o requerimento da organização sindical internacional para que se incluíssem representantes sindicais nas delegações à Conferência de San Francisco, onde se lançaram os fundamentos da O.N.U. E não obstante os operários sindicalizados somarem 60.000.000 (sessenta milhões).

Na União Soviética, o direito de associação dos trabalhadores é reconhecido pela lei e alcançou uma aplicação prática inédita. A multiplicidade das organizações sociais da URSS, o número de trabalhadores a elas filiados, o volume de seu trabalho constituem outros tantos expoentes, cada qual mais brilhante, da democracia soviética.

“O florescimento de uma autêntica democracia popular — disse Mólotov — reflete-se na atividade dos nossos grandes sindicatos, das nossas organizações operárias profissionais, esportivas, culturais e de outras categorias; na instauração de kolrózes que agrupam milhões de camponeses soviéticos, em todo o dilatado território do nosso país; no crescimento incessante da emulação socialista nas fábricas e oficinas, nos kolrózes e soverrózes, nas minas e estradas de ferro. Noutros tempos, não conhecíamos uma democracia semelhante, que não pode existir em nenhum outro país dividido em classes exploradoras e exploradas, divisões que o Poder Soviético, na URSS, eliminou há muito tempo.”

Por sua natureza, por seu papel e por seus objetivos, as organizações de trabalhadores podem ser classificadas em profissionais, cooperativas, juvenis, esportivas, de defesa, culturais, científicas, etc.

No conjunto das organizações sociais soviéticas, ocupa lugar de destaque o Partido Comunista (bolchevique) da URSS. Colocam-se, a seguir, os sindicatos.

Os sindicatos soviéticos são organizações livres e democráticas de operários e empregados. Reunem mais de vinte e sete milhões de pessoas. Em nenhum outro país do mundo, existe um número igual de trabalhadores organizados. Os sindicatos são organizações voluntárias. Cada operário ou empregado decide por sua conta o ingresso ou saída do sindicato. Os sindicatos soviéticos esforçam-se por abranger, literalmente, todos os trabalhadores, sem distinção de sexo, profissão, cargo e nem tempo de serviço. Não consideramos necessário assinalar que, no movimento sindical soviético, não se concebem discriminações por motivos raciais, nacionais ou religiosos.

Os órgãos dirigentes dos sindicatos são eleitos por votação secreta e respondem por sua atuação perante os eleitores. Os sindicatos vivem e trabalham na base dos quotas de seus filiados e, de modo algum, se encontram na dependência material do Estado. Os sindicatos realizam seu trabalho entre as massas trabalhadoras por meio da propaganda, convencendo, explicando e estimulando a iniciativa das massas.

Os sindicatos soviéticos têm características próprias, específicas, que se verificam como consequência natural das peculiaridades do regime político e social predominante na URSS.

No Estado soviético, o papel dirigente cabe à classe operária. É perfeitamente lógico que as relações dos sindicatos soviéticos com o seu Estado sejam radicalmente diferentes das que mantinham com o regime tsarista. A Grande Revolução Socialista de Outubro realizou uma transformação histórica no regime social da Rússia. Transformou, igualmente, o papel dos sindicatos e seu método de trabalho.

O Estado e os sindicatos soviéticos têm um objetivo comum: satisfazer as necessidades materiais e culturais da população, tornar mais florescente o Estado soviético socialista. Isto não significa, entretanto, que os sindicatos soviéticos e seus órgãos fiquem fundidos com os estatais e nem que lhes estejam subordinados. Os sindicatos soviéticos mantêm estreita colaboração com o Estado, mas são organizações completamente independentes, chamadas a defender os interesses dos operários e empregados com objetivos e métodos de trabalho específicos.

Explicaremos essa particularidade com o exemplo concreto de uma fábrica qualquer. O diretor é responsável perante o Estado pelo cumprimento do plano e pela qualidade da produção. Como chefe único, dispõe de diversos recursos para estimular os operários ou obrigá-los à execução de seu trabalho. Tem direito de admitir ou dispensar os trabalhadores — embora comunicando-o ao comitê da fábrica —, de colocá-los em cargos mais importantes, de premiá-los, de impor sanção ou multa por produzirem artigos defeituosos, de denunciá-los aos tribunais por destruição consciente ou roubo da propriedade socialista e por infringirem a disciplina do trabalho. O comitê de fábrica ou de oficina — organização sindical primária — responde, também, pelo cumprimento do plano perante a sociedade soviética. Se a fábrica fracassa, isto significa que trabalharam

mal não somente o diretor, mas, igualmente, as organizações sociais da fábrica. Mas o comitê de fábrica atinge seus objetivos por outros meios. Em suas mãos não existe nenhum poder coercitivo. Atua por meio da persuasão, explica aos trabalhadores a importância que tem para o país a mercadoria que a fábrica produz. Nas reuniões dos operários e na imprensa da fábrica, o comitê sindical divulga a experiência dos trabalhadores mais destacados, dos que alcançam maior nível no rendimento do trabalho, e, ao mesmo tempo, recolhem, estudam e encaminham ao diretor as propostas e os inventos dos operários visando racionalizar o trabalho. Com esse objetivo, existem nas fábricas comissões especiais que estudam as inovações propostas pelos operários. O comitê de fábrica encabeça e fomenta a emulação socialista dos operários da empresa, de suas subseções e grupos, ajuda os que se atrasam para que cheguem a dominar sua especialidade, luta contra a rotina e contra os elementos que se esforçam por trabalhar o menos possível e por se esquivarem o quanto podem.

Mas os comitês de fábrica podem alcançar esses objetivos somente se se apoiam na massa, se a mobilizam, incrementando sua atividade, despertando sua iniciativa, aumentando sua consciência política e o rendimento de seu trabalho, seus conhecimentos profissionais e sua cultura geral. E, para isso, é indispensável que os sindicatos não esqueçam sua tarefa fundamental: salvaguardar os interesses dos trabalhadores da fábrica e de cada operário em particular.

O diretor também é responsável perante o Estado pela conservação das habitações que dependam da fábrica, pela sua ampliação, pelo seu bom funcionamento dos refeitórios e bares que estejam a serviço da fábrica; é responsável, igualmente, perante o Estado, por que sejam observados os regulamentos relativos à segurança do trabalho, ao funcionamento dos jardins da infância, das creches, etc. Mas o sindicato responde, também, por tudo isso, perante a sociedade. É sua obrigação, e principalíssima, velar para que todas essas instituições — de vital importância para os operários — funcionem bem, para que as necessidades dos trabalhadores sejam inteiramente satisfeitas, nos limites que a lei delimita. A preocupação e o cuidado em relação ao homem constituem obrigação estrita dos sindicatos.

Na União Soviética, os sindicatos têm direito a controlar o estado e a utilização das residências, dos refeitórios públicos, dos armazéns, dos jardins da infância e creches, dos banhos públicos, etc., etc. Cada comitê de fábrica ou oficina tem anexas várias comissões de controle social, através das quais cuida para que as residências sejam consertadas em seu devido tempo e se mantenham limpas e confortáveis; vela, também, para que todos os produtos consignados pelo Estado ou obtidos nas hortas e campos dependentes da fábrica sejam distribuídos acertadamente, a fim de que, no restaurante, se sirva alimentação sadia e abundante.

Tal é a força da democracia soviética, tal é a natureza da democracia soviética.

Não é possível descrever todos os aspectos da múltipla atividade desenvolvida pelos sindicatos soviéticos, em relação a seguros sociais, formação cultural dos trabalhadores, etc. Tudo isso constitui um tema

especial e muito amplo. Mas o que já dissemos basta para mostrar claramente que os sindicatos, dentro do regime soviético, se convertem numa escola de ensino profissional e de educação política dos trabalhadores. Com a ajuda dos sindicatos, até as camadas mais atrasadas de operários e empregados se incorporam à vida social e se habitua a resolver problemas públicos, mesmo os importantes.

Por intermédio dos comitês de fábrica e de oficina, dos comitês de secção, dos delegados sindicais, da imprensa da fábrica, das comissões de controle, das comissões para o estudo dos inventos e das propostas de racionalização, das comissões culturais, das assembléias operárias, das reuniões e das sociedades esportivas, incorpora-se ao trabalho social um número extraordinário de pessoas. E quanta iniciativa e atividade se desenvolvem para realizar qualquer projeto! Nisso reside a força da democracia soviética, nisso reside um dos segredos da vitória conquistada pelos soviéticos durante os planos quinquenais stalinianos e a Guerra Patriótica. Isso também faz dos sindicatos uma reserva da qual o Partido Comunista e o Estado soviético nutrem os postos de direção.

Outra organização importante é a União das Juventudes Comunistas Leninistas, a chamada *Komsomol*. A *Komsomol* é uma organização de massas. Possui mais de dez milhões de filiados, jovens operários e camponeses de ambos os sexos. Sua missão fundamental consiste em educar a juventude no espírito do socialismo, fazendo com que adquira hábitos de trabalho socialista, um sentido justo da propriedade coletiva e amor e fidelidade sem limites à sua pátria. A *Komsomol* educa a juventude na moral socialista, no espírito do internacionalismo, da amizade e da fraternidade, da disciplina proletária. Trabalha para robustecer e elevar o nível político, cultural, moral e físico da juventude soviética. Em nenhum outro país do mundo, desempenha a juventude papel tão importante em todos os ramos da vida econômica e cultural como na União Soviética. A juventude constitui quarenta a cinquenta por cento dos operários. Nos kolrózes e soverrózes, o pessoal que conduz as máquinas de colheita, os tractores, o pessoal que trabalha nos parques de máquinas agrícolas, etc., são constituídos de jovens, em sua imensa maioria. A juventude distingue-se por sua atividade, iniciativa e dinamismo. A *Komsomol* orienta essas esplêndidas faculdades para a concretização da ingente obra de edificação da sociedade socialista. Dificilmente se encontrar a uma esfera de ação na qual a *Komsomol* não participe ativamente e muitas são as proezas de que já foi autora.

A guerra civil está repleta de páginas heróicas escritas pelas *komsomols*. A *Komsomol* desempenhou papel da maior importância nos planos quinquenais stalinianos. Sem o cáldido apoio da juventude soviética e de sua parte mais destacada, a *Komsomol*, sem seu entusiasmo, difícil teria sido obter aquêles êxitos que assombraram o mundo inteiro. Às *komsomols* corresponde um posto de honra na construção de gigantes da indústria, como a fábrica de tractores de Stalingrado, a usina siderúrgica de Magnitogórski e outras. A *Komsomol* encarregou-se das missões mais difíceis e as levou a cabo com pleno êxito. Com o esforço da juventude, edificou-se no Extremo Oriente, no coração da *taiga* e em condições excepcionalmente

difíceis, uma cidade que recebeu o nome glorioso de Komsomolsk. A essa organização juvenil cabe, igualmente, um posto de honra no desenvolvimento da emulação socialista e do movimento starranovista. As brigadas juvenis de choque, que tanto contribuíram para elevar o rendimento do trabalho, foram fruto da iniciativa e do esforço da *Komsomol*. A juventude soviética formou nas primeiras filas entre os transformadores do campo; realizou imenso trabalho de propaganda para popularizar e organizar o movimento kolroziiano. Foi, também, considerável o papel da *Komsomol* na revolução cultural. As *komsomols* encheram as escolas superiores e técnicas, todos os centros de ensino, de que saem os engenheiros, os técnicos, agrônomos, professores, médicos; os que ocupam cargos de direção na indústria soviética, na agricultura, escolas, hospitais, etc.

As melhores qualidades da juventude soviética — patriotismo, fidelidade às idéias de Lênin e Stálin e heroísmo — encontraram sua manifestação mais brilhante durante os anos da Grande Guerra Patriótica. São conhecidos em todo o mundo os nomes de Heróis da União Soviética, como o capitão aviador Gastello, o soldado vermelho Matrosov e muitos outros. Quem não se inclina diante da memória de heróicas moças soviéticas, heróis do povoado mineiro de Krasnodon, A. Tchekalin e Oleg Kochevoi, que deram sua vida pelo bem da pátria? O mesmo heroísmo a juventude soviética manifestou na retaguarda, nas fábricas, nas minas e nos campos kolroziianos.

A 10 de julho de 1941, foi publicado na imprensa um comunicado sobre a extraordinária façanha da juventude da cidade de Górkí, que se propunha “trabalhar não somente cada um por si mesmo, mas, ainda, pelo camarada que tenha sido mobilizado para a frente”. Ao mesmo tempo, os *komsomols* da fábrica mecânica dos Urais se propunham cumprir, durante a guerra, não uma norma, mas duas por dia. Essa iniciativa foi acolhida com grande entusiasmo pela juventude de todo o país e significou o começo do movimento denominado “dos duzentos”, isto é, das pessoas que cumpriam as normas de trabalho em 200 % ou mais. Esse “exército em operações na retaguarda”, como o povo o denominou, abriu uma conta particularmente temível para o inimigo: a conta da superprodução para a frente de batalha.

Durante as difíceis jornadas de outono de 1941, surgiram e se difundiram, por iniciativa da juventude, as brigadas juvenis de trabalho, constituídas de *komsomols*, cujo lema era: “No trabalho como no combate”. Na fábrica “Stálin” de automóveis, em 1942, havia vinte e sete brigadas juvenis; em 1943, passavam de duzentas. Essas brigadas cumpriam de uma norma e meia a duas normas e ninguém abandonava o tórno enquanto não terminasse a tarefa.

Os jovens operários que participavam das “brigadas de guerra” tiveram nova e magnífica iniciativa: com menos trabalho, dar mais produtos ao Exército Vermelho. Ekaterina Barichnikova, da fábrica de chumaceiras, de Moscou, foi a iniciadora desse grande movimento. Reduziu o número de membros de sua brigada, composta de seis pessoas, para três, e essas três chegaram a produzir pelas seis.

O povo soviético orgulha-se de sua juventude, de suas *komsomols*.

A força da democracia soviética reside no facto de haver educado essa juventude, que, por sua formação ideológica, por seu heroísmo, por sua abnegação e pelo amor à sua pátria, não tem igual na juventude de nenhum outro país do mundo.

Organizações de massas muito amplas são as cooperativas, em seus dois aspectos, de consumo e de produção. A cooperativa constitui o elo básico que incorpora as grandes massas camponesas à edificação da sociedade socialista. O tipo fundamental de cooperativa de produção é o kolróz, que abrange a imensa maioria dos camponeses. Os camponeses soviéticos, organizados nessas coletividades, converteram-se em elementos ativos cheios de iniciativa e senhores de seus destinos. O regime soviético assegurou aos camponeses uma vida livre, alegre, culta e desafogada; arrancou o camponês da ignorância e das trevas. Pela primeira vez, os camponeses se converteram numa força ativa na direção do Estado e puderam aproveitar os frutos da ciência e da cultura. Em fins de 1937, havia, nos kolrózes, 18.500.000 (dezoito milhões e quinhentas mil) famílias camponesas. Em 1938, encontravam-se a serviço dessas coletividades agrícolas 394.000 (trezentos e noventa e quatro mil) tractores, 127.200 (cento e vinte e sete mil e duzentas) máquinas colhedoras, mais de 160.000 (cento e sessenta mil) caminhões e milhares de arados para tractores e outros instrumentos de reboque. A 1.º de janeiro de 1939, havia, nos kolrózes, 406.300 granjas de criação, com uma quantidade global de 12.876.000 cabeças de gado bovino, 6.620.000 cabeças de gado suíno e 27.191.000 ovelhas e cabras. Sob o regime tsarista, 52 % das famílias camponesas não colhiam o grão suficiente para o ano e viam-se obrigadas a comprá-lo. Em 1938, antes de se fazer a colheita, as reservas pessoais dos kolrozoianos eram, em média, de uns 10 *puds* — 160 quilos — de trigo e centeio, por pessoa. Numerosíssimos kolrozoianos contavam suas reservas por centenas de *puds*.

No transcurso dos anos de 1914 e 1915, estudavam nas escolas primárias e secundárias 6.117.000 crianças e jovens camponeses; em 1938-1939, seu número era de 22.087.000, isto é, havia aumentado quasi quatro vezes. Nas escolas médias, o crescimento é ainda mais surpreendente e vai dos 52.000 jovens camponeses de 1914-1915 aos 13.000.000 em 1938-1939.

Em 1938, o número de agrónomos ocupados na agricultura era cinquenta vezes maior do que em 1914. O número de professores rurais, em 1914-1915, era de 152.400 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos); em 1938-1939, era de 715.300 (setecentos e quinze mil e trezentos).

Assim, pois, sobre a base do regime kolrozoiano e da mecanização da agricultura, levanta-se uma nova população rural, com novas relações sociais e novas pessoas, que reconhecem a importância da economia colectiva. Sem essa base material, sem elevar o nível de vida e de cultura dos camponeses, a democracia seria uma palavra vazia, um sonho. Tão somente nessas bases, foram possíveis o florescimento da vida social e a incorporação das massas camponesas ao trabalho de direção do Estado. A emulação socialista e sua forma superior, o movimento starranovista, penetraram também, profundamente, nos kolrózes e abrangem milhões

de camponeses. Durante a Guerra Patriótica, a emulação socialista alcançou, no campo, uma intensidade extraordinária originando múltiplos exemplos de autêntico heroísmo no trabalho.

Apesar da sensível redução da mão de obra e das máquinas agrícolas, a superfície de cultivo não só não diminuiu durante a Guerra Patriótica, como ocorreu em 1915 e 1916, durante a Primeira Guerra Mundial, mas, ao contrário, aumentou em mais de dois milhões de hectares.

O fervor patriótico moveu todos os camponeses, impelindo-os a um trabalho heróico para contribuir para a defesa de sua pátria soviética. Nisso, manifestaram-se a iniciativa, a força das massas, o vigor da democracia soviética.

As organizações sociais da União Soviética têm direitos — promulgados na Constituição staliniana — que lhes permitem desenvolver grande atividade. Formam a base do regime soviético. As organizações sociais da URSS têm o importantíssimo direito de apresentar candidatos às eleições para todos os órgãos do Poder, desde os Soviets locais até o Supremo Soviet da URSS. Designam aqueles representantes nas comissões eleitorais, que velam pela boa marcha da campanha eleitoral. Para organizar as eleições para o Supremo Soviet da União Soviética, realizadas a 10 de fevereiro de 1946, as massas enviaram às comissões eleitorais seus melhores elementos. Os trabalhadores das fábricas e oficinas designaram para que fizessem parte dessas comissões o perfurador Rustam Rustámov, Herói do Trabalho Socialista; Ekaterina Barichnikova, dirigente de uma brigada juvenil; A. Pokusai, conhecido maquinista da rede ferroviária do sul, Herói do Trabalho Socialista; Ivan Korobov, velho metalúrgico do Donbass, e muitos outros. Os camponeses soviéticos, por sua vez, recomendaram para membro da Comissão Eleitoral Central a Ferapont Golovati; para as Comissões Regionais, Mirrail Tcherniavski, presidente de um dos melhores kolrózes do Kuban; a tratorista Praskovia Anguelina; a kolrozoiana do Azerbaidjão, Gueigaia Kadirova, etc.

As sociedades científicas designaram, para as comissões eleitorais, ilustres sábios e académicos. Assim, por exemplo, a Universidade de Moscou apresentou como candidato o professor Arkadi Kosmodemianski, doutor em ciências físico-matemáticas; o pessoal da Academia de Ciências Pedagógicas, o seu vice-presidente, Kairov. A União de Escritores Soviéticos da Bielo-Rússia defendeu a candidatura do poeta K. Mitskevitch, vice-presidente da Academia de Ciências da Bielo-Rússia.

Operários, kolrozoianos, intelectuais, todos se incorporaram aos trabalhos preparatórios para a grande campanha política, para a preparação das eleições para os órgãos supremos do poder da URSS. E essas eleições constituíram novo estímulo para o florescimento da democracia soviética.

Os sindicatos, a *Komsomol*, as cooperativas, as sociedades esportivas e recreativas são, todos eles, organizações de trabalhadores. Agrupam em suas fileiras operários, camponeses e intelectuais e os familiarizam com o trabalho dirigente do regime socialista. Cada uma dessas organizações realiza seu trabalho num sector determinado da vida social, com recursos e métodos próprios. Mas a atividade de todas elas há de estar orientada para um objetivo comum, há de estar regida por um mesmo princípio.

Do contrário, poderia acontecer com elas o que ocorreu com os heróis de uma conhecida fábula de Krilov, *O cisne, o carangueijo e o lúcio*, que se dispuseram a puxar um carro; mas como o cisne puxava para as nuvens, o carangueijo para trás e o lúcio para a água, o carro se encontra, "ainda hoje", no mesmo lugar.

Sem um centro dirigente único, sem um Estado-Maior, nem o melhor exército pode combater.

"Onde está a organização central — pergunta Stálin — que seja não somente capaz, por possuir a experiência necessária, de traçar aquela linha geral, mas, igualmente, dotada da possibilidade, por possuir a autoridade necessária para isso, de mover tôdas essas organizações, de levar à prática essa linha, com o objetivo de conseguir a unidade na direção e excluir tôda possibilidade de desconcerto?"

Essa organização central é o Partido Comunista da URSS.

A Constituição soviética determina, claramente, a posição do Partido como núcleo dirigente de tôdas as organizações dos trabalhadores, tanto sociais como estatais. Não estará isso em contradição com a natureza democrática do regime soviético? De modo algum. Soam a falsidade, ludíbrio e calúnia as palavras de alguns críticos do Estado soviético, quando dizem que, na URSS, existe a "ditadura do Partido Comunista". A posição dirigente do Partido Comunista é conseguida não pela força, mas graças à confiança das massas, graças à ligação entre estas e o Partido, graças à política do Partido orientada para a satisfação dos interesses dessas massas, graças à capacidade do Partido — como dizia Lênin — de "expressar, com precisão e justiça, o que o povo sente".

— Nisso reside a força do Partido Bolchevique. Fundado há quasi meio século, representou, na cena histórica, o destacamento de vanguarda da classe operária. Organizou-a, colocou-se à frente de sua luta, uniu as massas operárias com os trabalhadores do campo. O Partido levou as massas, no interesse do povo, ao assalto contra o absolutismo, derrubou o poder do tsarismo e do capitalismo, instaurou o poder do povo, o Poder dos Soviets e o defendeu contra todos os seus inimigos, internos e externos.

O Partido, colocado à frente do povo na luta pelo socialismo, transformou o país e, em prazo histórico brevíssimo, elevou-o a uma altura inaudita, transformou-o numa potência de primeira ordem. O Partido soube convencer os trabalhadores do campo de que os kolrózes eram mais vantajosos e progressistas e levou os camponeses a uma vida acomodada, rica. Sob a direção do Partido, construiu-se, na URSS, um regime social progressista, o socialismo. Sobre essa base, o Partido reuniu todo o povo, forjou sua unidade política e moral, impossível nos demais países corroidos pelas contradições de classe. Sem deixar de ser a vanguarda da classe operária, o Partido converteu-se na vanguarda de todo o povo soviético. E' o cérebro e a alma do povo, seu dirigente, seu chefe, seu mestre. A política do Partido de Lênin e Stálin é uma política popular, de defesa dos interesses do povo. Precisamente por isso, o povo soviético vê, no Partido Bolchevique, seu próprio partido, o defensor de seus interesses vitais. Graças tão somente à política leninista do Partido Comunista, graças à genial direção de Stálin, a União Soviética pôde vencer e aniqui-

lar um inimigo tão poderoso como o era o fascismo alemão. Daí o facto de manifestar-lhe uma fidelidade absoluta, daí o confiar sem reservas em sua política sábia e prudente.

Os líderes do Partido Bolchevique são-no de todo o povo. Suas palavras são acolhidas por êste com grande entusiasmo. As eleições para o Supremo Soviet da URSS, realizadas em 1937, constituíram um exemplo brilhantíssimo da unidade existente entre o Partido e o povo. O bloco dos comunistas e sem-partido obteve noventa milhões de votos, ou, seja, 98,6 % de todos os que participaram da votação. Que outro partido pode orgulhar-se de possuir uma confiança tão ilimitada do povo e uma autoridade semelhante?

O Partido desempenhou papel principalíssimo durante a Guerra Patriótica contra os invasores alemães. Os discursos do chefe do Partido e do povo, Stálin, ressoavam como toques de reunir para a luta, infundiam ânimo e confiança ao povo, impeliavam-no a atos de heroísmo sem par. Os comunistas figuravam na primeira fila de lutadores da frente e da retaguarda. Com a sua conduta pessoal, davam exemplo de heroísmo, organização e disciplina e arrastavam as massas atrás de si. Eloquente manifestação da confiança crescente do povo em seu Partido temo-la em seu crescimento. Cresceu durante o período de edificação pacífica do país. Os ritmos desse desenvolvimento tornaram-se extraordinários durante os anos de guerra. Em 1941, contava o Partido com 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) membros e aspirantes. A 1.º de abril de 1945, esse número havia aumentado para 5.800.000 (cinco milhões e oitocentos mil). Durante a guerra, entraram para o Partido dois milhões dos melhores filhos do povo soviético. Os pedidos de admissão, por parte de pessoas que iam entrar em combate, chegaram a constituir fenômeno comum. "Desejamos morrer — escreviam — como membros do Partido de Lênin e Stálin."

O segredo da força do Partido Bolchevique consiste em que Lênin e Stálin o aparelharam com a teoria marxista-leninista, a mais progressista, com o conhecimento das leis do desenvolvimento histórico, com a capacidade de prever os acontecimentos, com as leis da estratégia e da tática da luta política. A força do Partido reside em que trabalhou e trabalha incansavelmente entre as amplas massas do povo, para elevar sua consciência ideológica e política e se encontra ligado às massas por uma infinidade de laços.

O Partido, segundo a gráfica expressão de Stálin, é como o herói da mitologia grega, Anteu, que se sentia senhor de forças novas cada vez que entrava em contacto com a terra. O Partido recebe sua força das massas, do povo. E, por isso, é a alma da democracia soviética, sua salvação.

O Partido Comunista é o único partido político da URSS. Isso não ocorre em prejuízo da democracia soviética? De modo algum.

O Partido é a vanguarda de uma classe, é um grupo ou uma camada de classe.

Os soviéticos reconhecem a necessidade de que existam diversos partidos onde haja classes antagonicas, onde as classes lutem entre si.

O nível democrático nesses países se medirá pelo grau em que os trabalhadores possam utilizar, na prática, o direito de organizar seu partido.

Inteiramente diferente é a situação na União Soviética. Em sua entrevista com Roy Howard, dizia Stálin, em março de 1936: "Não existem, entre nós, partidos contrapostos, assim como não possuímos classes contrapostas de capitalistas exploradores e de operários explorados por aqueles. Nossa sociedade é composta, exclusivamente, de trabalhadores livres da cidade e do campo, de operários, camponeses e intelectuais. Cada uma dessas camadas pode ter seus interesses específicos e revelá-los através das inúmeras organizações sociais existentes. Mas, uma vez que não existem classes sociais, uma vez que se dissolvem os limites entre elas, uma vez que não existe sinão uma diferença, pequena e não essencial, entre as diversas camadas da sociedade, não pode haver terreno propício à existência de partidos políticos que lutem entre si. Onde não haja classes diversas, não pode haver partidos diversos, pois êstes são parte integrante daquelas".

A democracia soviética é a democracia da sociedade socialista e nisso se distingue da democracia dos outros países. São, pois, ingênuas — para usar expressões suaves — as manifestações de certos políticos, que lamentam não exista, na URSS, uma democracia semelhante à de seus países, isto é, uma democracia de tipo parlamentar.

Seja-nos permitido perguntar a êsses políticos em nome de que devem os soviéticos renunciar às suas conquistas, a seu regime soviético, a seus direitos fixados na Constituição staliniana — entre os quais o direito à liberdade de palavra, de reunião, de imprensa, de associação —, direitos não formais, mas reais, garantidos pelos recursos materiais do Estado? Em nome de uma democracia vazia, em nome de uma ficção de democracia "pura"?

O vigor da democracia soviética foi posto à prova durante a Grande Guerra Patriótica. Nenhum outro Estado teria podido sair vitorioso de dificuldades como as que atravessou o Estado soviético, em sua luta contra o fascismo alemão. A Segunda Guerra Mundial demonstrou que o regime soviético é o mais vigoroso e o mais firme de todo o mundo. O regime soviético demonstrou ao mundo inteiro que é capaz de defender a liberdade e a independência da URSS. Demonstrou, ainda, que sabe desempenhar a grande missão histórica de libertar da escravidão fascista os outros povos. Daí o facto de ter crescido tanto a autoridade internacional da União Soviética, de terem aumentado tanto as simpatias que lhe dedicam os povos livres. O povo soviético deve tudo isso ao papel orientador e dirigente do Partido Bolchevique, à direcção sábia e prudente do chefe e mestre do povo soviético, o grande Stálin.

"Por isso — disse Mólotov —, o povo soviético põe um sentido tão profundo em suas palavras, quando, referindo-se ao chefe do Partido Bolchevique, diz com agradecimento e amor infinitos: "O nosso mestre, o nosso pai, o nosso chefe, camarada Stálin."

MARXISMO E REVISIONISMO (*)

LÉNIN.

Diz conhecido aforismo que, se os axiomas geométricos colidissem com os interesses dos homens, seguramente haveria quem os refutasse. As teorias histórico-naturais, que se chocam com os velhos preconceitos da teologia, provocaram e vão provocando até hoje a luta mais furiosa. Não se deve estranhar, pois, que a doutrina de Marx, que serve diretamente à educação e à organização da classe de vanguarda da sociedade moderna, que indica os objetivos desta classe e demonstra a substituição inevitável — em virtude do desenvolvimento econômico — do regime atual por uma nova ordem social, — não se deve estranhar que esta doutrina tenha que progredir lutando palmo a palmo na estrada da vida.

Não falemos da ciência e da filosofia burguesas, ensinadas de modo oficial pelos professores oficiais para embrutecer as novas gerações das classes poderosas e "amestrá-las" contra os inimigos externos e internos. Esta ciência não quer nem ouvir falar de marxismo, declarando-o refutado e destruído; e os cientistas jovens, que fazem carreira refutando o socialismo, lançam-se sobre Marx com o mesmo zêlo que os velhos caducos que guardam o legado de todos os antiquados "sistemas" imagináveis. Os progressos do marxismo, a difusão e a consolidação de suas idéias entre a classe operária, provocam inevitavelmente a reiteração e a acentuação destes ataques burgueses contra o marxismo, o qual, de cada uma de suas "destruições" por obra da ciência oficial, sai mais fortalecido, mais retemperado, mais vivo do que nunca.

Entre as doutrinas vinculadas à luta da classe operária e difundidas predominantemente entre o proletariado, o marxismo não conquistou, contudo, sua posição pela força bruta. Durante o primeiro meio século de sua existência (desde o fim da primeira metade do século XIX), o marxismo lutou contra teorias que eram, no fundo, suas inimigas. Na primeira metade da década de 40, Marx e Engels ajustaram contas com os neo-hegelianos radicais, que se colocavam no ponto de vista do idealismo filosófico. No fim deste período, passa para o primeiro plano a luta, no campo das doutrinas econômicas, contra o proudhonismo. Esta luta chegou à sua etapa final na década de 50: crítica dos partidos e das doutrinas que se haviam revelado no ano turbulento de 1848. Nos anos de 1860 e seguintes, a luta deslocou-se do campo da teoria geral para o terreno mais próximo do movimento operário imediato: expulsão do bakuninismo do seio da Internacional. No princípio da década de 70,

(*) Este artigo foi escrito em abril de 1908, sendo publicado, no mesmo ano, na antologia *Em Memória de Karl Marx*, no período em que Lênin desenvolveu uma luta intensa contra os degenerados Bogdanov, Yujkévitch, Basárov e outros, que patrocinavam uma revisão ampla da teoria marxista.

destaca-se, na Alemanha, por breve tempo, o proudhonista Mühlberger; no fim desse período, o positivista Dühring. Mas a influência de um e outro sobre o proletariado já é completamente nula. Já o marxismo triunfa incondicionalmente sobre todas as demais ideologias do movimento operário.

Na década de 90 do século passado, esta vitória estava sonsumada em suas linhas fundamentais. Até nos países latinos, nos quais por mais tempo se haviam mantido as tradições do proudhonismo, os partidos operários estruturaram de facto seus programas e sua tática sobre bases marxistas. Ao reatar-se, em forma de congressos internacionais periódicos, a organização internacional do movimento operário, esta se colocou imediatamente e quasi sem luta, no terreno do marxismo, em tudo quanto era essencial. Quando o marxismo, porém, deslocou integralmente todas as doutrinas mais ou menos hostis, as tendências que se abrigavam nestas começaram a buscar outros caminhos. Mudaram as formas e os motivos da luta, porém esta prosseguiu. E o segundo meio século de existência do marxismo (década de 90 do século passado) começou com a luta da corrente hostil ao marxismo no seio deste.

O antigo marxista ortodoxo Bernstein deu nome a esta corrente, atuando com o maior ruído e dando a mais completa expressão às emendas propostas a Marx, à revisão de Marx, ao revisionismo. Inclusive na Rússia, onde o socialismo não marxista, logicamente — em virtude do atraso econômico do país e do predomínio da população camponesa, oprimida pelos remanescentes feudais — se manteve por mais tempo, inclusive na Rússia, este socialismo se converte claramente, aos nossos olhos, em revisionismo. E tanto no problema agrário (programa de municipalização de toda a terra) como nos problemas gerais pragmáticos e táticos, nossos social-populistas vão tendendo cada vez mais a substituir por “emendas” a Marx os restos agonizantes e caducos do velho sistema, harmônico a seu modo e radicalmente inimigo do marxismo.

O socialismo pre-marxista está completamente derrotado. Já não continua a luta em seu próprio terreno, e, sim, no terreno geral do marxismo, a título de revisionismo. Vejamos, pois, qual é o conteúdo ideológico do revisionismo. No campo da filosofia, o revisionismo formava na retaguarda da “ciência” professoral burguesa. Os professores marchavam “em volta de Kant”, e o revisionismo arrastava-se atrás do neokantismo: os professores repetiam pela milésima vez as vulgaridades dos curas contra o materialismo filosófico, e os revisionistas, sorrindo complacentemente, diziam, remoendo as palavras (repetindo letra por letra o último manual), que o materialismo estava “refutado” havia muito tempo. Os professores tratavam Hegel como um “cachorro morto”, e, pregando o mesmo idealismo, com a diferença de ser mil vezes mais mesquinho e trivial que o hegeliano, encolhiam desdenhosamente os ombros ante a dialética, e os revisionistas se afundavam atrás deles no pântano do aviltamento filosófico da ciência, substituindo a “sutil” (e revolucionária) dialética pela “simples” (e pacífica) “evolução”. Os professores ganhavam honradamente seus vencimentos, ajustando seus sistemas, tanto os idealistas como os “críticos”, à “filosofia” medieval imperante (isto é,

à teologia), e os revisionistas se acercavam deles, esforçando-se por fazer da religião uma “incumbência privada”, não com relação ao Estado atual, e, sim, com relação ao partido da classe de vanguarda.

E’ desnecessário dizer que significação real de classe tinham semelhantes emendas a Marx. A coisa é clara por si mesma. Salientemos apenas que Plerránov foi o único marxista dentro da social-democracia internacional que fez, do ponto de vista do materialismo dialético consequente, a crítica daquelas incríveis tolices acumuladas pelos revisionistas. Isto deve-se frisar decididamente, tanto mais quanto, em nosso tempo, se fazem tentativas profundamente errôneas para passar como contrabando a velha e reacionária miuçalha filosófica, sob o pavilhão de crítica do oportunismo tático de Plerránov (*).

Passando à Economia Política, cumpre salientar, sobretudo, que, neste campo, as “emendas” dos revisionistas eram muitíssimo mais multifárias e minuciosas; tratava-se de suggestionar o público por meio dos “novos dados do desenvolvimento econômico”. Dizia-se que, no campo da economia rural, não se opera de modo nenhum a concentração e o deslocamento da pequena produção pela grande e que, no comércio e na indústria, ela se opera com extrema lentidão. Dizia-se que atualmente as crises começaram a rarear, tornando-se mais brandas, e que era provável que os cartéis e os trusts dessem ao capital a possibilidade de eliminar por completo as crises. Declarava-se que a “teoria da bancarrota”, para a qual marcha o capitalismo, era insustentável em face das tendências para suavizar e atenuar as contradições de classe. Declarava-se, finalmente, que nada se perderia emendando-se a teoria do valor de Marx, de acordo com Böhm-Bawerk.

A luta contra os revisionistas em torno destes problemas serviu para avivar fecundamente o pensamento teórico do socialismo internacional, como vinte anos antes ocorrera com a polémica de Engels contra Dühring. Os argumentos dos revisionistas foram esmiuçados, com factos e algarismos à mão. Demonstrou-se que os revisionistas embelezavam

(*) Veja-se o livro *Esboços da Filosofia do Marxismo*, de Bogdanov, Basárov e outros. Aqui não é lugar oportuno para se analisar este livro e tenho que limitar-me, no momento, à declaração de que sem tardança hei de demonstrar, numa série de artigos ou num folheto especial, que tudo o que se diz no texto dos revisionistas neo-kantianos também conserva relação, em substância, com estes “novos” revisionistas neo-humistas e neo-berkelianos. (Lénin escreveu logo depois disto a obra *Materialismo e Empíro-criticismo* (Vejam-se *Obras Completas*, t. XIII). Nesta obra, Lénin fez uma crítica arrasadora de Bogdanov e outros revisionistas, assim como de seus mestres filosóficos, Avenarius e Mach. A obra de Lénin constitui a defesa das bases teóricas do marxismo, o materialismo dialético e o materialismo histórico; é uma síntese materialista de todas as conquistas da ciência, e, antes de tudo, das ciências naturais abrangendo o período desde a morte de Engels até o aparecimento desta obra de Lénin, sendo, por sua vez, a preparação teórica do Partido Bolchevique.

sistematicamente a pequena produção atual. O facto da superioridade técnica e comercial da grande produção sobre a pequena, não só na indústria como também na agricultura, está demonstrado com dados irrefutáveis. Mas, na agricultura, a produção de mercadorias está muitíssimo menos desenvolvida, e geralmente os estatísticos e economistas atuais não sabem destacar os ramos (e às vezes também as operações) especiais da agricultura, que exprimem como esta se vê englobada progressivamente no intercâmbio da economia mundial. A pequena produção mantém-se sobre as ruínas da economia natural, graças à piora infinita da alimentação, à fome crônica, ao prolongamento da jornada de trabalho, ao rebaixamento da qualidade do gado e do cuidado com este; numa palavra, graças àqueles mesmos expedientes com que se sustentou também a produção artesã contra a manufatura capitalista. Cada passo de progresso da ciência e da técnica mina inevitável e implacavelmente os fundamentos da pequena produção na sociedade capitalista. E é dever da economia socialista investigar este processo em todas as suas formas não poucas vezes complexas e intrincadas, demonstrando ao pequeno produtor a impossibilidade de se manter sob o capitalismo, a situação desesperada das explorações camponesas no regime capitalista, a necessidade que tem o camponês de abraçar o caminho do proletariado. Ante o problema de que tratamos, os revisionistas cometeram, sob o aspecto científico, o pecado de generalizar superficialmente alguns factos unilateralmente interpretados, à margem de sua ligação com todo o regime do capitalismo; no sentido político, praticaram o pecado de chamar ou impelir inevitavelmente o camponês, voluntária ou involuntariamente, para o ponto de vista do proletário (isto é, para o ponto de vista da burguesia), em lugar de o impelirem para o ponto de vista do proletário revolucionário.

O revisionismo ficava ainda mais mal amparado quanto à teoria das crises e à teoria da bancarrota. Só mesmo gente muito míope, e por muito tempo, seria capaz de pensar em transformar as bases da doutrina de Marx sob o influxo de uns tantos anos de apogeu ou prosperidade industrial. Que as crises não haviam fenecido foi coisa que a realidade se encarregou de demonstrar mui prontamente; depois da prosperidade, veio a crise. Mudaram as formas, a seqüência, o quadro das crises distintas, mas estas continuavam como parte integrante inevitável do regime capitalista. Os cartéis e os trustes, unificando a produção, reforçaram, ao mesmo tempo, à vista de todos, a anarquia da produção, a insegurança do proletariado e a opressão do capital, acentuando, assim, num grau até então nunca visto, as contradições de classe. Que o capitalismo marcha para a bancarrota — tanto no sentido das crises políticas e econômicas isoladas, como no do naufrágio de todo o regime capitalista — vieram demonstrá-lo precisamente, de modo especialmente palpável e em proporções particularmente extensas, os modernos e gigantescos trustes. A recente crise financeira da Norte-América, a espantosa acentuação do desemprego forçado em toda a Europa, isso para não se falar da próxima crise industrial, de que surgem não poucos sintomas, — tudo isso fez com que as recentes "teorias" dos revisionistas fôssem olvidadas

por todos, inclusive, ao que parece, por muitos dentre eles mesmos. O que não se deve esquecer são os ensinamentos que semelhante instabilidade dos intelectuais deu à classe operária.

Quanto à teoria do valor, só é necessário dizer que, exceto as alusões e os suspiros muito vagos de um Böhmer-Bawerk, os revisionistas nada trouxeram e, portanto, não deixaram vestígio algum no sentido de desenvolver o pensamento científico.

No campo da política, o revisionismo tentou efetivamente rever a base do marxismo, ou, seja, a teoria da luta de classes. A liberdade política, a democracia, o direito do sufrágio universal, destruíram a base da luta de classes — diziam-nos os revisionistas — e desmentem a velha tese do *Manifesto Comunista* de que os operários não têm pátria. De vez que na democracia impera a "vontade da maioria", não devemos enxergar, no Estado, segundo eles, o órgão do domínio de uma classe, nem negarmos a formar alianças com a burguesia progressista, social-reformista, contra os reacionários.

E' indiscutível que estas objeções dos revisionistas se reduzem a um sistema bastante harmônico de concepções, a saber: as conhecidíssimas concepções liberal-burguesas. Os liberais sempre disseram que o parlamentarismo burguês suprime as classes e as diferenças de classe, uma vez que o direito de voto e o direito de intervir nos assuntos do Estado cabe a todos os cidadãos, indistintamente. Toda a história da Europa durante a segunda metade do século XIX e toda a história da revolução russa em princípios do século XX ensinam palpavelmente quanto são absurdos semelhantes conceitos. Na vigência das liberdades do capitalismo "democrático", as diferenças econômicas, longe de se atenuarem, acentuam-se e tornam-se mais agudas. O parlamentarismo não elimina e, sim, põe a descoberto a essência das Repúblicas burguesas mais democráticas, como órgãos de opressão de classe. Ajudando a abrir os olhos e a organizar as massas populares imensamente maiores do que as que participavam anteriormente dos acontecimentos políticos, o parlamentarismo prepara, não a supressão das crises e das revoluções políticas, porém uma acentuação maior da guerra civil durante o tempo destas revoluções.

Os acontecimentos de Paris, na primavera de 1871, e os da Rússia, no inverno de 1905, expuseram com excepcional clareza quão inevitavelmente se produz esta acentuação. Para esmagar o movimento proletário, a burguesia francesa não vacilou nem um segundo em pactuar com o inimigo nacional, com as tropas estrangeiras, que haviam arruinado sua pátria. Quem não compreender a inevitável dialética interna do parlamentarismo e do democratismo burguês, que levam a solucionar a disputa pela violência contra as massas de um modo ainda mais incisivo do que nos ensina a História, jamais saberá organizar, sobre a base desse parlamentarismo, uma propaganda e uma agitação conseqüentes do ponto de vista dos princípios que preparam realmente as massas operárias para tomar parte vitoriosamente em tais "disputas". A experiência das alianças, dos acordos, dos blocos com o liberalismo social-reformista na Europa ocidental e com o reformismo liberal (*kadetes*) na revolução russa, esclara-

receu convincentemente que estes acordos não fazem mais do que embotar a consciência das massas, não reforçando e sim debilitando a significação real de sua luta, unindo os lutadores aos elementos menos capazes de lutar, aos elementos mais vacilantes e traidores. O *millierandismo* francês — a maior experiência de aplicação da tática política revisionista numa ampla escala, realmente nacional — permitiu-nos uma avaliação prática do revisionismo, que o proletariado do mundo inteiro jamais esquecerá.

O complemento natural das tendências econômicas e políticas do revisionismo é sua atitude em face da meta final do movimento socialista. “A meta não é nada; o movimento é tudo”; esta tiradazinha engenhosa de Bernstein exprime a essência do revisionismo, melhor do que muitas reflexões prolongadas. Determinar seu comportamento de um caso para outro, adaptar-se aos acontecimentos do dia, às reviravoltas das minúcias políticas, esquecer os interesses cardiais do proletariado e os traços fundamentais de todo o regime capitalista, de toda a evolução do capitalismo, sacrificar estes interesses cardiais às vantagens reais ou supostas do momento, — eis a política revisionista. E da própria essência dessa política deduz-se com toda evidência que pode adotar formas infinitamente diversas e que cada problema um pouco “novo”, cada mutação inesperada e imprevisível dos acontecimentos — ainda que esta mutação só altere a linha fundamental do desenvolvimento em proporções mínimas e pelo prazo mais curto — provocará sempre, inevitavelmente, esta ou outra variedade do revisionismo.

O caráter inevitável do revisionismo está condicionado por suas raízes de classe na sociedade atual. O revisionismo é um fenômeno internacional. Para nenhum socialista um pouco sagaz e refletido pode haver sequer a mínima dúvida de que a relação entre os ortodoxos e os bernsteinianos, na Alemanha, entre os guesdistas e os jauresistas (agora, em particular, os broussistas) na França, entre a Federação Social-Democrática e o Partido Trabalhista Independente, na Inglaterra, entre De Broukère e Vandervelde, na Bélgica, os integralistas e os reformistas, na Itália, os bolcheviques e os mencheviques, na Rússia, é, em toda parte, substancialmente a mesma, em que pese à gigantesca diversidade das condições nacionais e dos factores históricos no estado atual de todos estes países. A “divisão” no seio do socialismo internacional contemporâneo desenvolve-se já agora, essencialmente, numa única linha nos diversos países do mundo, o que demonstra o formidável passo de progresso que se deu em comparação com o que ocorria há 30 ou 40 anos, quando, nos diversos países, lutavam tendências heterogêneas dentro do socialismo internacional único. E esse “revisionismo de esquerda”, que se delineia hoje nos países latinos com o nome de “sindicalismo revolucionário”, também se adapta ao marxismo, “emendando-o”. Labriola na Itália, Lagardelle na França, apelam, a cada passo, de Marx mal compreendido para Marx bem interpretado.

Aqui, não nos podemos deter a examinar o conteúdo ideológico deste revisionismo, que está muito longe de apresentar tanto desenvolvimento como o revisionismo oportunista, e não se internacionalizou, não

afrontou nem uma só batalha prática importante com o partido socialista de país algum. Por isso, limitamo-nos a estudar esse “revisionismo de direita”, que já deixamos esboçado linhas atrás.

Em que estriba seu caráter inevitável na sociedade capitalista? Porque é mais profundo do que as diferenças devidas às particularidades nacionais e ao grau de desenvolvimento do capitalismo? Porque em todo país capitalista existem sempre, ao lado do proletariado, extensas camadas de pequena burguesia, de pequenos proprietários. O capitalismo nasceu e vai nascendo constantemente da pequena produção. O capitalismo cria de novo, infalivelmente, toda uma série de “camadas intermediárias” (apêndices das fábricas, trabalho a domicílio, pequenas oficinas disseminadas por todo o país, em virtude das exigências da grande indústria, como, por exemplo, da indústria de bicicletas e automóveis, etc.)

Estes novos pequenos produtores também se vêem arrojados, não menos inevitavelmente, às fileiras do proletariado. E’ perfeitamente natural que a mentalidade pequeno-burguesa irrompa de novo, uma vez por outra, nas fileiras dos grandes partidos operários. E’ perfeitamente natural que assim aconteça e assim sucederá sempre até chegar às peripécias da revolução proletária, pois seria profundo erro pensar-se que é necessário que a maioria da população se proletarize “por completo” para que seja realizável essa revolução. O que hoje vivemos com frequência num plano puramente ideológico, — as disputas em torno das emendas teóricas feitas a Marx; o que hoje abre caminho na prática somente a propósito de certos problemas parciais isolados do movimento operário, como divergências táticas com os revisionistas e como cisões neste terreno, terá que vivê-lo inevitavelmente a classe operária, em proporções incomparavelmente maiores, quando a revolução proletária tornar mais agudos os problemas litigiosos, concentrar todas as divergências em pontos que encerram a importância mais imediata para determinar a conduta das massas, obrigando a separar, no calor da luta, os inimigos e os amigos, a lançar pela amurada os maus aliados, para vibrar contra o inimigo os golpes decisivos.

A luta ideológica do marxismo revolucionário contra o revisionismo, travada no fim do século XIX, não é sinão o prelúdio dos grandes combates revolucionários do proletariado, que marcha para a vitória completa de sua causa, apesar de todas as vacilações e fraquezas dos filisteus.

SOCIALISMO-CAPITALISMO — “1) Se a propriedade privada e o capital separam infalivelmente os homens, se avivam a inimizade nacional e acentuam a opressão nacional, a propriedade coletiva e o trabalho aproximam os homens com igual infalibilidade, solapam a inimizade nacional e destroem a opressão nacional. A existência do capitalismo sem opressão nacional é tão inconcebível quanto o é a existência do socialismo sem a emancipação das nações oprimidas, sem a liberdade nacional.” (Stálin — Resolução adotada pelo X Congresso do P.C. (b) da Rússia, reunido em março de 1931.) *n “O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial”, págs. 360-61, Vitória, 1946.)

DITADURA DO CAPITAL ESCRAVIZADOR

Os ideólogos da burguesia negam a existência do capitalismo escravocrata, contra o qual lutam os comunistas de todo o mundo em defesa dos povos expoliados e por isso mesmo são cobertos de calúnias pela "imprensa sadia", vendida aos monopólios nacionais e estrangeiros.

Entretanto, de vez em quando, êsse capitalismo é reconhecido pelos próprios burgueses esclarecidos e denunciado perante o mundo.

Ainda há pouco, 6-12-46, o *Diário do Congresso* registrou o depoimento do insuspeito técnico Sr. Apolônio Sales sobre o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso, como fonte energética.

E' um longo depoimento técnico, no qual, de passagem, se lê: "Incidentalmente, vejo aqui, em página destacada, uma frase atribuída a Gifford Pinchott, governador da Pensilvânia. Trata-se de uma advertência feita pelo mesmo sobre o que significam as barreiras que surgem à socialização das fontes de energia no mundo.

"Esta frase, que passo a expor, foi transcrita da revista: *Electricultura Argentina*, de agosto de 1936. Eis a frase:

"Como resultado de estudos e informações minuciosas, pode afirmar-se que existe um movimento cujo objetivo é alcançar um monopólio absoluto, perfeitamente bem organizado e financiado, não para proporcionar um serviço público eficiente e módico, sinão explorar desapiedadamente os consumidores, sem freio nem contrôlê algum por parte do governo.

Não nos devemos surpreender de que as autoridades federais e a dos Estados estejam manifestadas ante êste gigantesco monopólio, porque, a seu lado, como fiador, protetor e amo, encontra-se o poder concentrado no dinheiro dos grandes capitalistas americanos, PODER QUE CONSTITUI ATUALMENTE A FÔRÇA QUE DOMINA O MUNDO.

As declarações feitas ante a comissão federal de comércio demonstraram que o monopólio tem, a seu soldo, repórteres de periódicos, escritores e professores, governadores, ex-governadores, examinadores, e até um embaixador.

Jamais, na história da América, houve um *complot* semelhante para corromper fontes de educação e informação pública.

Temos visto o monopólio criar governos nos Estados. Temo-lo visto dominar as assembleias dos Estados. Temo-lo visto corromper eleições, com insolente arrogância, tratando de comprar uma curul no Senado, e de obrigar o mesmo a entregá-la.

Temo-lo visto dominar a vontade do povo por meio de seu contrôlê sobre o Congresso, temos sentido a aplicação de sua força, financeira e política. Temos provas irrefutáveis no sentido de que seus bancos e seus políticos estão se esforçando nada mais do que por obter a ditadura da força elétrica sobre o país".

La Electricultura Argentina — Gifford Pinchott, Governador da Pensilvânia.

Ignorância e Reacionarismo

Ainda há pouco, por ocasião da comemoração da grande vitória da Revolução de Outubro, a pretexto de responder a um discurso de Prestes alusivo a êsse extraordinário acontecimento histórico, o senador Hamilton Nogueira articulou as mais estúpidas calúnias contra a URSS e não se pejou de falsificar factos, inventar e endossar infâmias.

Para que nossos leitores possam avaliar o grau de ignorância e reacionarismo do senador Hamilton Nogueira, só comparáveis aos dos extremados fascistas, passamos a transcrever alguns trechos do seu discurso de 9 de novembro:

"Discordo do caráter democrático do comunismo — diz o clerical-fascista Hamilton Nogueira — Sua doutrina não é democrática. Na Rússia, não existe a democracia".

Realmente, na URSS não existe a democracia que o Sr. Hamilton defende, isto é, a *democracia burguesa*, em que uns poucos vivem à custa da exploração do trabalho da esmagadora maioria, à qual nega tôda oportunidade e liberdade.

Na democracia burguesa, a maioria só tem oportunidade e liberdade de escolher, em determinadas condições, os seus exploradores, de morrer de fome e de permanecer na ignorância.

"No capitalismo, a democracia é uma democracia *capitalista*, democracia da minoria exploradora, baseada na restrição dos direitos da maioria explorada e dirigida contra essa maioria". (Stálin).

Para desgosto do Sr. Hamilton Nogueira, na URSS não há a exploração do homem pelo homem, e a cultura é acessível a qualquer cidadão, de onde os cidadãos soviéticos poderem livre e conscientemente praticar uma democracia como até hoje não foi praticada no mundo, porque estendida a tôdas as camadas do povo e não apenas a algumas camadas, como nas democracias burguesas.

Mais adiante, sofisma grosseiramente o senador Hamilton, afirmando:

"Ficamos espantados ao lêr, no art. 124 (da Constituição Soviética), que há liberdade religiosa (na URSS). E' êste o texto do referido artigo: "A fim de assegurar aos cidadãos a liberdade de consciência, a Igreja, na URSS, está separada do Estado e a escola da Igreja. A liberdade de praticar cultos religiosos e a liberdade de propaganda anti-religiosa assiste a todos os indivíduos". E, conclue, espantosamente, o senador Hamilton: "Quer dizer que não há liberdade de propaganda religiosa, mas, sim, de propaganda antireligiosa".

Desdobrems a incrível, cretina conclusão do Sr. Hamilton, para melhor refutá-la.

1 — Limitação da liberdade religiosa

O correspondente da agência noticiosa *Associated Press* dirigiu, a 24 de dezembro de 1941, a um dos hierarcas da URSS, o arcebispo Andrei, a seguinte pergunta: "Até que ponto está presentemente limitada a liberdade da religião na URSS?" O arcebispo Andrei respondeu: "O Poder Soviético nunca limitou a liberdade da religião. O Poder Soviético mantém firmemente o princípio da tolerância religiosa para todas as religiões e isso está inscrito em artigos especiais da Constituição. O Poder Soviético puniu mais de uma vez elementos do clero e fiéis, mas jamais por suas convicções religiosas e, sim, em virtude de sua atividade dirigida contra o regime soviético existente. Devemos tomar em consideração que a Igreja, antes da Revolução, estava aos serviços do governo dos tsares e gozava de muitos privilégios e vantagens (especialmente o alto clero). Por isso, era muito difícil para o clero desprender-se dessas vantagens. Por essas razões, alguns acalentavam a esperança de derribar o Poder Soviético e intervinham pessoalmente contra ele. E' evidente que o Poder Soviético não poderia deixar de punir essas pessoas."

2 — Não há liberdade de propaganda religiosa

Que espécie de propaganda religiosa desejaria o Sr. Hamilton?

Em todo mundo, ela se faz através do culto, livros e periódicos religiosos.

Será que o Sr. Hamilton reclama *camelots* pelas ruas e anúncios nos jornais e nos rádios como os da Coca-Cola, decantando as vantagens de tal ou qual religião, que ofereceria melhores lugares e mais aprazíveis, no outro mundo?

Se liberdade de propaganda religiosa se refere apenas à liberdade de culto e à publicação de livros e revistas religiosas, então, ela existe, e ampla, na URSS.

Muitas organizações religiosas têm editado e continuam editando literatura religiosa periódica e não periódica. A Igreja ortodoxa edita a *Revista do Patriarcado de Moscou*, edita a revista *Blagovest* (O toque da campanha), *Golos pravoslávnoi Ukraini* (A voz da Ucrânia ortodoxa), *Jívna Tsérkov* (A Igreja viva).

Há grande quantidade de publicações nos centros comerciais e territoriais, como, por exemplo, *Samárskie Epárriálnie Viedomosti* (Notícias diocesanas de Tula), *Urálskie Tserkóvnie Viedomosti* (Notícias eclesiásticas do Ural), e outras.

As seitas também publicam suas revistas: *Baptist* (O Batista), *Blagoviéstnik* (O mensageiro divino), *Viéstnik durróvniir Rristian (mokolánie)*: (O mensageiro dos cristãos espirituais), *Golos istini* (A voz da verdade), *Edinénie* (Unidade).

Os *staroobradtsi* editam as revistas: *Viéstnik Vserossíuskovo Souisa rristian pomórskovo soglásia* (O mensageiro da União dos cristãos de toda a Rússia da Congregação de Pomórie), e *Golos tsérkvi* (A voz da Igreja), etc.

3 — Há liberdade de propaganda ateísta

Como supõe o Sr. Hamilton que se faça propaganda antireligiosa? Não saberá S. S. que é através da elevação cultural do povo, com a divulgação ampla da ciência? Não sabe o Sr. Hamilton que as religiões desaparecerão da face da terra quando os homens dominarem todas as leis do desenvolvimento da natureza e da sociedade? E que até lá é inútil querer combater as religiões, que são efeito da ignorância dos homens e não causa? Liquide-se a ignorância, que liquidadas estarão as religiões e quantos delas fazem bancas de negócio.

"Em geral, o reflexo religioso do mundo real só poderá desaparecer no dia em que as condições da vida cotidiana prática do homem trabalhador apresentarem relações nitidamente racionais, não só dos homens entre si como com a natureza. O ciclo da vida social, isto é, do processo material da produção, só se despojará de seu véu místico e nebuloso no dia em que seu conjunto aparecer como produto de homens livremente associados e que exerçam controle consciente e metódico. Mas, para tanto, é preciso que a sociedade tenha uma base material ou exista toda uma série de condições materiais da vida, que, por seu lado, sejam o produto natural de uma longa e penosa evolução." (Marx — *O Capital*, pág. 147, vol 1, Livro I.)

Justamente por isso, o "Poder Soviético faz com que seja severamente observado o princípio de que a propaganda anti-religiosa não ofenda nem fira os sentimentos religiosos dos crentes. A luta contra a religião, na URSS, é, antes de tudo, problema de divulgação da ciência no seio do povo e de sua educação dentro do espírito da concepção científica do mundo. Este é o caminho e o método fundamental da propaganda anti-religiosa na União Soviética e, particularmente, da Associação dos Militantes Ateus. O Poder Soviético jamais criou a menor vantagem ou privilégio para as organizações dos ateus, em comparação com as organizações religiosas. A Associação dos Ateus vive das contribuições voluntárias de seus membros e é uma organização social voluntária". (Fédonov.)

Na URSS, qualquer religião, e existem dezenas, pode praticar os seus cultos, livremente, essa é a verdade, que a infâmia dos fascistas e clericais não pode obscurecer.

Enquanto isso, quantos milhões de indivíduos já foram mortos ou assassinados pela Igreja Católica Apostólica Romana para impedir que outras religiões sobrevivessem ou medrassem a seu redor? Quem desconhece as perseguições tremendas dos padres católicos contra os espíritas e protestantes, em todo mundo, há muitos séculos, e atualmente verificadas mesmo entre nós?

Noutro ponto de seu longo discurso, diz o Senador Hamilton:

"No artigo 125, fala também a Constituição russa em liberdade de palavra: "De acôrdo com os interesses dos trabalhadores — diz a Constituição Soviética — e a fim de consolidar o regime socialista, ficam garantidas pela lei, aos cidadãos da URSS: a) a liberdade de palavra; b) a liberdade de imprensa; c) a liberdade de reunião e de *meetings*; d) a liberdade de préstitos e demonstração de rua"...

Mas, somente "os interesses dos trabalhadores", continua o Senador Hamilton — "e a fim de conformar e consolidar o regime socialista. Por conseguinte, há liberdade apenas para aquele grupo, o que equivale dizer que há ausência completa de liberdade."

E' incrível a conclusão do Senador Hamilton, mas ela revela apenas o facciosismo do seu raciocínio.

Se na URSS, atualmente, só existe "aquele grupo", e mais nenhum outro, composto de trabalhadores, manuais e intelectuais, que gozam de todas as liberdades asseguradas pela Constituição, como pode alguém alegar que lá não há liberdade, se todos os seus habitantes desfrutam dessas liberdades reais, porque a todos oferecidas?

O Sr. Hamilton cavilosamente nega que os povos soviéticos gozem das liberdades garantidas por lei, apenas porque esses povos amando a sua liberdade negam aos "burgueses" capitalistas a oportunidade de se instalarem na URSS e os escravizarem. Para a burguesia capitalista nunca houve e jamais haverá liberdade para explorarem e escravizarem os homens, seja qual for o Estado socialista, presente ou futuro.

Prosseguindo, diz o Senador Hamilton Nogueira:

"O que estou declarando é que o inimigo é a União Soviética.

E' ela que está provocando a desordem, a guerra, impedindo o estabelecimento da paz no mundo."

E' preciso ser fascista de corpo e de alma para repetir tão miserável e falsa acusação, desmentida diariamente pelos factos.

Então é a URSS que sustenta Franco? Salazar? Que intervém na Grécia? Que esmaga os movimentos de libertação da Indonésia, da Índia? Que fornece armas, munições e tropas para Chiang-Kai-Shek? Que mantém bases militares em todo o mundo, mesmo contra a vontade dos países onde se encontram as bases?

Mais adiante, o Senador Hamilton exhibe toda sua profunda ignorância, afirmando:

"O que hoje existe na Rússia não é apenas o regime da propriedade soviética, mas também o regime da propriedade burguesa, porquanto a propriedade privada pode ser dada pelo Estado a qualquer indivíduo, permitindo inventário e sucessão."

E' lamentável que o Senador Hamilton não saiba que o regime de propriedade burguesa já não mais existe na URSS, nem traços, pois que a propriedade privada dos meios de produção para a exploração do trabalho alheio é vedada a qualquer cidadão vivendo na URSS, constituindo mesmo um crime. Há, sim, a propriedade privada de bens de consumo, de uso e de alguns instrumentos de trabalho, pessoais, que podem ser transmitidos por herança, bem como a propriedade cooperativa. Confundir esse tipo de propriedade com a propriedade privada burguesa dos meios de produção, se não é pura ignorância, é rematada má-fé...

Para desgosto do Senador Hamilton e felicidade dos povos soviéticos não há na URSS a propriedade privada dos meios de produção, que caracteriza o sistema burguês.

Lá, na URSS, por força disso, o trabalho é social e a apropriação do produto também o é, de acordo com a participação de cada um.

Para me não alongar mais, salientarei apenas, para terminar, o estado de confusão mental do Sr. Hamilton Nogueira, quando, apertado pelos apertes de Luis Carlos Prestes, diz:

"O capitalismo nada mais é que a cristalização da estupidez humana"... "o estado capitalista é o terrível monstro do mundo moderno".

Não, Sr. Hamilton, o capitalismo não "é a cristalização da estupidez humana". O capitalismo é apenas uma etapa necessária no desenvolvimento da sociedade humana, tal como o foi também o escravismo e o feudalismo. Estupidez, sim, é dos que fingem atacá-lo para melhor defendê-lo, inutilmente. Os comunistas brasileiros, realisticamente, compreendem que, nas condições atuais do mundo, o desenvolvimento do capitalismo progressista é o recurso hábil para se liquidar as sobrevivências feudais e lutar contra o imperialismo, promovendo assim rápido progresso do Brasil, e, ao mesmo tempo, estabelecendo as premissas do socialismo, no futuro.

Para o Brasil, há *capitalismo* e capitalismo. Um progressista e outro reacionário, este dependente e ligado ao imperialismo e baseado nas largas sobrevivências feudais que dificultam o desenvolvimento do Brasil. Os comunistas ajudam o desenvolvimento do primeiro e combatem o segundo. Ajudar o capitalismo progressista não significa considerá-lo como regime definitivo. Não. Consideram-no apenas como forma transitória.

Quando tiver cumprido sua missão, desaparecerá irremediavelmente, sendo sucedido pelo socialismo, transformação imposta pacífica ou revolucionariamente.

Quando o Senador Hamilton ataca a URSS e lamenta que os países capitalistas não possam unir-se numa nova cruzada santa contra a URSS, S.S. está defendendo justamente esse capitalismo reacionário, que, em palavras, injúria, mas que, por ideologia e interesse de classe, defende.

Muitos, para galgarem postos que, por certo, de outra forma não conseguiriam, esvurmam toda a baba peçonhenta do clerical-fascismo contra a URSS, porém isso não alterará a marcha da História.

Que valem grunhidos mistificadores, em face da verdade que dia a dia mais se difunde e impõe? Se nem as armas de Hitler conseguiram deter a marcha da História, a marcha para a emancipação do trabalhador no mundo, que valem as infâmias fascistas e clericais?

Esperneiem, caluniem, blasfemem, mintam, sofismem, mas tudo será em vão.

No ponto em que chegamos, "A marcha para o socialismo — afirmou Prestes a V.S. — é uma fatalidade histórica".

E nenhum trabalhador no mundo tem dúvidas sobre essa agora "fatalidade", por isso se prepara para partear essa velha caduca capitalista...

CIERP.

SALTEADORES — "O monopólio, concentração do capital, só se realiza para se utilizar do seu poder para saquear as massas em benefício de um grupo de magnatas". (Segal).

COMO SE DIVIDIU O MUNDO ?

“Camaradas: desde a constituição das Repúblicas Soviéticas, os Estados do mundo dividiram-se em dois campos: o campo do socialismo e o campo do capitalismo. No campo do capitalismo temos as guerras imperialistas, a inimizade nacional, a opressão, a escravidão colonial e o chovinismo. No campo dos Soviets, no campo do socialismo, temos, pelo contrário, a confiança recíproca, a igualdade nacional, a convivência pacífica e a fraternal colaboração dos povos. Durante dezenas de anos, a democracia capitalista tem procurado resolver as contradições nacionais intentando tornar compatíveis os interesses do livre desenvolvimento das nacionalidades com o sistema de exploração. Mas isto não foi conseguido até agora, nem se conseguirá. Pelo contrário, o novêlo das contradições nacionais enreda-se cada vez mais, ameaçando de morte o capitalismo. Só aqui, no mundo dos Soviets, no campo do socialismo, foi possível arrancar pelas raízes a opressão nacional e estabelecer a confiança recíproca e a colaboração fraternal dos povos. E, só depois de ter sido isso obtido pelos Soviets tivemos a possibilidade de edificar nossa federação e defendê-la contra os ataques dos inimigos, tanto internos como externos. Faz cinco anos, o Poder Soviético conseguiu colocar os alicerces da convivência pacífica e da colaboração fraternal dos povos. Atualmente — resolvido aqui o problema de se é desejável e necessária a união — diante de nós fica a tarefa de coroar esta obra num edifício novo, fundando uma nova potência federal do trabalho. A vontade dos povos das nossas Repúblicas, recentemente reunidos nos seus congressos, nos quais decidiram unânimemente a constituição da União de Repúblicas, testemunha indubitavelmente que a causa da união está no caminho certo, que esta causa se alicerça no grande princípio da livre adesão e da igualdade dos povos. Esperemos, camaradas, que ao formar nossa República federal tenhamos criado um baluarte seguro contra o capitalismo internacional, que o novo Estado federal assinale um novo passo decisivo no caminho que conduz à união dos trabalhadores de todo o mundo numa só República Soviética Mundial.”

(Stálin — *O X Congresso Pan-Russo dos Soviets* — Atas taquigráficas. Edições Vtsik, Moscou, 1923.)

• •

DOIS SISTEMAS - DOIS RESULTADOS — A acumulação individual de dinheiro na sociedade capitalista, que é baseada na propriedade privada dos meios de produção, capacita o indivíduo para mais intensa e extensamente explorar o homem, em grau cada vez maior, à medida que mais acumula; a acumulação individual de dinheiro na sociedade socialista, que é baseada na propriedade social dos meios de produção, capacita e estimula o indivíduo a adquirir maior soma de bens de consumo, à medida que maiores possibilidades tem para acumular, por isso que lhe é proibido explorar o trabalho humano. — CIERP.

A Filosofia ao Alcance de Todos por Cécile Augland

TERCEIRA LIÇÃO

QUE É IDEALISMO ?

Distinção entre idealismo moral e idealismo filosófico

O idealismo moral é a escolha de um ideal de vida.

Um ideal é uma idéia que existe ainda apenas no espírito, mas que se quer transformar em realidade.

Exemplo: os filósofos antigos tinham um ideal de sabedoria dos ideais de sabedoria; eles faziam uma idéia da sabedoria e procuravam realizar essa idéia o melhor possível em sua vida.

Os filósofos franceses do século XVIII possuíam um ideal de justiça social; eles faziam uma idéia de justiça, que procuravam transformar em realidade pela supressão dos abusos, arbitrariedades e injustiças.

Esses filósofos eram, ao mesmo tempo, idealistas, no sentido moral do termo, e materialistas no sentido filosófico.

O idealismo filosófico é a atitude do pensamento que consiste (se queremos tomá-la na sua acepção mais geral) em *explicar a matéria pelo espírito*, ou, ainda, que consiste em considerar o pensamento ou o espírito como primeiro termo em relação à matéria.

Não vamos estudar tôdas as formas de idealismo. Escolheremos os mais característicos e, particularmente, falaremos do idealismo integral, tal como foi apresentado pelo bispo inglês Berkeley no século XVIII.

Quando eu expuser, daqui a pouco, a teoria que Berkeley sustenta, alguns dentre vós sorrirão, naturalmente, perguntando a si mesmos como pode alguém estudar coisas tão absurdas: o mundo externo não existe! A matéria não existe! Como pode um homem, que alguma vez já se chocou com uma árvore ou uma cadeira, como pode um homem, que já tocou num rochedo, sustentar tal absurdo? Dominemos esse impulso de irritação e procuremos entrar no pensamento de Berkeley: é uma das formas mais coerentes, mais lógicas, mais completas do idealismo. (Além disso, Berkeley apresenta sua filosofia com muita arte e de maneira muito agradável.)

Diderot, que é, antes de Marx e Engels, o maior dos pensadores materialistas, escreveu:

O sistema de Berkeley, para vergonha do espírito humano e da filosofia, é o mais difícil de combater, ainda que seja o mais absurdo de todos (1).

(1) Diderot — *Carta Sobre os Cegos, para Uso dos que Vêem.*

Lénin, em sua obra filosófica tão notável, cuja leitura vos aconselho, *Materialismo e Empírocrítico*, dedicou várias páginas a combater o idealismo de Berkeley. Disse êle com razão:

“Os filósofos idealistas mais modernos não produziram contra o materialismo um só argumento que não se encontre no bispo Berkeley.”

Qual é essa forma de idealismo, que encontrareis exposta nos *Três Diálogos de Hylas e de Philonous*? (*Hylas*, amigo da matéria, aquêle que sustenta sua existência; *Philonous*, o amigo do espírito, o que nega a existência da matéria).

Philonous representa o próprio Berkeley, que quer demonstrar isto: a matéria não existe; só existe o espírito. Eis como: nós pensamos que os objetos existem fora de nós porque os vemos, os escutamos, os tocamos; porque temos as *sensações* da vista, do ouvido, do tacto.

Que é esta mesa? E' um conjunto de sensações. E' dura, é verde, é comprida, é lisa. Que é uma garrafa? E' forma, côr, etc. . .

Os objetos são conjuntos de sensações. Mas, que são as próprias sensações? Representações do eu; elas existem em meu espírito, elas são idéias de meu espírito: o verde, o duro, o comprido; eu penso que elas são verdes, duras, compridas; eu represento-as a mim mesmo; elas existem em meu espírito. Os objetos existem, portanto, porque são visíveis: “ser é ser perceptível”, disse Berkeley.

Muitas vêzes, Berkeley insiste: eu não digo que as coisas não existem; não digo que a mesa, a garrafa, o copo não existem, mas, sim, que elas existem como sensações, existem em meu espírito e não possuem nenhuma outra espécie de realidade fora de meu espírito.

Somos o juguete de uma ilusão análoga quando julgamos que uma infinidade de objetos existe fora de nós.

Vejamos: se um objeto existe fora de nós é preciso admitir esta estupidez: que êle é e não é, ao mesmo tempo, a mesma coisa. Por exemplo: acontece-nos ter a mão direita muito fria e a mão esquerda muito quente; metamos ambas as mãos numa água, morna: a água nos parecerá quente à mão direita e fria à mão esquerda. Seria impossível acontecer isso, se houvesse uma água independente de mim, fora de mim, que fôsse por sua vez quente e fria. E' que ela existe somente em relação a mim, somente para mim: ela existe apenas como sensações de quente e de frio.

Como consegue Berkeley chegar a essa conclusão? Êle despoja os objetos de tôdas as suas propriedades, uma a uma, até que nada mais reste dêles.

Êste tapete é verde para mim, que tenho a vista normal, mas para alguns de vós, que seja daltônico, êste tapete não se distingue de um tapete vermelho e, para um cego, o tapete não tem côr. Só Deus pode saber como o vêem êsses insetos que têm olhos tão diferentes dos nossos, estranhos olhos de facetas. O verde, portanto, não pertence ao tapete, mas a nós. Êle é macio e lizo para mim, que tenho uma pele íntegra e normal, mas para uma pessoa que esteja esfolada, o contacto dêle é áspero, intolerável. O macio, portanto, não é do tapete, mas está em mim. Disse que é leve, mas se o deixar cair sôbre uma formiga, ela o achará extremamente pesado. O pesado, portanto, não é do tapete, assim como

nenhuma outra qualidade. Tudo o que chamo tapete está em mim. E' idéia minha, sensação minha.

Os filósofos gregos haviam distinguido duas espécies de qualidades de objetos:

As qualidades primárias, que pertencem aos próprios objetos: a massa, a grandeza, a resistência;

As qualidades secundárias, que nos pertencem: o cheiro, o sabor, o calor, etc.

Esta distinção não representa nada, dizia Berkeley; tôdas as qualidades, tanto primárias como as secundárias, estão em nós.

Notai bem o raciocínio: Berkeley deduz a não existência do mundo exterior da relatividade de nossas sensações. Êle parte de uma observação justa: nossas sensações são relativas (as côres, que vejo, são relativas à estrutura dos meus olhos; os sons, que escuto, são relativos ao meu ouvido), mas parte desta observação exata para chegar a uma conclusão falsa: os objetos não existem. E' o que se chama um *sofisma*.

Se, portanto, o mundo exterior não existe, que é a matéria? *Uma palavra*, uma palavra que não quer dizer nada: os objetos existem, mas existem em mim: um grupo de sensações. O que existe são objetos: garrafas, mesa, teto, cadeira, pessoas; matéria: isso não corresponde a nenhum grupo de sensações, é uma idéia geral: uma palavra.

A que conclusões essas análises levaram Berkeley? A conclusão lógica seria o que os filósofos chamam em sua terminologia: o *solipsismo*. Se todos os objetos são representações de meu eu, tudo existe enquanto existirem as minhas representações; só eu existo (sois uma representação minha). Berkeley não ousa chegar a essa consequência que, no entanto, vêdes que é lógica e necessária. Nenhum filósofo idealista jamais ousou ser coerente. Como Berkeley conseguiu sair disso? Vejamos: existem outros espíritos além do meu. Como sei disso? Impossível explicar, e aí está a inconsequência do idealismo: fechado na minha representação, como poderei saber se há outras representações? Êsses espíritos percebem o mesmo mundo que eu, de tal maneira que, se eu deixar de me representar, o mundo nem por isto deixará de continuar existindo para os outros espíritos que o representam. E, se todos os outros espíritos deixassem de representar o mundo ao mesmo tempo que eu, o mundo ainda assim continuaria a existir, porque existiria na representação de Deus. E' essa a sua realidade inicial e o que faz com que nos apercebamos todos de um mesmo mundo, é que Deus deu a todos os espíritos as mesmas representações.

O divertido é que Berkeley se maravilha da realidade, da solidez de seu mundo que não existe; êle é real, bem mais sólido e real do que o vosso mundo pretensamente existente, pois que êle existe no espírito de um Deus eterno.

Eis como tôda filosofia idealista chega necessariamente a um mesmo ponto: a um Deus criador, a um espírito eterno de onde provém o mundo ou a matéria.

A forma mais integral do idealismo consiste em negar êsse mundo em benefício de um único espírito. A forma mais difundida admite a

existência da matéria, do mundo exterior, mas só como criação de um espírito de que depende; como reflexo do pensamento.

Veremos na próxima lição as respostas dadas pelo materialismo aos graves problemas lançados pelo idealismo. Mas, eis o que é mais grave:

Quando se trata de um idealismo como o de Berkeley, o bom senso de um espírito sadio choca-se, revoltado: Como? O mundo exterior não existe? Será possível?

Mas, para uma quantidade de filósofos idealistas, sobretudo filósofos contemporâneos, o idealismo está tão bem disfarçado que eles não desconfiam, e, julgando-se materialistas, são idealistas.

Quando se afirma a existência do mundo exterior, do corpo; quando não se fala de Deus, da criação; quando se propõe uma filosofia "laica" em oposição à teologia, então desconfiai. Darei alguns exemplos:

Um filósofo contemporâneo, Bergson, certamente não nega o mundo, seus objetos, o corpo humano, a matéria; não faz intervir a criação. Há jovens que hoje se creem marxistas, mas admiram Bergson: será possível que não sintam (?) o idealismo dessa filosofia? Vejamos a explicação que Bergson nos dá da memória: há duas espécies de memórias:

Corporal (memória de uma lição aprendida);

Espiritual (lembrança de um sentimento que experimentamos ao estudar essa lição).

Essa segunda forma é a memória pura: lembrança que se conserva no espírito, pelo espírito, memória inteiramente independente do corpo.

Parece haver uma terceira forma de memória: as imagens, a imagem do texto aprendido de cor: quando quero recitar, vejo a página diante de mim; essa forma de memória, mais freqüente, que representa? A lembrança pura que se incarna servindo-se do mecanismo das palavras, do jôgo dos movimentos, porque a imagem é um movimento (começo a ler, a pronunciar as palavras).

Por outras palavras, a memória é o espírito que se faz corpo; o essencial é o espírito puro, o essencial é o primeiro termo; é a lembrança pura (pura de matéria) que engendra a lembrança-imagem.

Eis aí uma interpretação idealista da memória, hoje inteiramente anulada pela explicação materialista, pela explicação científica da memória.

Do mesmo modo, a explicação bergsoniana do instinto é idealista: ele explica o instinto como uma forma de pensamento, uma intuição, uma "simpatia".

Outro exemplo: Alain, freqüentemente, revolta-se contra o método idealista, mas, na realidade, usa-o constantemente. Exemplo: a explicação que dá da guerra; êle a explica pelo jôgo de sentimentos, de paixões (em 1939, os pacifistas e a cruzada ideológica). A explicação idealista de uma guerra é uma explicação *anti-científica*; explicação científica é a que nos dá a ciência da economia política: explicação materialista.

Mesmo quando uma filosofia idealista toma emprestada a linguagem da ciência ou parece utilizar os resultados das ciências, ou parece utilizar os métodos científicos, uma filosofia idealista é sempre uma explicação *anti-científica*, à qual se opõe uma filosofia materialista, que é a explicação científica do mundo e da sociedade humana.

(No próximo número: Quarta lição — *Que é materialismo?*)

27 DE NOVEMBRO DE 1935

O senador Luiz Carlos Prestes proferiu um memorável discurso no Senado, a propósito da data de 27 de novembro de 1935, no qual desmascara os provocadores e fascistas enquistados na alta administração do país.

Transcrevemos, a seguir, os trechos principais.

"Lutamos pela verdade histórica. Não somos maníacos. Estamos prontos para o debate. Se estamos errados, se a nossa opinião é falsa, que provem essa falsidade. Ninguém mais do que nós deseja aprender. E só se aprende dizendo-se com sinceridade o que se pensa. Seríamos hipócritas e traidores do povo se dissessemos o contrário do que pensamos. Vemos, no movimento de 27 de novembro, uma luta pela democracia. Naquêl ano, quando tudo marchava para o fascismo, quando o govêrno estava de braços dados com o fascismo, quando o govêrno abria as fronteiras do nosso país para a invasão militarmente organizada de japoneses, sob o eufemismo de imigração, imigração clandestina, porque a Constituição de 1934 não admitia a entrada no Brasil senão de 2.800 japoneses e entravam 28 a 30 mil japoneses por ano, lutamos contra tudo isso, e a nossa luta se realizava pela democracia.

Passei nove anos na prisão acusado de pretender implantar o comunismo no Brasil. Ora, nem àquela época, Sr. Presidente, nem agora pretendi implantar o comunismo no nosso país. E isso porque o comunismo não se implanta. Não lutamos por uma revolução comunista, nem agora, nem naquela época. Lutávamos por um govêrno popular revolucionário, tal como se realizou na França, há 150 anos atrás, reações tôdas essas feitas contra os que impediam o progresso nacional. Era isso que queríamos naquela época. Naquela época, queríamos enfrentar a demagogia integralista. Não podíamos deixar de apresentar programas práticos. Não bastava tomarmos atitudes negativistas. Eramos contra o integralismo, contra a fascistização da nossa pátria e, simultaneamente, apresentávamos um programa para resolver os problemas nacionais, para poder contrabalançar o programa lançado pelo integralismo, quando estava de mãos dadas com o govêrno. Foi esta, sr. Presidente, a interpretação que demos ao acontecimento de novembro de 1935. Ninguém mais do que nós, ao estudar êsse acontecimento, reconhece os erros cometidos. Somos ho-dêsses erros, não sômente em benefício nosso, mas para engrandecer a mens práticos, realistas. Sabemos que, em política, quando se é derrotado, é porque se cometeu erros, e, então, vamos investigar as causas dêsses erros, não sômente em benefício nosso, mas para engrandecer a experiência do nosso povo. Foi isto que tive ocasião de dizer há um ano, em 26 de novembro do ano passado, em Recife. S. Exa. o sr. Ministro da Justiça está equivocado quando pensa que é a primeira vez que comemoramos os acontecimentos de 27 de novembro.

No ano passado, na data de hoje, encontrava-me em Recife e fiz êsse discurso num grande comício, perante cêrca de 270.000 pessoas. Tive ocasião de falar ao povo e que dizia eu então?

Vou lêr, simplesmente, uma passagem. Depois de ter fei a introdução, dizia eu em 26 de novembro do ano passado:

“Concidadãos! O movimento de 1935 foi por 10 anos difamado, caluniado nos seus verdadeiros objetivos. Em 1935, o mundo marchava para o fascismo. Hitler assumia o poder na Alemanha e, no mundo inteiro, o fascismo subia e aqui, em nossa terra, um govêrno reacionário (muito bem) de mãos dadas com os bandidos integralistas (muito bem) tudo fazia para levar o Brasil ao fascismo, entregar nosso povo ao chicote da Gestapo. Naquela época, concidadãos, ser patriôta era ser democrata, lutar contra a fascistização de nossa terra (muito bem, palmas). Se a todos nós nos roubavam as mais elementares armas da democracia, era dever nosso, de patriotas, de democratas, empunhar as verdadeiras armas e, de armas na mão, continuar lutando contra a fascistização do Brasil.

“Foi o que fizeram os comunistas desde o início de 1935, Os comunistas estendiam a mão a todos os patriotas e democratas e organizavam a Aliança Nacional Libertadora (Muito bem).

“Organizavam-na com que objetivo? Com o objetivo de impedir a fascistização de nossa terra (Muito bem). A Aliança Nacional Libertadora era anti-fascista e com 3 meses de vida era arbitrariamente, contra o espírito e contra a letra da Constituição, fechado o movimento aliancista. (Muito bem). O povo, no entanto, continuou a afluír às fileiras da Aliança, e, se o fascismo marchava em ascendência no mundo inteiro, se os bandos integralistas atacavam em tôdas as cidades ao povo que lutava pela democracia, a Aliança Nacional Libertadora, à frente do povo e com o Partido Comunista, fêz uso, contra a violência dos dominadores, da violência como única arma de que podiam dispor todos os verdadeiros patriotas”.

Hoje dispomos de outras armas, as da democracia, que naquela época não existiam: o Partido Comunista era considerado ilegal; a Aliança Libertadora, fundada num movimento de frente única anti-fascista, mal pôde conseguir três meses de vida, porque a policia do sr. Filinto Muller a fechava no dia 13 de junho, contra o espírito e a letra da Constituição de 1934. A seguir, fêz a mais atroz perseguição ao movimento anti-fascista, enquanto facilitava tudo ao integralismo. Fazia naquela época o que agora se pratica de novo. Enquanto se alarma o povo contra o fantasma inexistente, o govêrno está dando mão forte ao integralismo, cha-

mando para as fileiras da Marinha, oficiais e praças que foram apanhados de armas na mão a 11 de maio de 1938. Os jornais de ontem e de hoje dão longa lista de criminosos conhecidos que voltam para a Marinha, enquanto que, para os anistiados da Aliança Libertadora, não se dá nenhuma satisfação. Utilizam-se simplesmente da condição de generais para insultá-los, e nada mais.

Essa é a tendência. Foi o que disse no ano passado. Não imagináramos nunca que, se um ano antes de ser promulgada a Constituição de 18 de setembro, podíamos proferir essas palavras em praça pública, em comemoração à data de 27 de novembro, apreciando nosso ponto de vista conhecido sobre os acontecimentos de 1935, agora, em pleno regime constitucional, fôsse considerado crime, como disse s. exa., o sr. Ministro Costa Neto. Mas que crime? Onde descobriu s. excia. dispositivo penal que impeça a liberdade de pensamento? Só pode ser a lei n. 431, a denominada “lei monstro”, de 1935. Não pode ser outra.

S. Excia., prudentemente, não cita o dispositivo penal, não diz qual é a lei. Refere-se apenas a dispositivo penal que deve ser posto em prática.

Era crime o que dizíamos em Recife no ano passado?

Não é crível, portanto, que, vivendo hoje em regime democrático, se possa negar o que já era possível antes da promulgação da Constituição. E qual o crime? De que nos acusam? Não o consigo capitular, a não ser na lei evidentemente revogada pela Constituição, que é a lei 431, de 1935. E’ a lei fruto primário daquela evolução para o fascismo em nossa pátria.

O que acontece é que, com atitude dessa natureza, com gesto dessa ordem, agindo dessa maneira, s. excia. o Sr. Ministro da Justiça está fazendo justamente o contrário da sua alta e elevada missão, qual seja a de manter a ordem. No entanto, é s. excia. o maior provocador da desordem, s. exclia. quem quer e deseja a desordem. O telegrama circular, além de alarmista, instiga à desordem. Basta ler o que foi dirigido a autoridades como os interventores estaduais. Se existem alguns que representam honrosas exceções, a maioria é constituída de pessoas sempre prontas a cometer arbitrariedades, a continuar fazendo govêrno forte e tornar ainda mais dura e mais fascista essa legislação caduca, já revogada pela Carta de 18 de setembro. No entanto, s. excia. dirigiu-se a êsses interventores, determinando que procedam a imediata e cabal punição.

Que será imediata e cabal punição?

O Sr. Ministro da Justiça, em vez de aconselhar calma, prudência, serenidade, sangue frio aos interventores, é o primeiro a instigá-los a que reprimam, com violência, e pratiquem cabal punição. Serão, por acaso, os fuzilamentos em praça pública? Será o método Lira-Imbassaí que se pretende espalhar por todo o Brasil?

E’ o que nos faz pensar a recomendação do Sr. Ministro da Justiça. Não vemos outra explicação para a orientação e para a frase do telegrama circular de s. excia. E’ a provocação clara, aberta, à desordem. E’ querer levar o país, realmente, à desordem. E’ o que s. excia. deseja.

Compreendemos o objetivo. Ligamos êsse telegrama à vitória provável de grande número de candidatos comunistas no pleito de 19 de janeiro. S. excia. quer a desordem para evitar as eleições. Essa, a preocupação máxima de s. excia., a fim de justificar tôda a reação — inclusive a dissolução do Parlamento. Êsse é o caminho, essa é a orientação de s. excia.

Para reforçar a própria instigação, o sr. Ministro da Justiça termina seu telegrama afirmando aos interventores que quaisquer recursos, etc., estão prontos para apoiá-los. E' o mesmo que dizer: Se necessitarem de reforços — é o plano de guerra da circular do Mipistro, que pode ser comparada mesmo a um comunicado de guerra — já estamos com as reservas preparadas; podem iniciar a batalha, podem atirar contra o povo, que não sòmente serão apoiados mas também reforçados. Temos recursos à disposição; estamos prontos a mandá-los. Os aviões acham-se à disposição para levar as reservas a cada interventor que queira massacrar o povo. Querem criar novos "Largos da Carioca" pelo Brasil afora.

Mas, Sr. Presidente, êstes conselhos do sr. Costa Neto à violência não terão conseqüências, não poderão ter o resultado que s. excia. deseja. O sr. Costa Neto está equivocado e não conseguirá, ainda desta vez, derramar o sangue de nossos concidadãos, porque o Partido Comunista, intimamente ligado ao povo e que dirige, sem dúvida, grandes massas, saberá esclarecer e mostrar-lhe o conteúdo, a verdadeira razão de ser dêsse telegrama, para aconselhar-lhe que mais do que nunca seja prudente. Não será ainda desta vez, depois dos acontecimentos de 30 e 31 de agosto, quando a dupla Lira-Imbassai pretendeu, com o apedrejamento de casas comerciais, arrastar o povo carioca à desordem, para justificar a reação naquela época, e, portanto, impedir a promulgação da Constituição; não será agora que o sr. Costa Neto conseguirá a desordem. Continuaremos lutando pela ordem, com prudência, com serenidade, com sangue frio cada dia maior para compensar o desespêro e a fraqueza dos governantes, que não conseguirão, de forma alguma, arrastar nem a nós nem ao povo brasileiro, porque, durante êste ano e meses de vida legal para o nosso partido temos feito campanha de educação política, preparando politicamente o nosso povo.

Já no ano passado mostravamos ao povo brasileiro que não era por um simples golpe, pela substituição do Sr. Getulio Vargas, que chegaríamos a ter a democracia em nossa Pátria. Chegaremos à democracia através de longo e doloroso processo, pois a democracia só se conquista à medida que conseguirmos elevar o nível político de nosso povo.

Assim, Sr. Presidente, não existindo os fantasmas, não encontrando, de facto, nenhum motivo, não poderão os interventores nem os policiais do sr. Costa Neto derramar o sangue do nosso povo. Sua circular ficará como um documento que quero comparar à atitude de um D. Quixote, isto é, s. excia. investe de lança em riste contra moinhos de vento, contra perigos inexistentes. Nêste sentido, quero lêr o comunicado que, hoje, foi distribuído à imprensa, pela Comissão Executiva do Partido Comunista :

"A Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil chama a atenção de todo o Partido para o telegrama circular do Sr. Ministro da Justiça referente à data de 27 de novembro. Trata-se de mais um atentado à Constituição por parte do atual govêrno e contra êle protestará a direção do nosso Partido. E' ainda de assinalar a evidente provocação policial contra a qual prevenimos a todo o Partido, determinando expressamente que não se realizem quaisquer solenidades naquela data, pois, acima de tudo, está a necessidade de evitar pretextos para a desordem, que parece desejar o Ministro que tão abertamente viola a Constituição. Muito cuidado, pois, com as provocações que evidentemente se preparam para aquela data. Aproveitamos o ensejo para reforçar nossas ligações com as grandes massas e protestar dentro dos recursos estritamente legais contra os repetidos atentados à nova Carta Constitucional.

• Por um milhão de votos nas eleições de 19 de janeiro ! Viva o Partido Comunista do Brasil !

Rio, 25 de novembro de 1946 — A Comissão Executiva do P. C. B."

E' essa, Sr. Presidente, a resposta que damos ao Sr. Costa Neto. E' com esta atitude de serenidade e sangue frio, que tiramos a s. excia., o último pretexto para alcançar o que deseja.

Quanto às comemorações da data de hoje, estas, Sr. Presidente, estão no coração de todos os antifascistas, de todos os patriotas. Nós as vimos fazendo desde o meu primeiro discurso, depois que fui posto em liberdade. Quando, no campo do Vasco da Gama, no dia 23 de maio do ano passado, falava ao público, e pela primeira vez o nome do Partido Comunista era pronunciado, tive ocasião de proferir estas palavras, que, naturalmente, vão causar estranheza ao sr. Ministro da Justiça porque pensa que é a primeira vez que comemoramos esta data. Dizia eu naquela ocasião :

"O Partido Comunista do Brasil é o meu Partido. Foi êle o organizador e dirigente do glorioso movimento da Aliança Nacional Libertadora — frente única dos patriotas e democratas que em todo o Brasil se uniram para impedir a fascistização de nossa terra. Na luta cruenta e desigual, caímos lutando, mas, como já prevíamos, e sempre acontece quando se procede com sinceridade e honestidade, o que, em 1935, parecia ser uma derrota esmagadora foi, de fato, a vitória que agora festejamos. Evoquemos a memória dos que caíram na luta, dos que não puderam resistir fisicamente às brutalidades políticas e aos duros anos de cárcere. Foram êles os precursores de nossos soldados, dos filhos queridos do nosso povo, que, honrando as melhores tradições de nosso Exêrcito, deram seu sangue e sua jovem vida em

holocausto pela honra e independência da pátria. Glória eterna aos que tombaram na luta contra o nazismo, a quinta coluna e o integralismo! O seu exemplo não será por nós esquecido e ajudará sempre o nosso povo a vencer todos os obstáculos e tôdas as resistências que se apresentem no caminho da democracia, do progresso do Brasil e da união, independência e bem estar do no nosso povo”.

Sr. Presidente, para comemorar, de fato, a grande vitória da democracia em nossa pátria — democracia que tem suas raízes, sem dúvida, na derrota de 1935 — o povo brasileiro, a 19 de janeiro próximo, nas eleições, que se hão de realizar, pelo seu voto, escolhendo seus legítimos e verdadeiros representantes, saberá ralmente conquistar e consolidar a democracia em nossa pátria.”

(Da *Tribuna Popular* — de 27-11-946).



A EDUCAÇÃO NÃO É O FUNDAMENTAL — Discordo, por uma questão de princípio, dos que julgam o problema da educação ser o fundamental. É, antes, conseqüência do nosso atraso econômico, do nosso sistema, da nossa organização de trabalho.

Entendo que o problema básico não consiste na educação nem no transporte. Reside, sim, em afastarmos as causas que mantêm nosso país em estado de atraso tão grande que, não fôra questão de patriotismo, diria vergonhoso.

O magno problema, não resolvido até hoje, e que é conseqüência de uma colonização defeituosa, latifundiária por excelência, está ligado à exploração econômica da terra e à natural criação do mercado interno, com a ampliação da nossa indústria.

Não podemos pensar em plano educacional num país cujas indústrias ainda se encontram em estado embrionário.

* * *

Sr. Presidente, o problema educacional não será resolvido de forma satisfatória, mesmo com a aprovação desse inciso, que assegura o emprêgo de 20 % das arrecadações estaduais, se continuar o sistema de exploração do homem pelo homem e se persistir o sistema feudal de exploração da terra. Não serão êsses 20 % que irão fazer que as massas de filhos de trabalhadores dos campos e das indústrias possam freqüentar as escolas. (Caires de Brito — *Diário da Assembléia* — 16-5-946.)

A VITÓRIA DO SOCIALISMO

por L. SEGAL.

A vitória do socialismo, na URSS, representa a maior vitória da teoria marxista-leninista e tem uma importância histórica mundial. Não somente abre novo período no desenvolvimento do país do socialismo, mas também inaugura nova etapa no desenvolvimento da revolução proletária mundial iniciada pelo proletariado russo em 1917.

“Com a vitória do socialismo na URSS, a revolução proletária conquistou posições invulneráveis na luta cada vez mais aguda pela solução do problema “quem vencerá, e a quem?” na contenda internacional... A vitória do socialismo, ao converter a URSS numa força que põe em movimento extensos sectores da população, classes, nações, povos e Estados, significa *nova mudança importantíssima na correlação das forças de classe no plano mundial em favor do socialismo e em detrimento do capitalismo e significa o começo de nova etapa no desenvolvimento da revolução proletária mundial* (*).

A influência revolucionária da vitória do socialismo na URSS é tanto maior quanto, apesar de tôdas as tentativas, a burguesia não encontrou saída para a crise econômica mundial e continua a procurá-la por meio do aumento da exploração e de um ataque contra a URSS.

A União Soviética é, atualmente, um poderoso Estado socialista que cresce sem cessar e se reforça em todos os aspectos. E' o factor mais importante da política mundial. Os povos oprimidos e explorados do mundo inteiro podem, atualmente, comparar os resultados dos dois métodos. Por um lado, os resultados da revolução proletária conduzindo à emancipação completa dos trabalhadores, ao florescimento da verdadeira democracia proletária socialista, à supressão das classes e da exploração, ao rápido crescimento do nível material e cultural de vida das massas, ao desenvolvimento de uma vida digna e feliz, numa palavra, ao socialismo. Por outro lado, o caminho da social-democracia, o caminho do reformismo, sob cuja influência se encontravam grandes massas da classe operária dos países capitalistas, conduziu ao desencadeamento do feroz terror fascista, ao empobrecimento inaudito das massas, à liquidação dos últimos restos da democracia burguesa em certos países e ao aumento do perigo fascista em outros. A comparação entre êsses dois balanços é um golpe terrível para as ilusões reformistas e social-democráticas das massas e provoca profundo abalo em sua consciência, inculcando-lhes a confiança em suas próprias forças para lutar contra o fascismo e o capitalismo. No mundo inteiro, massas cada vez maiores se reúnem em torno da URSS, a poderosa pátria socialista de todos os trabalhadores.

A vitória do socialismo...

“... não pode limitar-se unicamente ao nosso país, mas deve provocar um poderoso movimento para o socialismo em todos os países capitalistas

(*) Stálin — *Ainda o desvio social-democrata* — Em russo.

e, se não coincide com a revolução proletária nos demais países, deve, em todo o caso, desencadear forte movimento dos proletários das outras terras para a vitória da revolução mundial" (*).

(*) *Revoluciones y acuerdos, VII Congreso de la Internacional Comunista* — Ediciones Sociales Internacionales — Barcelona — Págs. 41-43.

O BRASIL SOB O IMPERIALISMO — Ensarilhadas as armas, o imperialismo apátrida, sangue-suga da humanidade, *pari-passu* com o ranger macabro da máquina de propaganda e de provocação, fomentadora de ódios entre os povos e incentivadora de crises e choques entre as nações amantes da paz, desencadeia a guerra econômica pela conquista de mercados e de matérias primas. País novo, dotado de uma natureza prodigiosa, sofrendo das conseqüências dos erros e dos crimes acumulados, praticados por governos incapazes e desonestos, que o infelicitavam, com raras e honrosas exceções, desde o período colonial, era natural que o Brasil sofresse a influência das máquinas internacionais, em crescente ebulição.

No Brasil, as aves de rapina internacionais encontraram o lugar propício para o seu pouso. Lançando mão da corrupção, selecionaram, com habilidade, seus agentes, para investirem contra o povo e os interesses nacionais. País de economia rural rudimentária, com o seu solo enfeudado, métodos de trabalho medievais, as massas, dos campos e das cidades, exigindo uma reforma agrária imediata, pois que, privadas de qualquer assistência social, ignorantes do processo da tecnologia e da ciência se tornou presa fácil dos aventureiros imperialistas. Empréstimos eram concedidos, em larga escala, aos governos, e as suas somas diluíam-se nas comissões inconfessáveis. O povo só sentia os efeitos de tais transações, através das elevações dos impostos e do conseqüente encarecimento do custo de vida. (Café Filho — *Diário da Assembléia*, 6-7-946).

AINDA BEM... — “Em recente opúsculo, editado pela *The America Press*, afirma o jesuíta americano William J. Smith que “o comunismo está penetrando sornateiramente e de modo eficiente na vida social, civil e intelectual dos cidadãos americanos” e que é realmente “forte e vasta a influência que vai exercendo na mente da juventude do país”. (Citação feita no artigo do jesuíta Arlindo Vieira, sob o título *O comunismo nas universidades americanas*, no *Correio da Manhã* de 28-8-1946).

Questões de Economia Política

INTRODUÇÃO À ECONOMIA POLÍTICA (VI)

O Ensino da Economia Política na União Soviética

O ensino da economia, na União Soviética, tem tido seus defeitos. Em primeiro lugar, deixou, com freqüência, de apresentar uma definição nítida, completa e clara da economia (que levasse em conta a produção tanto individual como social, bem como a distribuição e o intercâmbio). E' de extrema importância, portanto, dar uma definição que abranja todos os enunciados dos clássicos do marxismo em torno do problema, com o fim de evitar as más interpretações. Essa definição assim rezaria: a economia política é a ciência do desenvolvimento das relações sociais e produtivas do homem, isto é, das relações econômicas. Explica as leis que regem a produção e a distribuição dos objetos essenciais de consumo-pessoal e produtivo da sociedade humana nas diferentes etapas de seu desenvolvimento.

O ensino anterior da economia era também defeituoso por sua maneira de tratar o sistema comunal primitivo. Eram os seguintes seus erros: primeiramente, violava o princípio do materialismo histórico, de acordo com o qual uma forma das relações produtivas é determinada pelo caráter das forças produtivas; e, em segundo lugar, idealizava o sistema comunal primitivo contradizendo, evidentemente, os factos históricos.

A base dessa falsa interpretação foi o mui conhecido comentário que Engels, no prólogo da *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, bordou, mostrando que, no período que precedeu a civilização, a estrutura social era determinada não só pelas condições da produção dos bens materiais, mas também pelas condições de produção do próprio homem, isto é, a forma da família. Ao contrário, não existe a mais leve razão que justifique nosso afastamento do ponto de vista monista da história, o qual Marx e Engels elaboraram para substituí-lo pelo dualismo no terreno do comunismo primitivo.

Durante milhares de anos, as ferramentas foram mui rudimentares e os meios primitivos para obter os bens exigiam o sistema de trabalho em comum, coletivo. Só em comum podia o homem enfrentar a natureza; só mediante o trabalho em grupos podia garantir sua existência. O trabalho social, coletivo, no campo da produção, deu origem, na sociedade primitiva, à propriedade social, coletiva, forma de propriedade que se fazia extensiva à terra e aos outros meios de produção, assim como aos próprios produtos. Trabalhavam em comum, possuíam em comum e consumiam em comum. O desenvolvimento das forças produtivas, que esta-

vam à disposição do homem, condicionava todo o curso das relações produtivas da sociedade primitiva.

O segundo erro em nosso ensino da economia, no terreno do comunismo primitivo, foi a romântica idealização daquele sistema, da idéia do caráter progressista do desenvolvimento da sociedade humana, o que ocasionou a distração por parte dos estudiosos. Considerou-se a transição da estrutura social primitiva à sociedade de classe não como um passo necessário na senda do progresso social, mas como descensão, como a expulsão do paraíso terrestre. Relacionando-se com isso, surgiu a falsa concepção do comunismo, como se este fôsse uma espécie de regressão ao sistema social em que vivia o homem nos tempos primitivos.

Os clássicos do marxismo-leninismo, ao mesmo tempo que destruíam a lenda burguesa do caráter eterno da propriedade privada, das classes, do sistema de exploração, demonstraram cientificamente que, durante milhares e milhares de anos, o homem viveu sob o sistema do comunismo primitivo, desconhecendo de todas essas bençãos da civilização. Mas, ao mesmo tempo, os clássicos do marxismo-leninismo demonstraram as limitações históricas do comunismo primitivo, que encarnava um nível extremamente baixo do desenvolvimento das forças produtivas, ferramentas de qualidade primitiva e a mais miserável das formas de vida. Ao chegar a certa etapa, o comunismo primitivo converteu-se em obstáculo ao progresso social. Teve que ceder ante um novo método de produção mais capaz de desenvolver as forças produtivas.

O terceiro erro no nosso ensino da economia foi que não deu a devida atenção ao método histórico no estudo do capitalismo, método mais ou menos observado no estudo do comunismo primitivo, sistema escravista e sistema feudal. O estudo do capitalismo pre-industrial deve preceder ao estudo das características fundamentais do modo capitalista de produção. Do mesmo modo devem estudar-se em primeiro lugar as condições prévias ao surgimento do capitalismo: o nascimento de uma classe de jornalheiros e de um lado, e, de outro, o de grandes somas de capital, a acumulação original do capital.

Em *O Capital*, Marx começa sua exposição com a análise da mercadoria. Isso proporciona-lhe a base necessária para descobrir o segredo da mais-valia que está entrelaçada com a transformação da força de trabalho em mercadorias. A lógica rigorosa na exposição dos problemas, que Marx imprimiu a *O Capital*, é consequência natural do facto de que abriu novas rotas à ciência, e, mais ainda, ao expor um curso elementar dela, é inútil conservar, sem mudanças, o mesmo rigor. Seria isso pedantismo prejudicial, contrário às exigências pedagógicas.

A produção de mercadorias, o intercâmbio e o dinheiro precedem o nascimento da produção capitalista. Os rudimentos da produção de mercadorias aparecem muitos milhares de anos antes do começo da era capitalista. Nos últimos quartéis da Idade Média, a produção de mercadorias e a circulação de dinheiro já haviam alcançado um alto grau de desenvolvimento. E, não obstante, é só sob o capitalismo que a produção de mercadorias se converte na forma dominante da produção, que adquire o caráter de onipotente.

Disso se deduz que, ao ensinar economia, alicerçado num princípio histórico, os conceitos tais como dinheiro e mercadoria devem ser tratados não só na secção dedicada ao capitalismo, mas também nas secções anteriores. Não obstante, a análise completa da mercadoria, e, em particular, o duplo caráter do trabalho que encerra na mercadoria, deve expor-se na secção reservada aos fundamentos da produção capitalista.

Não há dúvida de que o tópico mais importante no ensino da economia é o que focaliza o sistema socialista. De acordo com o princípio histórico, também é esta uma secção que deve dividir-se em duas partes, tratando uma dos passos preliminares do modo socialista de produção e outra das propriedades fundamentais desse modo de produção.

A primeira parte contém o período de transição do capitalismo ao socialismo, isto é, a primeira etapa do comunismo. Aqui, far-se-á a descrição das grandes transformações econômicas que têm sido realizadas pelo Poder Soviético e têm concorrido para a construção do socialismo na U.R.S.S.. A segunda parte está reservada à descrição do sistema de economia socialista, isto é, a seus aspectos e características mais importantes.

Conforme a Constituição da U.R.S.S., a base econômica da União Soviética é o sistema socialista da economia e a propriedade socialista das ferramentas e meios de produção. As vantagens do regime soviético, na etapa de construção pacífica do socialismo, capacitou a União Soviética a superar séculos de atraso econômico e técnico num ritmo quase dez vezes mais rápido do que o do desenvolvimento dos países capitalistas mais importantes. Mais ainda, as vantagens do socialismo sobre o capitalismo manifestam-se mui evidentemente no melhoramento ininterrupto do bem estar material e do nível cultural das massas trabalhadoras.

A economia socialista da U.R.S.S. resistiu magnificamente às provas da guerra. As vantagens do regime soviético permitiram-lhe rechassar o inimigo cruel. A moral indestrutível e a unidade política da sociedade soviética, consequências do modo socialista de produção, frustraram as esperanças que os bandidos hitleristas haviam depositado nas lutas entre operários e camponeses, entre nacionalidades. O sistema soviético salvou o país.

A elucidação do caráter das leis econômicas do socialismo deve ser o primeiro passo no estudo do modo socialista de produção. Como é bem sabido, alguns inimigos do socialismo procuraram tornar extensivas à economia socialista as leis da economia capitalista. Inocularam o veneno da desconfiança no êxito do socialismo e propagaram o conceito falso de que todo intento de modificar as leis que regem o sistema capitalista só podia degenerar em perturbações econômicas, conceito desmentido pelo magnífico êxito da construção socialista e pelos formidáveis sucessos históricos do socialismo.

No ensino da economia, nos planos de estudo e nos livros de texto expressava-se amiúde a idéia superficial e falsa de que toda vez que as leis econômicas — características do capitalismo — desaparecem com a liquidação deste, não há, nem pode haver, portanto, leis econômicas no sistema socialista de economia. Essa perspectiva tão fundamental

mente errônea, excluía, em essência, a possibilidade de compreender as relações reais do sistema econômico soviético, uma vez que, onde não há leis, não há regularidade no desenvolvimento, não há lugar para a ciência. Constituía a raiz das leis econômicas a concepção completamente anti-marxista de que somente se podem considerar leis econômicas aquelas que atuam independentemente da vontade e da consciência do homem, só aquelas que atuam, como diz Marx, em certa passagem, à maneira de uma casa que desmorona inesperadamente. Semelhante descrição das leis econômicas cabe muito bem ao falar da economia capitalista e não está a propósito falar de leis econômicas em geral.

E' facto elementar que uma sociedade, tenha a forma que tiver, evolue de acórdó com leis precisas baseadas na necessidade objetiva. Esta age de forma diversa sob as diferentes formas de sociedade. No capitalismo, a necessidade objetiva age como lei econômica elementar, que se manifesta através de um número infinito de flutuações, por meio de catástrofes e cataclismas, por meio da desorganização das forças produtivas. Sob condições socialistas de produção, a necessidade objetiva atua de modo mui diverso. Atua até como uma lei econômica que está condicionada por todo o estado interno e externo da sociedade e por todos os requisitos prévios, históricos, de sua evolução; mas é uma necessidade objetiva conhecida pelo homem, a qual funciona através da consciência e da vontade dos homens. As leis econômicas do socialismo provêm das condições reais da vida material da sociedade socialista, do estado total interno e externo de seu desenvolvimento. Mas essas leis não se realizam automaticamente; agem como leis conhecidas, conscientemente aplicadas e utilizadas pelo governo soviético na prática da construção socialista.

O problema do caráter das leis econômicas do socialismo está estreitamente ligado ao problema do papel econômico do governo soviético. Em todos os aspectos da sociedade, incluindo a vida econômica, o governo soviético tem desempenhado o papel essencialmente diferente do de qualquer outro governo. Alguns observadores superficiais, como, por exemplo, os jornalistas e economistas estrangeiros, procuram reduzir essa diferença a uma simples questão de quantidade. O governo soviético, argumentam, "intrmete-se mais" na atividade econômica do que qualquer outro governo. E' natural que haja algo mais do que isso. Há uma diferença qualitativa fundamental, um papel essencialmente distinto do governo no regime socialista, se se o compara com o que desempenha sob o modo de produção anterior.

E' uma realidade que, no regime capitalista, o governo também se lança na mais séria das ingerências na vida econômica, como no período da acumulação original do capital e durante a guerra atual. Mas, no regime capitalista, o papel do governo é sempre de tal caráter que a dominação da propriedade privada permanece intangível, ainda que a ingerência do governo se exerça no interesse de um dos grupos de proprietários privados e contra os interesses de outros grupos.

No regime socialista, a função econômica do governo é de caráter visceralmente diverso. Os meios de produção estão em mãos de toda a sociedade na forma de produção nacionalizada, de propriedade do go-

vêrno soviético. Este constitui a força econômica mais poderosa, responsável pela administração planificada da economia nacional, pela administração do orçamento nacional, pelo controle da quantidade de trabalho e de consumo, pela provisão das necessidades econômicas da defesa do país e pela proteção da propriedade pública.

Essa tarefa é colossal, não só no período de construção econômica pacífica, mas também em tempos de guerra. Uma empresa tão imensa como a trasladação da vida industrial para o Oriente, a evacuação de muitas centenas de indústrias para as regiões orientais, a fundação de grande número de novas indústrias e a provisão para elas de matérias primas, força de trabalho e técnicos, teria sido completamente irrealizável sob o sistema de propriedade privada dos meios de produção. O sistema soviético é o mais progressista, o mais avançado. O estudo das leis econômicas do socialismo deve, portanto, fortalecer no estudante seus sentimentos de patriotismo soviético.

No ensino e nos textos soviéticos, enraizou-se profundamente a idéia de que a lei do valor não cabe nas leis econômicas socialistas. A idéia do valor começou a agir muito antes do nascimento do capitalismo. Segundo cálculos de Engels, a idade dessa lei variava entre cinco e sete mil anos. Desde a abolição do capitalismo, a sociedade socialista, através de seu governo, apodera-se da lei do valor e conscientemente aproveita-se de seu mecanismo (dinheiro, comércio, preço, etc.) no interesse do socialismo, da direção planificada da economia nacional. A noção de que a lei do valor não age sob o socialismo contradiz essencialmente a economia marxista. Como bem se sabe, Marx sustentou opinião contrária, como, por exemplo, na *Crítica do Programa de Gotha*.

Seria, sem dúvida, ingênuo e pedantesco pensar que Marx e Engels puderam prever e prescrever a forma prática, concreta, de dirigir a lei do valor em interesse do socialismo. Esta elaborou-se no curso da experiência da construção do socialismo na U.R.S.S. Stálin fez grandes contribuições a essa teoria, interpretações que não podiam ter sido previstas por Marx, e nem sequer por Lênin, teoremas que só podiam ser formulados na base da construção do socialismo na U.R.S.S..

A antiga e defeituosa interpretação do problema da lei do valor sob o socialismo impediu a compreensão justa dos problemas que agudamente se apresentam ao povo soviético, não só sob o ponto de vista teórico, mas também prático da política econômica. Sob o socialismo, o princípio-diretriz da vida social é a distribuição conforme a quantidade e a qualidade de trabalho. Isto é, o trabalho continua sendo a medida da vida social. Como é natural, disto se deduz que a lei do valor não se anula sob o socialismo, mas perdura, embora atue sob condições diversas e com mudanças essenciais atinentes à forma em que age sob o capitalismo. Para compreender como atua o valor sob o socialismo, teremos que fazer a pergunta: Como exercerá o governo soviético a contabilidade e o controle rigoroso sobre a medida de trabalho e consumo de cada membro da sociedade?

À primeira vista, poderia parecer que a forma mais sensível seria a de medir o trabalho em horas ou dias. Mas o trabalho de um cidadão de

uma sociedade socialista não é qualitativamente uniforme, diferenciando-se a esse respeito do trabalho dos membros de uma sociedade comunista. Sob o socialismo, solapa-se a oposição entre a cidade e o campo, evita-se a diferença fundamental entre a classe operária e os camponeses, mas perduram algumas diferenças entre a sociedade e a aldeia, entre a indústria e a agricultura, entre os operários e os camponeses.

Essas diferenças estendem-se até à remuneração do trabalho, pois, enquanto os operários recebem um salário fixo — por peça na maioria dos casos — aos camponeses coletivistas (kolrózianos) paga-se por dias de trabalho, com parte de pagamento em espécie; além disso, o camponês coletivista tem uma fonte de receitas: a própria dita e a auxiliar. Assim, mesmo, sob o socialismo, as mais profundas raízes da antiga oposição entre o trabalho mental e físico começaram a desaparecer, mas perduram algumas diferenças. O trabalho de uma categoria exige mais preparação que o de outra e existem diferenças entre o trabalho qualificado e não qualificado e também os diferentes graus de qualificação: Uma classe de trabalhadores está melhor equipada, tecnicamente, que outra; o nível de mecanização e eletrificação da produção não é uniforme entre os diversos ramos da produção.

Tudo isso quer dizer que a hora ou o dia de trabalho de um operário não é igual sinão à hora e dia de outro. Por conseguinte, as quantidades de trabalho e as quantidades de consumo, numa sociedade socialista, só podem calcular-se na base da lei do valor. O cálculo e a comparação entre as diferentes classes de trabalho não se realizam diretamente por meio da "medida natural do trabalho", o tempo de trabalho, mas, indiretamente, por meio da contabilidade e comparação dos produtos do trabalho, as mercadorias. Esses produtos, numa economia socialista, são *valores de uso*, isto é, bens materiais de que se precisa para a satisfação das várias necessidades da sociedade, mas os produtos do trabalho socialista também têm valor e, deste modo, tais instrumentos, como o comércio e o dinheiro, se utilizam como ferramentas da economia socialista planificada. Os produtos da produção socialista chegam ao consumidor através da corrente do comércio, isto é, por meio do dinheiro. Até certo grau, também se pagam em dinheiro os dias de trabalho dos camponeses coletivistas. Além disso, o camponês coletivista recebe dinheiro da venda de uma parte dos produtos que obtém como pagamento em espécie de seus dias de trabalho ou por suas culturas particulares e auxiliares. Os operários compram mercadorias com suas rendas em dinheiro.

Na economia socialista planificada da U.R.S.S., compram-se e vendem-se mercadorias. Têm preços que constituem a expressão monetária de seu valor. Já aqui surgiu a possibilidade de que o preço de um artigo não coincida com seu valor. A massa fundamental de mercadorias que se expõem à venda pertence ao governo e seus órgãos, assim como às cooperativas. Entre essa massa, inclui-se toda a produção das empresas, totalmente socialista, e aquela parte da produção da economia social das granjas coletivas e das cooperativas de artesãos, assim como a do trabalho pessoal e auxiliar dos camponeses coletivistas, dos camponeses de economia individual e dos artesãos não cooperativistas, que se

acumulam em mãos do governo e das cooperativas no processo necessário das entregas, pagamento em espécie e compras. Toda essa massa de mercadorias vende-se a preços fixados pelo governo. Não obstante, certa parte das mercadorias vende-se no mercado não organizado por parte de cidadãos individuais. Esta inclui a produção do trabalho pessoal auxiliar dos camponeses coletivistas e dos camponeses de economia individual e artesãos, assim como aquela parte da produção da economia socializada das granjas coletivas que se distribue em espécie de acordo com os dias de trabalho e que, depois, os coletivistas vendem no mercado. Como é bem sabido, esses artigos vendem-se conforme os preços fixados nas transações do mercado. Assim, pois, existem, na economia soviética, dois mercados e duas classes de preços.

Utilizando a lei do valor, o governo soviético assinala como meta a fixação dos preços das mercadorias baseando-se nos gastos socialmente necessários de sua produção, levando em conta as tarefas da acumulação socialista, assim como as tarefas de elevar o nível de vida e o nível cultural das massas laboriosas. Os preços das mercadorias fixam-se com desvios definidos de seus valores, em correspondência com as diferentes tarefas apresentadas ao governo soviético, e em dependência da quantidade das mercadorias das diferentes classes que podem chegar ao mercado, dada a envergadura da produção e das necessidades sociais que em realidade existem numa dada ocasião.

Há um conflito entre o mercado organizado que está em mãos do governo soviético e o caso do mercado aberto. Para controlar todo o comércio e poder determinar de modo completo os preços do mercado, o governo soviético teria que ter à sua disposição enormes quantidades de mercadorias, enormes reservas de todas as espécies de artigos.

A circunstância de que a mercadoria produzida numa economia socialista tenha tanto *valor de uso* como *valor*, é um factor essencial da economia socialista planificada. O plano econômico do governo fixa que cada uma empresa produza uma quantidade precisa, isto é, valores de uso exatos. Ao mesmo tempo, a execução do plano exige um nível preciso de gasto de trabalho e materiais, isto é, exige um custo de produção preciso. O plano define o programa produtivo da empresa conforme os índices naturais de valor, toda vez que trata tanto de *valores de uso* como de *valores* de mercadorias.

No regime socialista, a contabilidade econômica é um método indispensável para a direção planificada da economia. Baseia-se no uso consciente da lei do valor. A economia socialista baseia-se numa correlação exata do gasto de trabalho e materiais de um lado, com os resultados da produção do outro. Essa correlação verifica-se em toda empresa socialista. A comparação dos gastos da entidade num período dado com toda a massa da produção durante o mesmo período, pressupõe a redução tanto dos gastos e dos resultados da produção a um só denominador. Este existe: é o *valor* das mercadorias. A contabilidade econômica baseia-se no facto de que os gastos e os resultados da produção se contêm na forma do *valor*, isto é, se expressam na forma de somas precisas de dinheiro.

O *valor* de uma mercadoria, na sociedade socialista, define-se não

pelos gastos individuais no trabalho que, na realidade, se empregam na sua produção, mas pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução. Uma rigorosa observação da contabilidade econômica constitui o meio de descobrir e cercear tôdas as espécies de despesas improdutivas e de perdas, tôda espécie de desperdício; é o meio de manter no mínimo os custos de produção de uma entidade individual.

Na sociedade socialista, o produto do trabalho constitui uma mercadoria; possui *valor de uso* e *valor*; isto quer dizer que o trabalho na sociedade socialista oferece dois aspectos: trabalho concreto que produz *valor de uso*, e trabalho abstrato, uma parte determinada da totalidade do trabalho empregado na produção social.

Mas esse duplo caráter do trabalho não está já ligado à contradição entre trabalho privado e social, que caracteriza a produção de mercadorias na base da propriedade privada. O trabalho de cada operário das empresas socialistas tem um caráter imediatamente social. Desaparece aquela propriedade da produção de mercadorias pela qual o trabalho invertido na produção de objetos úteis pode resultar sem utilidade para a sociedade, por não lograr reconhecimento social ao permanecer sem vender a mercadoria produzida. Na sociedade socialista, todo trabalho útil à sociedade é recompensado pela sociedade.

A mercadoria resultante da produção socialista já não contém em si aquelas contradições que não podem separar-se da mercadoria como produto de pequenas empresas ou da produção capitalista, a contradição entre o *valor de uso* e o *valor*; entre o trabalho privado e o trabalho social. Isto equivale a dizer que já não contém em si as contradições que, ao evoluir, conduzem inevitavelmente ao nascimento da exploração capitalista e às crises.

Em resumo: Não há razão para crer que a lei do *valor* desaparece no socialismo; atua, porém, em forma modificada. No regime capitalista, a lei do valor age como a lei caótica do mercado, inevitavelmente ligada à destruição das forças produtivas, às crises, à anarquia da produção. No regime socialista, age como uma lei conscientemente aplicada pelo governo soviético no curso da planificação econômica, livre de crise. No regime capitalista, a lei do *valor* atua através da lei de benefício médio, que perdeu a significação no regime socialista. Sob o capital, essa lei tem como consequência a ruína daquela entidade que produza uma utilidade mais baixa que a da média e seu desaparecimento final. Os capitalistas e seu capital movem-se em direção daqueles ramos de produção em que a média da utilidade é alta. Por outro lado, durante muito tempo, as fábricas metalúrgicas soviéticas funcionam com prejuízos. O primeiro ano que produziu utilidades a fábrica Kiróv, situada em Makeev, foi o de 1935. As fábricas de Magnitogorski e Kuzniets produziram utilidades ainda mais tarde. Durante seu período inicial a metalurgia soviética recebeu subsídios do governo. Se este país, em vez de um sistema soviético, tivesse tido um sistema burguês, teria ficado sem vestígios de indústria pesada. E isto teria significado que, ao chegar a guerra, seria presa fácil do inimigo. Destruímos a lei do capitalismo, a lei da utilidade média.

Tem havido certa confusão na prática anterior do ensino da economia em relação ao tema do sobreproduto no regime socialista. O assunto tem-se apresentado às vezes como se, sob o socialismo, não existisse sobreproduto, o que é sem dúvida errôneo. Na realidade, o sobretrabalho (força de trabalho que supera as necessidades pessoais e imediatas dos operários), deve, sempre existir, sob qualquer sistema de sociedade. O socialismo destruiu a exploração do homem pelo homem na União Soviética; liquidou a apropriação do sobretrabalho, sobreproduto e da mais valia por uma classe parasitária, exploradora. Mas, ao mesmo tempo, à sociedade socialista se apresentam tarefas de envergadura colossal, cuja solução não se podem conceber sem o gasto do sobretrabalho por cada operário, camponês e intelectual da União Soviética.

Certa parte do produto do trabalho social há de dedicar-se de modo sistemático aos fins de acumulação, mesmo sob o socialismo. Esta é a condição principal para ampliar a produção, cuja necessidade é imposta tanto pelas exigências em contínuo aumento das massas trabalhadoras, como pelo crescimento natural da população. Além disso, certa parte do sobreproduto vai cobrir as necessidades quotidianas da sociedade em conjunto. Basta recordar a significação para o país dos gastos destinados ao fortalecimento das forças armadas da U.R.S.S.

Certa parte do sobretrabalho emprega-se na realização dos direitos dos cidadãos soviéticos à educação (a manutenção das escolas, universidades e bibliotecas), ao descanso (sanatórios e casas de repouso), ao seguro contra a doença e a velhice (hospitais, farmácias e residências). Assim, na sociedade socialista, o sobreproduto está à disposição da sociedade em seu conjunto, para a satisfação de tôdas as necessidades e exigências sociais. (Transcrito da *Sob a Bandeira do Marxismo*, publicação bolchevique das mais antigas da URSS).

• •

TESTEMUNHO ELOQUENTE — Sr. Presidente, levantando o problema do voto para os analfabetos e para os militares, quero dizer que era um homem analfabeto, um trabalhador no eito dos engenhos e não tive possibilidade de me educar no tempo de criança. Depois, já rapaz, fui prestar meu serviço na caserna, onde passei treze anos. Ali aprendi o que é patriotismo, o que é, de facto, civilização; vi despertado em mim o sentimento patriótico. E eu, sentindo na própria carne as injustiças a que o homem que serve a Pátria está sujeito, relegado a segundo plano apenas pelo facto de ser militar, hoje, fazendo parte desta Assembléa, não poderia deixar de trazer minha contribuição; e o faço satisfeito, concitando aos nobres colegas a estudarem, a analisarem, não só num sentido partidário, mas também patriótico, esse grave problema; a atenderem aos anseios desses inúmeros patriotas, porque com isso estaremos, efetivamente, consolidando a unidade da família brasileira, concorrendo para a verdadeira unidade nacional. (Gregório Bezerra — *Diário da Assembléa* — 17-5-1946.)

O Pensamento de Lênin



Para que a cidade socialista possa arrastar consigo o campo até o fim, é necessário, como diz Lênin, “reconstruir a economia do país, inclusive a agricultura, sobre uma nova base técnica, sobre a base técnica da grande produção moderna”.

Lênin dizia que os camponeses são “a derradeira classe capitalista”.

A luta por terra e liberdade é uma luta democrática. A luta pelo aniquilamento do domínio capitalista é uma luta socialista. (Lênin — *Proletariado e Camponato* — “in” *Divulgação Marxista*, pág. 25, n. 5, de 1-9-1946.)

O materialismo atinge sua forma suprema na doutrina filosófica de Marx. Lênin escreveu que:

“A filosofia de Marx é o materialismo filosófico acabado, que deu à humanidade e, em particular, à classe operária, uma arma formidável de conhecimento.” (Lênin — *Três fontes e três partes integrantes do marxismo*.)

“O bolchevismo — diz Lênin — é “um modelo de tática para todos” (Lênin, t. XXII, pág. 36 — *A revolução proletária e o renegado Kautski*).

De acôrdo com Lênin, a ditadura do proletariado é o poder que se apoia na aliança do proletariado com as massas trabalhadoras do campo para a “completa derrocada do capital”, para “a instauração e consolidação definitiva do socialismo”.

Perguntas e Respostas

Em 9 de setembro de 1927, Stálin recebeu a Primeira Delegação Operária Americana que visitou a URSS. A Delegação apresentou-lhe uma série de perguntas, das quais destacamos a seguinte:

PERGUNTA — Se um grupo sem-partido organizasse um partido e apresentasse seus candidatos às eleições declarando em sua plataforma que apoiava o Governo Soviético, mas exigia, ao mesmo tempo, a supressão do monopólio do comércio exterior — poderia êsse grupo desenvolver uma ativa campanha política e teria meios para isso?

RESPOSTA — Stálin respondeu nós seguintes termos: Penso que essa questão encerra uma contradição irreduzível. E’ impossível conceber um grupo que colocasse em sua plataforma a declaração de que sustentava o Governo Soviético e exigisse, ao mesmo tempo, a supressão do monopólio do comércio exterior. Por que? Porque o monopólio do comércio exterior é uma das bases inabaláveis da “plataforma” do Governo Soviético. Porque o grupo que exigisse a supressão do monopólio do comércio exterior não poderia ser a favor da sustentação do Governo Soviético. Porque tal grupo não poderia ser sinão um grupo profundamente hostil ao regime soviético em seu conjunto.

Evidentemente, existem na URSS elementos que reclamam a supressão do monopólio do comércio exterior. São eles constituídos pelos *nepmans*, pelos *kulaks*, pelos restos das classes exploradoras já derrotadas, etc. Mas êsses elementos não representam sinão uma minoria ínfima da população. Acredito que a Delegação não esteja fazendo referência a êsses elementos. Mas, se a pergunta é feita em relação aos operários e às massas camponesas trabalhadoras, posso declarar que a reivindicação tendente a suprimir o monopólio do comércio exterior só poderia provocar da sua parte uma grande gargalhada e uma atitude hostil.

Com efeito, que poderia significar para os operários a supressão do monopólio do comércio exterior? Isso significaria, para eles, renunciar à industrialização do país, à construção de novas usinas e fábricas, à ampliação das velhas. Isso significaria, para eles, permitir que a URSS fôsse inundada de mercadorias provenientes dos países capitalistas, que a nossa indústria fôsse restringida devido a sua fraqueza relativa, que fôsse multiplicado o número de elementos sem trabalho, agravada a situação material da classe operária, enfraquecidas as suas posições econômicas e políticas. Isso significaria, afinal de contas, reforçar os *nepmans* e, em geral, a nova burguesia. O proletariado da URSS poderia aceitar semelhante forma de suicídio? Está claro que não.

E que significaria a supressão do monopólio do comércio exterior para as massas trabalhadoras camponesas? Significaria a transformação de nosso país independente em país semicolonial e o empobrecimento das massas camponesas. Significaria o retôrno ao regime do “comércio livre”

que predominava no tempo de Koltchak e Denikin, quando as forças conjugadas dos generais contra-revolucionários e as dos "Aliados" tinham toda a liberdade para pilhar e expoliar milhões de camponeses. Significaria, em última análise, o reforçamento dos *kulaks* e dos outros elementos exploradores do trabalho camponês. Os camponeses conhecem suficientemente as belezas desse regime por já o terem experimentado na Ucrânia e no Cáucaso do Norte, sobre o Volga e na Sibéria. Haverá, pois, razões para acreditar que eles desejem colocar sua cabeça nesse nó corredio? Não está claro que as massas trabalhadoras do campo não podem ser a favor da supressão do monopólio do comércio exterior?

MATERIALISMO ESPONTÂNEO — Conceito habitual, inconscientemente materialista, da natureza. Na história da filosofia, foram materialistas espontâneos os antigos materialistas gregos. Do mesmo ponto de vista participa a maioria dos homens em suas atividades práticas. A maioria dos naturalistas, mesmo quando negam o materialismo, aplicam-no em suas investigações científicas, apoiando-se num materialismo inconsciente, tímido, impreciso (materialismo histórico-natural). "A convicção dos *realistas-naturais* (isto é, de toda a humanidade) de que as nossas sensações são, em essência, imagens do mundo real, objetivo, exterior, é a convicção que, num invariável crescimento e consolidação, domina a massa dos naturalistas" (Lénin).

PROGRIDE SEMPRE — Conforme o período histórico vivido por um povo, as ações humanas podem acentuadamente precipitar ou retardar a sua evolução; mas a humanidade evolue sem parar; com ou sem saltos, mais ou menos rapidamente, de acordo com o desenvolvimento das suas forças produtivas. — CIERP.

LEIS NO CAPITALISMO E NO SOCIALISMO — Marx e Engels estudaram a sociedade capitalista e estabeleceram as leis que presidem o seu desenvolvimento; mas na sociedade socialista somente o seu desenvolvimento permitirá que se estabeleçam as leis a que está submetida, muito embora algumas já tivessem sido, antecipada e acertadamente, formuladas por Marx, Engels e Lénin. — CIERP.

O ÍNDIO E O ESTADO — Compete exclusivamente ao Estado a integração do índio ao meio social. Se não se acha habilitado para essa tarefa que não o procure. O Estado não precisa nem deve apoiar-se em nenhuma profissão religiosa para tal fim. (Campos Vergal — *Diário da Assembléia*, 17-5-946.)

Para Compreender e Interpretar Marx por Sidney Hook

XVII

A TEORIA DO ESTADO

Karl Liebknecht, o chefe heróico do comunismo alemão, na sua obra bastante não-marxista, *Studien über die Bewegungsgesetze der gesellschaftlichen Entwicklung*, tentou revisar a concepção materialista da história, partindo de uma base filosófica que descreveu como "mais cética do que o ceticismo de Hume, mais crítica do que o criticismo de Kant e mais solipsista do que o solipsismo de Fichte". Sua tentativa de descobrir para o marxismo um novo ponto de partida é mais significativa do que sua derrota, porque ele levanta a questão do grau de conexão orgânica existente entre a teoria filosófica e a prática política. Para se ser comunista, deve-se aceitar completamente a teoria filosófica geral? Se um marxista está ligado à filosofia do comunismo, segue-se daí que todos os que aceitam essa filosofia devem ser marxistas? Naturalmente, de um ponto de vista convencional, Karl Liebknecht, em consequência da sua rejeição da teoria marxista da história e da teoria do valor-trabalho, era menos marxista do que homens como Hilferding e Káutski, e, apesar disso, enquanto selava com seu sangue a devoção à causa do comunismo, aqueles o atacavam violentamente. Têm havido tantos outros casos idênticos, nos quais a heresia filosófica se uniu à sinceridade revolucionária, que é absolutamente necessário distinguir entre a doutrina essencial a sua interpretação não essencial.

Que haja uma unidade entre as maiores questões teóricas e a direção geral da ação prática é coisa indiscutível. Todo desvio importante da ação prática revolucionária da classe trabalhadora internacional tentou basear-se em novas premissas filosóficas ou nalguns sistemas pre-marxistas bem ajustados e modificados para atingir suas finalidades. Mas, afirmar que toda diferença política deve impor uma diferença filosófica e *vice versa*, significa inteiramente outra coisa. Porque uma tal atitude despreza o facto empírico de que os seres humanos jamais têm conhecimento de todas as aplicações práticas de suas crenças (1).

(1) Apesar de suas ferozes polémicas contra todos os tipos de revisionismo filosófico, Lénin deu-se conta do facto de que crenças teóricas diferentes, embora sendo, em potência, fonte de ações políticas diferentes, não determinam sempre resultados iguais. Mesmo com referência a uma questão tão ardente como a de pertencer a um partido revolucionário, ele escreveu: "Um partido político não pode examinar seus membros para

Ademais — e isso é o centro da questão — uma atitude semelhante presume erroneamente que o marxismo é uma teoria sistemática da realidade, partindo de princípios primários evidentes por si-mesmos relativamente à natureza do ser e deduzindo rigorosamente todos os seus outros programas e teorias — mesmo quando estes últimos são especificamente sociais. Um desacôrdo sôbre um detalhe qualquer deverá acarretar um desacôrdo sôbre a tese inteira. Semelhante metafísica é, todavia, absolutamente incompatível com uma opinião materialista, que considera o mundo se desenvolvendo no tempo e o homem como um factor histórico ativo. E' uma metafísica que, no passado, esteve associada ao reacionismo mecanicista ou ao idealismo teológico. Em ambos os casos, ela implica em fatalismo.

O marxismo é, antes de mais nada, uma teoria da revolução social. Mas têm ligações mais amplas — lógicas, psicológicas e metafísicas — que constituem um corpo de doutrina que se chama comumente a filosofia do materialismo dialético. Mas, embora o marxismo implique numa posição filosófica geral, como, por exemplo, a crença na realidade do tempo, na objetividade do universal, no caráter ativo do conhecimento, etc., suas teorias sociais não podem ser deduzidas de uma filosofia geral. Porque elas não são logicamente tornadas necessárias por nenhuma filosofia. Pode-se aceitar a metafísica evolucionista marxista e não se ser obrigado a aceitar, na prática, sua teoria da revolução social. Quando muito, pode-se dizer que o marxismo é incompatível com certas doutrinas filosóficas. Porque *A* pressupõe *B*, não se segue que *B* pressupõe *A*, embora seja legítimo passar de não *B* a não *A*. Não fôsse pela falta de espaço, poderíamos mostrar que numerosas proposições do materialismo dialético são simplesmente expressões generalizadas, descobertas das ciências físicas e biológicas, e que, em relação a elas, não se pode mesmo dizer que são pressupostas pelo marxismo, mas apenas que são compatíveis com o marxismo. Tudo isso não atinge a questão de saber se os contrários dessas proposições particulares são incompatíveis com o marxismo. Pode-se, por exemplo, conservando uma boa consciência marxista, substituir as opiniões absolutistas bem pouco claras de Engels pelas concepções relativistas do espaço e do tempo.

Essas mesmas considerações aplicam-se ao domínio da teoria social. Embora as doutrinas sociais do marxismo possuam caráter bem mais orgânico do que o corpo de suas implicações filosóficas, suas crenças doutrinárias não mostram igualmente todas as saídas políticas imediatas da ação revolucionária. Pode-se, naturalmente, pôr em discussão a aceitação literal por Engels do esquema de Morgan sôbre a sucessão unilateral e universal dos parentescos familiares e sua teoria a respeito da natureza e da amplidão da propriedade privada nas comunidades primitivas — teorias que os antropologistas modernos desacreditaram completamente — sem ser necessariamente obrigado a abandonar princípios diretores tão importantes quanto os do caráter de classe do Estado.

ver se há contradições entre sua filosofia e o programa do partido" (*Lénin e a Religião*).

Em estrita lógica, pode-se ir ainda mais longe. A natureza do Estado, numa sociedade dividida em classes — especialmente na sociedade burguesa contemporânea —, pode ser analisada, numa relativa independência dos números, por numerosos problemas que envolvem a origem histórica do Estado. Que o Estado tenha nascido no decorrer da expansão das forças produtivas da sociedade e da divisão do trabalho de um povo por um outro, êle seja o resultado de uma conquista militar de um povo por um outro, ou, melhor, que, com a divisão do trabalho, êle já tivesse existido nalgumas tribus primitivas antes da existência da propriedade privada dos meios de produção — são problemas que devem ser resolvidos examinando-se separadamente a realidade em cada caso de transição da sociedade primitiva para a sociedade dividida em classes. As furiosas discussões dos antropologistas e sociólogos contemporâneos indicam não apenas que as provas em favor de uma teoria ou de uma outra não são decisivas, mas também que êles têm concepções diferentes do que constitui o Estado. É, portanto, para nós, mais importante conhecer *êsse* de que falamos, antes de procurar como e onde nasceu. O que o Estado é, pode ser descoberto da mesma maneira por que Marx o descobriu, muito antes que tivesse lido Morgan, isto é: examinando sua estrutura e sua função na sociedade burguesa e servindo-se do resultado dessa análise como de uma hipótese para estudar as organizações do Estado no passado. Pode-se afirmar categoricamente — apesar da lógica idealista hegeliana de alguns marxistas — que a validade da análise de Marx da natureza do Estado, hoje, e as conseqüências revolucionárias que dela decorrem, são completamente independentes de todas as conclusões a que os antropologistas podem chegar com relação à origem do Estado há alguns milhares de anos. Para os fins de uma ação política inteligente, é muito mais conveniente examinar as funções e a conduta das instituições sociais no presente do que suas presumíveis origens primárias.

Um passo inicial esclarecedor pode ser dado fazendo-se distinção entre três concepções fundamentais que são freqüentemente confundidas: sociedade, Estado e govêrno. Segundo Marx, como segundo Hegel, uma sociedade é todo o grupo de seres humanos vivendo e trabalhando em conjunto para satisfazer suas necessidades econômicas fundamentais. Um govêrno é o mecanismo administrativo que controla e dá assistência a essas necessidades econômicas. Quanto mais é primitiva a sociedade, mais as formas de govêrno são rudimentares. Na sociedade moderna, entretanto, com sua divisão do trabalho muito adiantada, o govêrno é uma instituição complexa, munida de poderes delegados separadamente. O Estado é um poder público coarctor, especialmente organizado, que existe para fazer cumprir as decisões de todo o grupo ou classe que controla o govêrno. Onde o govêrno representa as necessidades e os interesses da comunidade inteira, não há necessidade de uma força coercitiva especial e separada. Neste caso, êle não é mais um mecanismo político específico — mas um órgão administrativo, coordenando a economia da produção e da distribuição tanto nas suas fases materiais quanto nas suas fases culturais. E' extremamente importante distinguir entre o Estado e o govêrno, mesmo quando, como nas sociedades modernas,

o governo serve o Estado e mesmo quando certos indivíduos unem na sua pessoa as funções sociais do governo e as funções repressivas do Estado. Por exemplo, o agente de polícia, que regula o tráfego e fornece informações, o professor, que transmite rudimentos de saber aos seus alunos, são trabalhadores, que executam serviços administrativos, governamentais, necessários em toda a sociedade complexa. Se o Estado fôr derrubado, esse trabalho deverá ainda ser executado. O mesmo agente de polícia, entretanto, que metralha os piquetes de greve e o mesmo professor que inculca a ideologia do nacionalismo, são servidores do Estado. Onde quer que o Estado exista perverte a função administrativa do governo para seus interesses. A diferença, todavia, continua.

O exercício da repressão, atual ou em potência, é elemento constituinte necessário à existência do Estado. Mas a repressão não é sua característica diferencial. E' o meio e a forma da repressão que exprimem o traço característico do Estado. Nenhuma sociedade é possível, principalmente quando há uma divisão complexa do trabalho, sem qualquer espécie de pressão para reforçar certas maneiras de se comportar e para prevenir outras. A coerção não precisa ser física. Pode ser exercida através da opinião pública. Mas, enquanto existir uma diferença reconhecida entre uma maneira de se conduzir, que é permitida, e outra que não o é, uma coação será exercida. Por exemplo: nas ilhas Andamanes, onde não existe nenhuma forma especial de poder do Estado, um homem que comete homicídio não é manifestamente punido pelos membros da sua tribo. Perde sua dignidade e é boicotado socialmente, o que é considerado como uma severa forma de punição. Noutras tribos primitivas, embora não haja nada semelhante à nossa polícia, é infringida uma punição física aos que ofendem a moral pública, seja pelas famílias das suas vítimas, seja pela comunidade inteira.

Num sentido estrito, só podemos falar da existência de um Estado, quando há um poder público especial de coerção que, sob a forma de uma organização armada, se eleva sobre a população. E' somente onde existe uma *organização especial*, ostensivamente destinada a preservar a ordem e a paz pela imposição de penalidades, que se achará o caráter distintivo da coação do Estado, e, com êle, a explicação do papel e da função do Estado na sociedade. "O Estado pressupõe o poder público coactor, separado do conjunto dos seus membros". (Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, 1884).

Por que é necessário um poder especial de coação, separado e diferente da força física e moral da coletividade, para fazer observar a paz e a ordem? Evidentemente, por causa da presença de *conflitos* e de *lutas* no seio da sociedade e porque a organização da sociedade é tal que seus conflitos, quando não são reais, existem em potência e precisam, então, de uma organização de defesa. Qual é a espécie de conflitos e de lutas que torna necessária a existência do Estado? As vezes é a luta entre nações por territórios. Mas o poder do Estado existe e funciona tanto dentro do território nacional como fora dele; sua organização é tal que o torna prontamente utilizável contra seus próprios cidadãos da mesma forma que contra os outros. Quais são, então, os conflitos internos que

tornam necessária a existência de todo o aparelho do poder? A hipótese de Marx e Engels é que o Estado é uma expressão de antagonismos de classe irreconciliáveis, gerados pelas relações sociais de produção econômica. Sua hipótese subsidiária é que as guerras de expansão territorial são consequência secundária do desenvolvimento do modo de produção econômica. Onde não existem classes não há nenhuma necessidade de instrumentos de coação especialmente organizados. Onde existem classes, há sempre o perigo de que as relações de propriedade existentes, que dão a riqueza e o poder a uma classe em detrimento da outra, possam ser destruídas. "O poder político, escreveu Marx no *Manifesto Comunista*, é simplesmente o poder organizado de uma classe para oprimir uma outra".

Para verificação do caráter de classe do Estado, Marx não recorre à concepção filosófica do Estado, mas à história e à experiência. Coisa bastante significativa, Marx começou como discípulo da teoria hegeliana do Estado, mas foi obrigado a abandoná-la desde que tentou ajustar aquilo que Hegel chamava a *noção* do Estado com a ação política real. O abandono da concepção hegeliana do Estado fixa um momento de grande importância na sua biografia intelectual. Isso vale a pena de ser examinado de maneira detalhada — tanto mais que o instante histórico específico que provocou a transformação das opiniões de Marx tem analogias contemporâneas surpreendentes.

Como todos os jovens hegelianos, Marx estreitou com uma firme crença na concepção do Estado por Hegel como "realização da idéia ética", como expressão da *razão* na qual as vontades reais e racionais dos indivíduos, diferentes de suas vontades caprichosas, estavam reunidas num todo sistemático e harmonioso, chamado, às vezes, de comunidade ideal. Já que o Estado estava acima do homem, estava também acima das classes. Expressava os interesses, as necessidades e os ideais universais e permanentes não de um ou outro homem, mas de todos os homens e de todas as classes. Sem desprezar as necessidades dos vivos, pretendia representar os interesses ideais dos que já estavam mortos, bem como dos que deveriam ainda nascer.

Hegel disse que o Estado prussiano era a realização perfeita do Estado ideal. Os jovens hegelianos sabiam que não era. Afirmavam que, no seu fóro íntimo, o próprio Hegel sabia que não era. Mas acreditavam poder salvar a teoria do Estado de Hegel, distinguindo entre a verdade do ideal e a imperfeição necessária do real e do vivo. Os usos do Estado real eram, a seus olhos, *abusos* do Estado ideal e sua tarefa era aproximar o real do ideal. Acreditavam que isso poderia ser feito trabalhando para criar um Estado democrático politicamente livre. Os mais atrevidos chamavam a si mesmos de republicanos.

Quando Marx se tornou redator da *Rheinische Zeitung*, foi obrigado a comentar diariamente os atos do governo. Compreendeu bem depressa que suas opiniões sobre a natureza do Estado eram absolutamente inadequadas. Mesmo antes de se demitir, para entregar-se ao estudo do socialismo francês e das ciências econômicas inglesas, chegou a compreender que a igualdade política, objetivo dos jovens hegelianos, era uma *con-*

dição e não uma *garantia* da igualdade social, e que, sem uma igualdade social, todos os discursos sobre a comunhão dos interesses e a divindade do Estado não eram mais do que retórica ôca. Onde não houvesse igualdade social, o Estado seria um *instrumento* empregado por uma classe da sociedade contra a outra. Ele não era uma expressão dos ideais comuns à sociedade inteira. Porque não há ideais comuns. Há apenas um uso verbal comum, que obscurece as diferenças fundamentais de classe. O que revelou isso a Marx foi a discussão na assembleia provincial renana a respeito das leis sobre o roubo de lenha (*Holzdiebstahlggesetz*). Os legisladores dedicaram-se a reforçar a lei que considerava como um crime a apropriação de lenha numa floresta. O pequeno proprietário camponês estava amplamente protegido porque sua propriedade era pequena. Além de que, vivendo em sua terra, podia impedir a transgressão. O grande proprietário territorial não podia servir-se dos seus guardas para defender seus bosques, a menos que o roubo de lenha fosse declarado crime e a lei não fosse observada. Fêz-se muito barulho no "Landtag" em torno da necessidade de proteger os grandes proprietários territoriais bem como os pequenos, pois que, como cidadãos da comunidade, as duas classes tinham os mesmos direitos de ser protegidas. Marx apoderou-se desse princípio e jogou-o à face dos membros do "Landtag", tornando-o difícil com a pergunta seguinte: Que proteção dá o Estado ao pobre, aos pobres ladrões de lenha, que são também membros da comunidade política? Os pobres não roubavam a lenha para vender. Faziam apenas incursões esporádicas nos bosques particulares das proximidades com o fim de apanhar combustível para suas cabanas. O rigor do inverno e o preço relativamente alto da lenha intensificavam essa prática. Na realidade, o pobre sempre gozara do direito (comodamente esquecido pela escola jurídica histórica) de apanhar lenha. Mas, agora, sob o pretexto de que alguns haviam danificado as árvores vivas, proibiu-se aos pobres de apanharem *toda a espécie de lenha*. O Estado intervinha para proteger a propriedade de uma classe dos seus cidadãos. Mas nada fazia para proteger o bem estar, na realidade a própria vida, de uma classe ainda mais numerosa — a dos que não tinham nenhuma propriedade.

Se o Estado fosse, como pretendia, uma organização acima das classes, fora do alcance de interesses econômicos privilegiados, seu zelo protetor se estenderia a todos os sectores da população. Julgando-o, entretanto, pela atividade específica dos seus tribunais e das suas legislaturas, aparecia bem diferente dessa encarnação da razão imparcial, tal como Marx o considerava no princípio do seu hegelianismo. As discussões em torno das leis sobre o roubo de lenha marcaram o abandono definitivo, por parte de Marx, da teoria hegeliana do Estado. O Estado, declarou nesse momento, estava enraizado num solo inteiramente diverso do do desenvolvimento autonomo da idéia lógica. Sua voz foi a voz da razão, mas seus braços foram os braços do privilégio econômico. "Os órgãos do Estado tornaram-se os ouvidos, os olhos, os braços, as pernas, com os quais os interesses dos proprietários florestais escutam, espionam, avaliam, proibem, agarram e exploram." (*Obras*, t. I, p. 287).

Quanto mais de perto estudou a conduta dos tribunais e das legislaturas, mais acreditou firmemente que a força motriz, o fundamento e o motivo ocultos atrás de cada lei que afeta os interesses opostos de classes diferentes não eram uma teoria imparcial da justiça, mas, pelo contrário, o privilégio particular de uma classe dominante na qual o egoísmo e a avidez eram às vezes ocultados a essa própria classe pelas racionalizações jurídicas e pelas frases sonoras sobre os direitos e a liberdade do indivíduo. "Toda a nossa exposição, escreveu Marx como conclusão de sua discussão, mostrou como o "Landtag" rebaixou (*herabwürdigt*) o poder executivo, as autoridades administrativas, a existência de acusados e a própria idéia do Estado a *instrumentos materiais do interesse privado*."

Quando Marx escreveu isso ainda não era um marxista. Fala do pobre e não do proletariado e dos interesses privados sem mostrar as ligações entre esses interesses e as relações sociais de produção. Mas, nos seus ensaios posteriores e, principalmente, nos capítulos de *O Capital*, que tratam da acumulação primitiva, da acumulação capitalista e da expropriação da população agrícola, aprofundou sua análise mostrando que a propriedade privada dos meios de produção deve necessariamente arrastar com ela — e sempre o fez — o poder político sobre os que devem viver do uso desses instrumentos. Sem o poder do Estado não haveria propriedade privada, porque o direito político de conservar uma propriedade privada não é outra coisa senão o poder das forças armadas do Estado excluírem outras pessoas do uso dessa propriedade. A própria continuação da produção exige a existência do Estado, uma vez que a lógica imanente do sistema burguês de produção intensifica a oposição entre as classes. Torna-se por isso necessário ao Estado apresentar-se como árbitro nominalmente imparcial, trabalhando através a lei e a educação para dissolver os antagonismos que ameaçam destruir a sociedade. O Estado assegura, assim, ao processo de exploração, um progresso ininterrupto.

O facto do domínio do Estado coexistir com o de propriedade privada dos meios de produção não somente destrói a filosofia política de Hegel, mas também todas essas outras teorias, notadamente a de Lassalle, que separam a sociedade burguesa do Estado e apelam para o Estado, como representante presumível de todas as classes, para corrigir os abusos da sociedade burguesa. Algumas vezes, esperou-se até que o Estado existente abolisse gradualmente o capitalismo e introduzisse o socialismo. Essa ilusão desaparece desde que se compreenda que o Estado vigente não pode ser dissociado da sociedade econômica existente. A qualquer momento, o Estado é uma excrescência natural das relações produtivas e penetra na sociedade inteira mesmo quando suas formas institucionais parecem independentes. A ordem econômica é uma ordem política e a ordem política é uma ordem econômica. Contra os que afirmavam que as duas eram separadas e diferentes, Marx sustentou a história provar que a distinção lógica feita entre "poder de propriedade" e "poder político" não correspondia, na realidade, a nenhuma diferença, e que, na

vida social, propriedade e poder político não eram sinão aspectos diferentes do mesmo fenômeno.

"Como "a conquista da riqueza" é transformada em "conquista do poder" e a "propriedade" em "soberania política" e como, por consequência, essas duas forças estão ligadas reciprocamente ao ponto de formarem um todo sem essas distinções rígidas estabelecidas e transformadas em *dogmas* pelo sr. Heingen, pode-se facilmente convencer-se de tudo isso observando como os servos *compraram* sua liberdade e as comunas os seus direitos municipais; como os burgueses, de um lado, tiraram astuciosamente pelo comércio e a indústria o dinheiro dos bolsos dos senhores feudais e desintegraram seus domínios por letras de câmbio e, do outro lado, ajudaram a monarquia absoluta a vencer os grandes senhores feudais, dos quais haviam solapado o poderio, e *compraram* seus privilégios; como, mais tarde, exploraram as crises financeiras da própria monarquia absoluta, etc.; como os monarcas mais absolutos se tornaram dependentes dos barões da Bolsa através o sistema da dívida nacional, um produto da história e do comércio modernos; e como, nas relações internacionais, um monopólio industrial é imediatamente transformado em domínio político." (*Obras*, I, 6, p. 306-307).

Uma vez que as forças da autoridade política servem para sustentar o poder da classe econômica dominante e uma vez que o modo de produção econômica não determina só o caráter do Estado, mas tende também a determinar sua forma (Monarquia constitucional ou República democrática), podemos compreender melhor o que Marx quis dizer, quando escreveu no *Manifesto Comunista*: "O poder do Estado moderno é simplesmente um comitê que administra os negócios da burguesia" (*).

Marx não se contradiz, quando fala do Estado, em certo trecho, como de um poder público separado e, neutro, do Estado penetrando em todas as instituições da sociedade e compreendido no seu funcionamento? Não, porque a existência de instrumentos especiais de opressão é uma expressão pura e *formal* do sistema *material* de opressão, isto é: do modo de produção econômica. A história do Estado — a seqüência de suas formas especiais e de sua organização — pode ser melhor compreendida como um aspecto da história do sistema econômico.

No decorrer do desenvolvimento do capitalismo, da concorrência primitiva do *laissez-faire* às formas relativamente organizadas do monopólio, há uma melhoria correspondente dos órgãos do poder do Estado. Eles tornam-se mais centralizados e eficazes.

O Estado, funcionalmente, liga-se sempre mais aos negócios e as forças públicas armadas tornam-se, por assim dizer, a polícia particular dos grandes negócios. A pressão crescente do antagonismo das classes obriga os empregadores a conseguirem que uma força pública especial esteja sempre à sua disposição e não exista na massa da população nenhuma

(*) Segundo a edição alemã de 1848, traduzida por J. Molitor, ed. Costes, Paris, o texto correto é: "O governo moderno não é sinão uma delegação que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa." Cf. *Manifesto Comunista*, Editorial Calvino, Ltda., p. 74.

outra força especial que possa ser empregada contra a primeira. Ao mesmo tempo, e no interesse da eficácia funcional, a organização do mecanismo do Estado parece ser independente da organização dos negócios. A concentração das forças armadas dá caráter enganadoramente plausível à pretensão do Estado de estar fora do plano dos negócios e de exercer simplesmente funções governamentais de regulamentação no interesse da comunidade inteira. Quando o Estado se encarrega de indústrias inteiras, tais como as estradas de ferro, o telégrafo e os serviços postais no interesse de *toda a produção*, esconde isso sob o eufemismo de "serviço social". Disso segue-se que a ideologia da neutralidade e da supremacia do Estado é precisamente mais forte quando — como na época do capitalismo de monopólios — o Estado serve aos interesses da burguesia da maneira mais eficaz.

A era do capital financeiro e do imperialismo revela o mais claramente possível esse dualismo entre a verdadeira função do Estado e sua filosofia declarada. Mas, desde o último terço do século passado, Marx já antevira a tendência do Estado em assumir uma forma nacional na organização burocrática e na filosofia oficial precisamente nos momentos em que suas funções repressivas estavam mais abertamente em jogo. Ele resume em largos traços o desenvolvimento do Estado da época da monarquia absoluta aos dias da Comuna de Paris: "O poder centralizado do Estado, com seus órgãos presentes por toda a parte: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura, — órgãos talhados de acordo com o plano de uma divisão sistemática e hierárquica do trabalho, — tira sua origem dos dias da monarquia absoluta, servindo então à

sociedade burguesa nascente como arma possante nas suas lutas contra o feudalismo. Mas seu desenvolvimento foi entravado por toda a espécie de entulhos da Idade Média, direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e corporativos e Constituições provinciais. A gigantesca vassourada da Revolução Francesa do século XVIII leva todas essas relíquias do passado, libertando assim, de um só golpe, o solo social dos últimos obstáculos à superestrutura do edifício do Estado moderno, construído sob o Primeiro Império, éle mesmo resultado de guerras de coalisão da velha Europa semi-feudal contra a França moderna. Sob os regimes seguintes, o governo, colocado sob o controle parlamentar — quer dizer, sob o controle direto das classes possuidoras — não se tornou apenas uma estufa para as imensas dívidas nacionais e impostos esmagadores; com suas seduções irresistíveis: carreiras, riquezas, proteções, não se tornou apenas o osso disputado por grupos rivais e aventureiros das classes dirigentes, mas também seu caráter político mudou conjuntamente com as transformações econômicas da sociedade. Na mesma proporção em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, aumentava, intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado assumia mais e mais as características do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de cada revolução, que marcava uma fase mais avançada na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado ressaltava com um

relêvo cada vez mais pronunciado." (Karl Marx — *A guerra civil em França*, 1871 — Bureau d'Éditions, Paris, p. 72.)

A prova decisiva da validade da teoria do Estado de Marx deve ser procurada, de maneira definitiva, na análise diária da atividade das legislaturas, dos tribunais e dos corpos executivos do país. O Estado é o que ele faz e o que ele faz é revelado pela experiência e não por definição. Esse princípio metodológico deve ser firmemente lembrado sempre que examinarmos um corpo de leis bem como os motivos apresentados para uma decisão judiciária. Nenhuma lei e nenhuma organização de Estado proclamarão jamais que devem ser sacrificados interesses humanos em benefício dos direitos de propriedade, ou, mais exatamente, que, quando há um conflito de pretensões, os interesses das classes possuidoras têm prioridade sobre os das classes não possuidoras. Uma admissão aberta disso constituiria uma violação do princípio jurídico de que todos são iguais perante a lei; em teoria, semelhante admissão — embora correspondendo à verdade — seria ilegal. Conhecendo-se da lei, contudo, apenas o que ela diz de si mesma, pode-se mostrar que seu fim implícito é a segurança da propriedade e não a justiça na sua distribuição. E, relativamente ao interesse que a lei tem pelos direitos da pessoa, é bastante indicar apenas o facto insignificante, mas altamente simbólico, de que, na lei anglo-americana, a punição pelo roubo de uma pequena quantia do bolso de um homem é muito mais severa do que a por tê-lo espancado quasi até a morte, para ilustrar seu interesse incomensuravelmente maior pelos direitos da propriedade do que pelos da personalidade.

Que toda a jurisprudência seja uma expressão direta dos interesses econômicos de classe não pode ser afirmado plausivelmente por ninguém. Ela trata, em grande parte, de questões comerciais técnicas que interessam apenas a grupos privados, proprietários de imóveis, especulando nos mercados, etc. Parte da jurisprudência, especialmente na lei anglo-americana, reflete o peso da tradição, como, por exemplo, numerosos detalhes da lei sobre o testemunho. Parte exprime os interesses dos homens da lei como grupo profissional — freqüentemente em oposição com os interesses de seus clientes, como no caso das leis sobre a forma do processo. Parte tem o caráter de simples disposições administrativas, como no caso da regulamentação do tráfego. O caráter de classe fundamental da lei torna-se, contudo, tão claro como a luz do dia, considerando-se, seja a maneira pela qual ela é interpretada, sejam as ocasiões em que a fazem observar. Desde que haja uma luta entre capital e trabalho, o tribunal intervém para proteger os interesses do *statu quo*. Que essa intervenção seja o emprêgo de ordens expressas ou da lei marcial nos conflitos de trabalho, a acusação de *complot* contra os organizadores operários, o emprêgo da acusação bem vaga de perturbação da ordem pública para dissolver um piquete de greve, a prisão dos que distribuem boletins sob o pretexto de que "sujam as ruas", as mil maneiras pelas quais o sentido das frases "incitação à sedição" e "constituição de um perigo público" pode ser transformado para pôr na cadeia os dirigentes de uma greve — um fim oculto é encontrado na prática dos tribunais, quer dizer: a preservação das relações de propriedade existentes. Os

tribunais, na realidade, não hesitam em suspender as garantias constitucionais, que juraram defender, desde que o exercício da liberdade de palavra, de imprensa e de reunião ameace tornar-se eficaz para a organização das massas trabalhadoras militantes.

As divisões econômicas de classe da sociedade exercem influência profunda, embora indireta, sobre toda lei criminal. Por paradoxal que isso possa parecer, a lei criminal, embora não atenda de perto aos interesses e às atividades econômicas, é mais abertamente repressiva e discriminatória do que a lei civil. O fim principal da lei civil é regular as transações comerciais dentro da esfera da troca e tornar possível a reparação de abusos, obrigando as partes culpadas a respeitar seus contratos ou a indenizar sob a forma de dinheiro ou de serviços. Que a lei civil pode ser transformada, em caso de urgência, em instrumento de repressão de classe, é claramente ilustrado pela utilização de processos em custas e interesses contra os sindicatos, de expulsão contra os desempregados, etc. Mas a maior parte da lei civil tem como objetivo os negócios pessoais do negociante e os conflitos que surgem com outros negociantes na procura comum do lucro. O fim principal da lei criminal é a punição, punição de todo indivíduo cujos atos ameacem prejudicar "a paz, a ordem e a segurança do sistema social". Esses termos são muito elásticos. Mas toda a significação que possam adquirir é determinada pelos interesses que controlam os que fazem as leis bem como os que as interpretam e as fazem respeitar. De um ponto de vista formal, a lei criminal deve ser aplicada de uma forma igual aos membros de todas as classes. Na realidade, aplica-se-a de uma forma seletiva onde quer que um conflito de classe arrebente.

Mesmo onde não há influência seletiva na aplicação da lei criminal, uma punição para um mesmo crime recai com severidade desigual sobre os membros de classes econômicas diferentes. Onde existe a desigualdade social, a aplicação de toda lei — qualquer que seja a imparcialidade com que for aplicada — reflete, automaticamente, no grau e na natureza da punição, as diferentes divisões de classe. Por outras palavras, não pode haver nenhuma igualdade estrita diante da lei onde existe desigualdade social. Admiti, por exemplo, que, numa sociedade burguesa ideal, a lei seja aplicada imparcialmente de acordo com o texto — que a influência política e a corrupção financeira nenhuma influência tenham sobre a integridade do tribunal. A..., um operário, e B..., um banqueiro, são presos sob a acusação de homicídio. Uma vez que ambos são iguais, formalmente, perante a lei, é-lhes fixada a mesma fiança. A..., que não pode pagar a fiança, deve continuar preso até o dia do processo; B..., em virtude da sua condição econômica, é libertado vinte e quatro horas depois da sua prisão. Os dois homens são julgados. A... acha-se diante de um júri, que não é composto de gente da sua condição, mas de pessoas hostis ou indiferentes a ele e à sua classe toda; B... deve fazer face apenas a esses sentimentos misturados de admiração e de ressentimento que se apoderam da gente da classe média à vista dos que atingiram a mais alta escala social. A... depende, para sua absolvição, da habilidade de um advogado desconhecido e sem influência, nomeado fre-

qüentemente pelo tribunal; B... pode pagar os mais eminentes advogados do país e aumentar assim, enormemente, as probabilidades de sua absolvição. A cada passo do processo legal, — qualquer que seja a imparcialidade com que seja conduzido, — o operário não é punido apenas por causa do seu crime mas também por causa da sua pobreza. Nenhum emprêgo de consideração judiciária pode alterar esse facto porque êle decorre da natureza de classe desse sistema social do qual a lei é a expressão e não a causa. Na realidade, onde quer que a consideração judiciária seja introduzida, o trabalhador se acha numa situação ainda pior, pois a educação e a classe de origem dos juizes — para não falar no sistema da sua escolha — os conduzem, em conjunto, a aceitar seus preconceitos tradicionais e sua paixão de classe pela ordem e a segurança nos princípios básicos da justiça.

Em último lugar, as sanções que sustentam a lei criminal são as que sustentam toda a lei. As sanções sustentando toda a lei — o aparelho inteiro das forças repressivas do Estado — são parte integral do processo de produção. As forças do hábito da satisfação e da tradição não são suficientes para permitir à produção de continuar numa sociedade dividida em classes e os métodos educacionais têm seus limites. Cedo ou tarde, as necessidades e os interesses opostos das diferentes classes tornam-se perceptíveis à consciência e se traduzem pela ação. Qualquer que seja a maneira pela qual nossa filosofia procure dela sair, onde existem conflitos inarbitráveis de interesses, é a força que decide qual a reivindicação que deve prevalecer.

Podemos, agora, voltar à pergunta que nos serviu de ponto de partida. Qual é a doutrina essencial ao marxismo, no sentido de que possa ser utilizada como pedra de toque para a fidelidade ao seu pensamento? Se a análise acima é válida, pode-se afirmar categoricamente que é a teoria marxista do Estado que distingue o verdadeiro do falso marxista. Porque é a teoria do Estado que, em definitivo, está ligada à ação política imediata. A tentativa feita por marxistas "liberais" em todo o mundo — mesmo quando chamam a si mesmos de ortodoxos — de separar a ordem econômica existente do Estado existente, bem como sua crença de que o Estado existente pode ser utilizado como instrumento pelo qual o sistema econômico pode ser "gradualmente revolucionado" em capitalismo de Estado, devem ser consideradas como alterações fundamentais do marxismo. "Marxismo liberal" e "revolução gradual" são termos contraditórios. Segundo Marx, toda revolução social deve ser uma revolução política e toda revolução política deve ser dirigida contra o Estado. E' por isso que é mais correto considerar a social-democracia alemã mais como lassaliana do que como marxista.

Em parte alguma, Marx enunciou mais claramente a relação entre a revolução social e a revolução política do que na página final de sua *Miséria da Filosofia*, obra que contém a crítica do socialismo pequeno-burguês e de suas teorias de trabalhos públicos, moedas, oficinas cooperativas, crédito livre e teoria do Estado sem classes.

"...Após a queda da velha sociedade, haverá um novo domínio de classe compreendido num novo poder político? Não. A condição essencial

da emancipação da classe operária é a abolição de todas as classes, como a condição da emancipação do terceiro estado da ordem burguesa foi a abolição de toda hierarquia. "A classe operária substituirá, no correr do seu desenvolvimento, a velha ordem da sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo e não mais haverá poder político, a bem dizer, uma vez que o poder político é simplesmente a forma oficial do antagonismo de classes na sociedade civil. O antagonismo entre o proletariado e a burguesia é, entretanto, uma luta de classe contra classe, luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução completa. Haverá, aliás, de que se admirar, se uma sociedade, baseada no antagonismo de classes, levada em definitivo a um conflito *brutal*, tenha uma luta corpo a corpo como desenlace final? Não se diga que o movimento social exclue o movimento político. Jamais houve um movimento político que não fôsse, ao mesmo tempo, social. E' apenas numa ordem de coisas em que não haja mais classes e antagonismos de classes que as *evoluções sociais* deixarão de ser *revoluções políticas*. Até a véspera de cada reconstrução geral da sociedade, a última palavra será sempre da ciência social. A luta ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. E' assim que a questão é inevitavelmente colocada." (George Sand.) (Karl Marx — *A Miséria da Filosofia*.)

A crença no caráter de classe do Estado não é evidentemente um postulado teórico. Ela exige que se elaborem forças de ação concreta na luta contra o poder do Estado. A questão principal a decidir com relação a isso é a de saber que métodos e instituições são eficazes na luta pela conquista do poder político. Isso conduz a discutir a significação e a função da "ditadura do proletariado" na filosofia de Karl Marx.

PROFESSORES ESCLARECIDOS... — "Dan Gilbert afirma, à luz dos documentos, que professores de Economia Política da célebre Universidade de Colúmbia, e de outras igualmente afamadas, pregam abertamente o comunismo e insistem na necessidade de uma "ação direta" do proletariado. Deve êste "levantar-se com todo o seu poder e arrebatar os instrumentos de produção das mãos de seus opressores, a fim de instaurar o Estado socialista". (Citação feita no artigo do jesuíta Arlindo Vieira, sob o título *O comunismo nas universidades americanas*", no *Correio da Manhã* de 28-8-1946).

A GREVE — A greve é muito difícil e dolorosa, causa muitos prejuízos e sofrimento a quem dela usa. A greve, portanto, não deve ser considerada como elemento de perturbação da ordem, mas como último e extremo recurso na defesa dos direitos da classe operária, quando todos os outros forem esgotados para obtenção de suas reivindicações. (Caires de Brito — *Diário da Assembléa* — 19-5-1946.)

Questões de História

OS CAMPONESES NA ALEMANHA

Na Alemanha, sobretudo depois da guerra dos Trinta Anos, foi que os proprietários se puseram a expropriar seus camponeses à força. Este processo, que provocou mais de uma revolta (das quais uma das últimas rebentou ainda em 1790, na Saxônia Eleitoral), infestava principalmente a Alemanha oriental. Na maior parte das províncias da Prússia, propriamente dita, Frederico II foi o primeiro a proteger os camponeses contra estas emprêsas. Depois da conquista da Silésia, êle obrigou os proprietários de terras a restabelecer as choças e granjas que êles tinham demolido e a fornecer aos camponeses o gado e utensílios agrícolas. Êle tinha necessidade de soldados para seu exército e de contribuintes para seu tesouro. De resto, é preciso não supor que os camponeses levavam uma vida agradável sob o seu regime, mescla de despotismo militar, de burocracia, de feudalismo e de exação financeira. Leia-se, por exemplo, a seguinte passagem tirada de seu admirador, o grande Mirabeau: "O linho, diz êle, constitui uma das grandes riquezas do cultivador no norte da Alemanha. Infelizmente, para a espécie humana, isto é apenas um recurso contra a miséria e não um meio de bem-estar. Os impostos diretos, os encargos, as servidões de todo gênero, esmagam o cultivador alemão, que paga ainda impostos indiretos em tudo o que êle compra... e, para cúmulo da ruína, êle não se atreve a vender seus produtos onde e como êle quer; êle não ousa comprar aquilo de que tem necessidade aos comerciantes que lhe poderiam vender mais barato. Tôdas estas coisas o arruinam insensivelmente e êle se encontra em condições de não poder pagar os impostos diretos em seus vencimentos sem recorrer ao trabalho da fiiação; esta lhe oferece um recurso, ocupando útilmente sua mulher, seus filhos, seus serventes e a si próprio; mas que penosa vida levam, mesmo ajudados por êste recurso!

No verão, êle deita-se às nove e levanta-se às duas, para concluir os seus trabalhos; no inverno, deveria recuperar as fôrças com um maior repouso, mas faltar-lhe-ia o trigo para o pão e as sementes se êle consumisse os produtos que precisava vender para pagar os impostos. E' preciso, pois, fiar para suprir esta falta...; e é necessário fazê-lo com maior assiduidade. Assim é que, no inverno, o camponês deita-se à meia-noite ou à uma hora e levanta-se às cinco ou às seis, ou, então, deita-se às nove para levantar-se às duas; e isto todos os dias de sua vida, com exceção dos domingos. Êste excesso de vigília e de trabalho gasta a natureza humana e daí provém que os homens e as mulheres envelhecem muito mais cedo nos campos do que nas cidades". (Mirabeau, I, c., t. III, págs. 212 e seguintes.) (Marx — *A expropriação da população primitiva* — "in" *A origem do Capital* — págs. 49-50 — Ed. Guairá Ltda.)

BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Penant

*CAPÍTULO SEGUNDO

TRANSFORMISMO E MATERIALISMO

Êle (o homem) age, em relação à matéria natural, como uma força natural.

K. Marx, *O Capital*, t. II, p. 4 (Ed. Costes).

A filosofia marxista é materialista. Deve-se entender daí, simplesmente, que ela afirma, categoricamente, a realidade de um mundo exterior, do qual depende toda atividade psíquica, ao passo que a recíproca não é verdadeira. Dessa realidade, o conhecimento humano pouco a pouco se apodera, não a contemplando, mas agindo sobre ela, individualmente e, sobretudo, socialmente. Esta ação é possível pelo facto de que o próprio homem faz parte da natureza, dela provém. Em tal sentido, a origem animal do homem é elemento indispensável da teoria materialista do conhecimento.

Lamarck hesitara diante dessa consequência principal do transformismo. Darwin ousou afirmar que o homem provinha da evolução biológica. Depois de polêmicas furiosas, essa opinião impôs-se nos meios eruditos, mesmo nos religiosos, onde não é mais contestada. Vialleton, entretanto, no livro já citado, consagra cinquenta páginas à tentativa de demonstrar que o homem foi criado especialmente, que é, em suma, um "tipo formal" à parte e o coroamento da criação. "Animal erecto e bimano, dotado de linguagem e de razão", repete, incessantemente, para exprimir o que lhe parece distinguir, de modo irredutível, o homem dos outros animais.

Tais afirmações ainda encontram crédito nos meios mal informados. Por outro lado, os biólogos religiosos, admitindo, em geral, que o homem seja, fisicamente, um animal, exigem que êle haja sido dotado de uma alma especial. Outros biólogos, enfim, hesitam diante de tôdas as consequências psicológicas e sociais, que a origem animal do homem acarreta, ou não as vêem com clareza. Daí muitos problemas, que teremos de examinar sucessivamente.

Comparação do homem e dos antropóides atuais

Não há dúvida que os animais atuais mais semelhantes ao homem são os grandes macacos, desprovidos de cauda, que se chamam antropóides:

gorila e chimpanzé da África, orango-tango da Malásia, diversas espécies de gibões da Indo-Malásia. Entre eles e o homem, evidentemente — também há diferenças em que Vialleton insiste muito e que cumpre apreciar.

Dão-nos, como caráter distintivo do homem, que ele tem duas mãos, subentendendo que os macacos têm quatro. E' verdade que o grande artelho dos macacos se pode opôr aos demais e o pé deles é preensil qual uma mão. Mas não deixa, por isto, de ser um pé bem caracterizado, absolutamente comparável a um pé de homem, pela anatomia dos seus ossos e dos seus músculos, e muito diferente de uma mão: tem, por exemplo, os dois grandes ossos, astrágalo e calcâneo, que existem no tornozelo e não no punho. Quanto à oposição do grande artelho, é importante do ponto de vista das funções, porém muito menos do ponto de vista anômico. Há homens e raças humanas que também a apresentam de modo mais ou menos nítido.

O outro caráter físico essencial que Vialleton nos dá é a bipédia. E' exato que os gorilas, os orangotangos e os chimpanzés, quando se erguem, não o fazem completamente como o homem, mas apoiam-se, levemente, no dorso das mãos. E' exato também que, nêles, o pé se firma sobre o bordo externo e não sobre a planta. Os gibões, todavia, andam muito tesos sobre a planta, com os braços pendentes, e a atitude lhes é muito humana. Até macacos muito inferiores — ou, antes, lêmures — os indris, têm bipedia perfeita e correm com os braços levantados por cima da cabeça.

Nem a bipedia nem a bimanha têm, pois, a importância decisiva que Vialleton lhes quer atribuir. Isto não quer dizer que não haja no homem particularidades anatômicas: músculos da perna mais fortes, bacia mais larga, coluna vertebral de curvatura mais complicada, que permite ao tronco se manter mais teso; rosto menos alongado, cabeça melhor equilibrada sobre a coluna vertebral, o que acarreta ligeiras diferenças na conformação do crânio e das vértebras superiores.

Comparado com os antropoides, o homem tem a cavidade craniana maior e também o pêso do cérebro muito maior, em relação ao pêso do corpo. Esse facto, muito importante porque é um dos elementos que explicam as faculdades psíquicas do homem, relaciona-se, talvez, com a força menor dos músculos mastigadores, os quais comprimem menos o crânio, no curso do desenvolvimento. Essa força menor, por sua vez, talvez tenha relação com o uso extenso das mãos, que diminui o trabalho das mandíbulas.

A mandíbula dos antropoides difere da do homem pela ausência de mento e por outros caracteres. Seus dentes são no mesmo número que os dentes humanos e aparecem na mesma ordem, tanto na dentição de leite, quanto na de substituição. Assemelham-se também muito àqueles, mas os especialistas distinguem-nos facilmente. Todos sabem que os caninos dos antropoides são mais ou menos salientes, em gancho.

Essas diferenças tôdas não são muito grandes. Seriam menores ainda, se a comparação fôsse feita com os macacos jovens, que têm, por exemplo, o rosto muito menos saliente. As semelhanças são, aliás, con-

firmadas pelos caracteres fisiológicos. O fluxo sanguíneo menstrual é fenômeno especial às mulheres e às fêmeas antropoides, excluídos os outros macacos. Certas reações, que só dão resultado entre sangues de animais da mesma espécie ou de espécies próximas, obtêm-se entre o do homem e o dos antropoides, melhor que entre este último e o de outros macacos (1). Em conjunto, deixando de lado, por enquanto, as diferenças sociais e psíquicas, formulam-se, bem exatamente, as semelhanças e as diferenças biológicas, admitindo que o homem, de um lado, os gibões, de outro, e, finalmente, o grupo dos gorilas, orango-tangos e chimpanzés, constituem, na atual natureza, três famílias equivalentes de antropoides.

Dados paleontológicos sobre a origem do homem

Em linguagem transformista, isto significa que o homem é aparentado com os antropoides atuais, mas que não se pode cogitar de fazê-lo descender de um deles. Neste particular, não é possível admitir a fórmula em demasia simples: "O homem descende do macaco". E' no passado geológico que lhes cumpre buscar antepassados comuns.

Ora, os primeiros antropoides conhecidos foram encontrados no meio dos terrenos terciários e remontam, pois, a cerca de dois ou três milhões de anos. Alguns deles lembram de perto os gibões, mas existem também antropoides um pouco mais recentes, aos quais se deram os nomes de sivapiteco e neopiteco e que uns tantos caracteres aproximam do homem, na estrutura dos molares particularmente. Descobriram-se até, em 1925, na África do Sul os restos de um jovem antropoide, o australopiteco, cujo crânio é notável pelas dimensões do cérebro, pela posição do nariz em relação às órbitas e por outras particularidades que lembram o homem. Esses restos, infelizmente, não têm data geológica.

Na era quaternária, conhecem-se fósseis mais humanos. O mais antigo é o pitecantropo, encontrado em Java, em 1890, nas camadas mais recentes da era quaternária inferior. Encontraram-se dele um fêmur de tipo humano, que indica bipedia perfeita, dentes que evocam, ao mesmo tempo, os do orango-tango e os do homem, enfim, uma abóbada craniana, intermediária entre a do gibão e a do homem, tanto por sua forma quanto pelos vestígios das circunvoluções cerebrais.

A partir de 1927, descobriram-se, perto de Pequim, cerca de 25 crânios de um ser muito próximo do precedente e um pouco mais recente (início da era quaternária média), o sinantropo. No conjunto, o crânio é nitidamente humano, com alguns pormenores simiescos, mas a mandíbula, desprovida de mento, assemelha-se à de um chimpanzé, e os dentes, ao contrário, são muito comparáveis aos do homem, com um canino quase nada saliente e um último molar reduzido.

(1) Se por exemplo, se injetar soro de chimpanzé num coelho, o sangue dêste último se modificará de modo a dar turvação com o soro de chimpanzé, com o de outros antropoides e com o do homem, mas não com o de outros macacos.

Em 1912, acharam-se, na Inglaterra, em Piltdown, alguns despojos de um antropoide, que se denominou eoantropo. Os restos do crânio são comparáveis aos do homem atual, mas a mandíbula e os dentes assemelham-se aos de um chimpanzé. Outro achado análogo, feito em Piltdown, em 1917, leva a admitir que esses restos pertencessem, realmente, a um mesmo ser. A discordância entre o crânio e a face não é, aliás, mais extraordinária que a observada, mais tarde, no sinantropo. O eoantropo parece ter vivido também em Saxe, onde se encontraram dois dentes seus.

Assim como o eoantropo, o homem de Heidelberg, descoberto em 1908, vivia na era quaternária média. Só se lhe conhece uma mandíbula, que é, nitidamente, simiana, porém com dentes humanos: o canino nem ultrapassa os outros dentes.

Vem, a seguir, em fins do período quaternário médio, o homem de Neanderthal, a melhor conhecida das espécies humanas extintas. A contar de 1856, descobriram-se uns quarenta esqueletos dele, mais ou menos completos, do sul da Inglaterra à Palestina, do Cáucaso à Espanha e até na África do Sul. Os indivíduos sul-africanos, os mais recentes, devem ter sido contemporâneos do homem atual, ao passo que os de Ehringsdorf, os mais antigos, eram quasi coevos do homem de Heidelberg.

Os weanderthalianos eram baixos e não tinham mais de 1,55 m. A forma dos fêmures e das tíbias indica que andavam de pernas dobradas. O grande artelho era oponível e o pé tocava, provavelmente, o solo pelo bordo externo. A face muito desenvolvida, a conformação do crânio e a das vértebras superiores mostram que o pescoço era curvado para diante. Os dentes são muito humanos, porém a mandíbula tem muitos caracteres simianos. O crânio, achatado e provido de enormes orlas ósseas acima das órbitas, tinha uma cavidade relativamente grande. As circunvoluções cerebrais, mais marcadas que as dos antropoides, eram no menos que as dos homens atuais. Os caracteres variam um pouco, de uma jazida para outra, nas proporções do crânio, na extensão das saliências ósseas, nas minúcias de estrutura dos dentes, etc.. Deviam existir várias raças e as mais orientais, principalmente na mocidade, não diferem muito de certas raças, atuais ou extintas, do homem recente — da raça australiana, por exemplo.

A espécie humana atual, *Homo sapiens*, só é conhecida desde o início da era quaternária superior, o que não quer dizer que não haja existido antes. Desde essa época, a espécie era subdividida em raças diversas, que, na França, por exemplo, viviam lado a lado. Para citar, apenas, alguns exemplos, os homens da gruta de Grimaldi são muito próximos dos bosquimanos sul-africanos atuais e, mais geralmente, dos negroides. Os de Cro-Magnon, um pouquinho só mais tardios, são aparentados com as raças atuais chamadas caucásicas e, mais especialmente, com os bascos. Os de Chancelade são amarelos muito próximos dos esquimós. Desde então, os tipos humanos têm variado pouco, em suma.

Posto de lado o homem de Neanderthal e, naturalmente, o homem atual, nenhum dos seres fósseis que se acabam de estudar era conhecido ao tempo de Darwin. E' o mesmo que dizer que as descobertas recentes

têm confirmado, admiravelmente, os pontos de vista darwinianos sobre a origem animal do homem e essa base do marxismo se acha mais sólida do que nunca. A série de transições ainda apresenta, no entanto, lacunas, a maior das quais separa o sivapiteco ou o australopiteco e o pitecantropo. Essas lacunas, porém, em comparação com as que oferecem tôdas as séries de descendência, se reduzem, de ano para ano, por novas descobertas.

Do mesmo modo que, em relação aos outros grupos de seres vivos, a série dos intermediários não se estabelece em linha reta. Não há aperfeiçoamento gradual numa mesma direção, como se, de um macaco, uma inteligência superior houvesse querido fazer um homem. E' por caracteres diversos que o pitecantropo, o sinantropo, o eoantropo e o homem de Heidelberg anunciam o homem de Neanderthal e a espécie atual. Se lhes imaginássemos a árvore genealógica, teríamos de lhe dar forma emaranhada, com ramos que se extinguiriam mais cedo ou mais tarde, enquanto um só se prolongaria até hoje. A êste respeito, a evolução humana não difere das outras.

Outra conclusão importante: se, conforme os próprios anti-transformistas nos induzem, definirmos o homem por suas capacidades psíquicas, houve várias espécies e até vários gêneros de homens, dado que o homem de Neanderthal, o de Heidelberg, o eoantropo, o sinantropo, todos foram encontrados com resto de fogo ou com ferramentas que atestam essas capacidades psíquicas.

Finalmente, a origem do homem é, relativamente, recente. O pitecantropo não remonta, no máximo, sinão a 200.000 anos. Mesmo que fôssemos até o sivapiteco, só chegaríamos a um ou dois milhões de anos, período ínfimo em relação aos milhões de séculos que durou a história do mundo terrestre. Destas conclusões científicas, Plerránov e, depois, Lênin tiraram argumentação contra certos filósofos idealistas extremistas, que consideram estar tôda a realidade no pensamento: o pensamento humano, com efeito, aparece, ao contrário, como produto tardio da evolução do mundo. Basta, contudo, quanto a isto, fazer remissão ao próprio Lênin (2), contando, a mais, com

a convicção instintiva, inconsciente, difusa, filosoficamente intuitiva, própria à imensa maioria dos naturalistas, da realidade objetiva do universo exterior refletido pela nossa consciência.

INFORMAÇÕES SOBRE ALGUNS TERMOS E NOMES CIENTÍFICOS E DE AUTORES REFERIDOS NESTE TRABALHO

ANTROPOIDE — Que tem semelhança com a forma do homem. Diz-se dos macacos próximos do homem, de acôrdo com a teoria evolucionista. São seus tipos o gorila, o chimpanzé, o gibão e o orangotango.

(2) Lênin, *Materialismo e Empirocriticismo*, p. 303.

Divulgação Marxista, n.º 13 — Rio, 10-1-1947

ASTRÁGALO — Osso do tarso, que se compõe de 7, no tornozelo.
AURIGNACIANO — O período mais antigo do paleolítico superior, compreendido entre o musteriano e o solutriano.

AUSTRALOPITECO — Gênero de macaco fóssil da era terciária, bastante próximo do homem.

BIMANIA — Refere-se aos animais que têm 2 mãos. Os *bimanos* constituem a ordem da classe dos mamíferos que se distinguem por ter 2 mãos: a espécie humana.

BIPEDIA — Refere-se ao caráter do animal que anda à custa de 2 pés.

CALCÂNEO — Um dos ossos do tarso, do tornozelo; é ele que constitui o calcanhar.

EOANTROPO — Gênero muito próximo do homem; sinônimo de homem Piltown.

GIBÃO — É uma espécie de macaco antropoide.

INDRIS — Espécie de lêmur.

LAMARCK (Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, cavalheiro de) (1744-1829). Naturalista francês. Sua primeira obra, *A flora francesa* (1778), abriu-lhe as portas da Academia. Publicou, a seguir, a *Enciclopédia botânica e a Ilustração dos gêneros* (1783-1817). Em sua *Filosofia zoológica* (1809) e em sua *História dos animais invertebrados*, lançou as bases do transformismo, segundo o qual as espécies descendem umas das outras por adaptação ao meio e por hereditariedade.

LÊMUR — Grupo de mamíferos, próximo dos macacos, porém mais primitivo em sua estrutura.

MENTO — A porção anterior e interior da face, vulgarmente: queixo.

PITECANTROPO — Ser fóssil, que data do início da era quaternária e intermediário entre os macacos e os homens.

SECUNDÁRIA — Diz-se da era geológica que sucedeu à era primária e precedeu à era terciária.

SINANTROPO — Ser fóssil próximo do pitecantropo e recentemente descoberto na China.

SIVAPITECO — Gênero de macacos fósseis da era terciária.

TRANSFORMISMO — Doutrina da transformação dos seres vivos; sustenta que as atuais formas vegetais e animais são resultado de um longo processo histórico-natural de umas tantas formas anteriormente existentes e diferentes daquelas. O transformismo é uma doutrina que se opõe a idéia metafísica da imutabilidade dos seres vivos e da ausência de evolução na natureza. O transformismo passou a ter uma fundamentação positiva com as doutrinas de Darwin.

Que Dizem Nossos Jornais

ALIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO

Ainda há pouco, um técnico em estatística, o Sr. Virgílio Gualberto, elaborou, para a Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Constituinte, um estudo metucioso e profundo sobre a alimentação do povo brasileiro, chegando a conclusões originais e de indisfarçável gravidade.

Tomando os dados relativos aos 13 primeiros gêneros alimentícios consumidos no país, verificou que, nos períodos quinquenais de 1925 a 1944, o consumo *per capita* vem aumentando. Mas, calculando o índice de diversificação desse consumo, nos citados períodos, apurou que o mesmo se mantém inalterado, em 1925-29 e em 1930-34, tendo mesmo subido ligeiramente em 1935-39; baixa acentuadamente, no entanto, em 1940 a 1944, o que indica uma concentração, de modo inconveniente, no período da guerra. Na verdade, o aumento quantitativo anteriormente referido perde sua significação quando se sabe que se deu apenas por elevação do consumo de arroz, farinha de mandioca, batata, banana, laranja e açúcar, ocorrendo, por outro lado, redução de 22 % no consumo de carne, 20 % no da banha e 8 % no de feijão.

É freqüente atribuir-se à falta de educação alimentar do nosso povo a precariedade de sua nutrição. O que as estatísticas demonstram, porém, é que o fenômeno é, concomitantemente, de responsabilidade da baixa produção, apenas suficiente para satisfazer a também baixa demanda correspondente.

Sabido que os mercados externos não chegam a absorver mais de 15 % da produção de qualquer dos principais alimentos nacionais, é evidente que a menor perturbação nos meios produtores afeta, nas mesmas proporções, o consumo interno. Acresce que um dos gêneros de maior consumo, a farinha de trigo, depende, em mais de 80 %, de fontes produtoras externas.

Perturbação houve, causada pela política inflacionista do Estado Novo e de sua economia mal dirigida, e de tal ordem que — tomamos agora a afirmação ao autor do estudo em questão — “mesmo que se paralize a exportação de gêneros alimentícios para o exterior, as quantidades daí provenientes, lançadas no mercado interno, não serão suficientes para melhorar as nossas condições alimentares”.

A Sub-Comissão de Alimentação da aludida comissão parlamentar, aliás designada logo nos primeiros dias de funcionamento da Assembléia Constituinte a requerimento da bancada udenista, cuidou de estimar quais os acréscimos imediatos de produção que seriam requeridos, fôsse para manter o deficiente consumo *per capita* apurado em 1942, fôsse para elevar, ao nível das condições verificadas no sul, a situação alimentar das demais regiões.

E o parecer do assessor técnico foi:

"Confrontadas as quantidades necessárias ao abastecimento do país, com a produção, verificamos que, no caso de desejar-se melhorar as condições alimentares das regiões norte, nordeste, este e centro-oeste, ou, seja, de cêrca de 30 milhões de brasileiros, nas condições sugeridas pela hipótese B, a produção dos vários gêneros deveria ser incrementada nas seguintes proporções: arroz em 35 %, batata em 84 %, cebola em 15 %, laranja em 54 %, açúcar em 36 %, banha em 67 %, carne em 15 %, farinha de trigo em 81 %, manteiga em 5 %."

Eis, aí, um quadro de sombria eloquência, pois cumpre ainda notar que as regiões que se encontram em *deficit* de produção dos gêneros essenciais ao seu consumo são exatamente as de menor poder aquisitivo.

(Diário de Notícias, 16-7-946).

O CAPITALISMO INCAPAZ

WASHINGTON, 7 (A.P.) — O Sr. J. Edgard Hoover, diretor do Bureau Federal de Investigação, declarou, em entrevista, que a nação "está enfrentando um exército potencial de seis milhões de criminosos e uma onda crescente de gente fora da lei que, sem cessar, alimenta as fileiras de criminosos com novos recrutas. Nossos lares e nossas vidas estão sendo ameaçados por êste grande exército. A lei vê-se diante de uma das maiores tarefas. Êste ano, o aumento de crimes é, até agora, maior do que o aumento de 12,4 por cento verificado em 1945. Em cada 20,1 segundos do ano passado era cometido um crime sério e em cada 6,4 minutos alguém era raptado violentamente, assaltado ou morto".

O Sr. Hoover atribuiu essa onda de crimes ao "abandono da moral, ao afrouxamento do contrôle paternal, aos baixos padrões morais, às condições social e econômica e à má administração do sistema penal".

Acentuou o afrouxamento do contrôle paternal, dizendo que "a falta dos interesses fundamentais do matrimônio na própria educação das crianças é uma das causas que contribuem para a delinqüência. Devemos erradicar a causa dos crimes em suas raízes. Os pequenos crimes geralmente precedem os grandes crimes. Muitas vêzes os pequenos crimes são perpetrados por jovens ainda presumivelmente sob a influência do lar. Cada lar norte-americano deve tornar-se um santuário de boa cidadania e não, como em muitos exemplos, uma fábrica de criminosos... E' necessário que tornemos a lembrar que a verdade, a justiça e a paz são os alicerces da democracia. A menos que isso seja feito, não poderemos reduzir ao mínimo o número de crimes". (Dos jornais de 8-7-946.)

● ●

UM ABSURDO — Pretender que os capitais financeiro e monopolista abram mão do único propósito que os criou — exploração das massas — é pretender que êles se suicidem. E isso é um absurdo.

Pequeno Dicionário Marxista

STRUVE (Piotr Bernardovitch) — (nascido em 1870). Publicista russo. Por volta de 1890, tornou-se social-democrata. Foi o principal representante do chamado "marxismo legal" e colaborador e redator de certo numero de órgãos marxistas legais: *Nóvoie Slóvo*, *Natchálo* e *Jizn*. Já no seu primeiro livro, *Observações críticas*, publicado em 1894, declarou que não subscrevia todas as concepções de Marx, — embora nele analisasse e criticasse as concepções do *populismo*, assinalando o desenvolvimento do capitalismo russo. Em suas obras posteriores, esforçou-se, sob o pretexto de uma "análise crítica" de Marx, por substituir as ideias revolucionárias do marxismo pela teoria da colaboração das classes, do desenvolvimento pacífico para o socialismo, etc. Sempre foi adversário da filosofia marxista (do materialismo dialético). Struve criticou a teoria geral do marxismo e, particularmente, as suas premissas filosóficas, procurou demonstrar o "embotamento" crescente das contradições sociais, negou a inevitabilidade e a necessidade da revolução social e da ditadura do proletariado. Uma crítica das opiniões revisionistas de Struve acha-se contida na *Crítica do nosso crítico* de Plerránov. (*Zariá*, ns. 1, 2-3, 4). Tomou parte no Congresso Socialista de Londres, em 1896. Em 1898, fez parte do Primeiro Congresso do Partido Social-Democrata Russo, celebrado em Minsk, tendo sido autor do manifesto adotado pelo partido. Em princípios do ano de 1901, tratou, na qualidade de representante da "oposição democrática", com os representantes da *Iskra*, sobre

a formação de um bloco. Colaborou nos primeiros numeros da *Iskra*; rompeu, todavia, logo a seguir, completamente, com o marxismo e com a social-democracia e passou para o campo dos liberais. Foi feito chefe da organização liberal "Soiús Osvo-bojdienie" (União da Emancipação) (1902-1905). Desde a fundação do partido dos Kadetes, pertenceu ao respectivo C. C. Depois da derrota da revolução, em 1905, foi feito chefe da ala extrema direita dos liberais. Em 1909, colaborou no periodico místico-reacionario *Vierri* (*O Sinal*). Durante a guerra civil, fez parte do governo de Denikin. Foi, ulteriormente, ministro de Vrangél. Emigrado, dirigiu o jornal *Russkaia Misl* (*O pensamento russo*), que congregou à sua volta os Kadetes direitistas e os monarquistas. Lênin foi o primeiro a criticar as concepções de Struve, em sua obra *O conteúdo economico do populismo* (*narodnitchestvo*) e a crítica desse ultimo na obra de Struve (vide vol. I). Em 1925-1927, foi diretor da folha monarquista *Vozroj-dienie* (*Renascimento*), em Paris. Lutou ativamente contra o Poder Soviético.

SVERDLÓV (Iácov Mirráilovitch) — (1885-1919). Eminente estadista da Russia Sovietica, foi o primeiro Presidente do Comité Executivo Central Pan-Russo dos Soviets de Deputados Operarios e Camponeses e um dos principais organizadores do Partido Bolchevique. Filho de um gravador, Sverdolv nasceu no dia 4 de junho de 1885, em Nijni-Novgorod (atualmente, cidade de Gorki).

Desde sua juventude, ligou o destino à luta revolucionária contra a autocracia despotica e com apenas 17 anos de idade foi preso por ter participado de uma demonstração politica em Nijni-Novgorod. Sverdlov, influenciado por seu irmão Zinovi, que era filho adotivo de Gorki, ingressou no Partido Bolchevique desde o inicio de sua atividade revolucionaria e tornou-se um de seus mais energicos organizadores, agitadores e propagandistas. Foi extremamente ativo entre os operarios de Nijni-Novgorod e de outras cidades das margens do Volga. A primeira Revolução Russa de 1905 encontrou Sverdlov trabalhando nos Urais, o grande centro industrial da Russia, onde se tornou lider dos operarios. Depois da Revolução ter sido dominada, Sverdlov foi preso e encarcerado no presidio de Perm por mais de tres anos. Quando foi solto, em 1909, rumou para Moscou, onde mais uma vez se lançou ardentemente na luta. Mas a atividade de Sverdlov em Moscou foi novamente interrompida por prisão. Esta vez, porém, o governo tsarista desterrou-o para o extremo norte do país, para o Território de Narim. Varios meses depois, contudo, no verão de 1910, fugiu para São Petersburgo e outra vez mergulhou a fundo no trabalho revolucionario. Em novembro do mesmo ano, foi mais uma vez preso e, depois de ficar por algum tempo numa prisão de São Petersburgo, foi exilado, no verão de 1911, para Maximkin Iar, a mais distante localidade do Território de Narim. Sverdlov era homem de grande erudição. Estudara economia politica, historia e filosofia. Gostava imensamente de literatura e dominava perfeitamente diversas linguas. Em Maximkin Iar, instruiu um grupo de mulheres e preparou-as para a profissão de professor. Prestou também assistencia me-

dica aos habitantes locais. Durante o seu periodo de exilio no Território de Tururransk, situado alem do Circulo Polar, não somente ensinou os seus camaradas, como também dirigiu regularmente as observações meteorologicas do observatorio local. Escreveu uma serie de interessantes artigos sobre o Território de Tururransk, que foram publicados em jornais siberianos, bem como no *Vestnik Evrope* (O Arauto da Europa). Nada era capaz de quebrantar sua inexaurível energia. "Espero retornar à vida livre, vivo no mais amplo sentido do termo", escreveu para sua mulher. Por ocasião da VI Conferencia Pan-Russa do Partido, realizada em Praga, em 1912, Sverdlov, juntamente com Stálin, foi eleito para o Comité Central Bolchevique, apesar de ausente, pois estava então cumprindo pena de exilio. Depois de escapar do exilio, em fevereiro de 1913, Sverdlov foi outra vez preso e enviado para Tururransk, onde se encontrava Stálin, nessa epoca. Lá permaneceram ambos, até que a Revolução de Fevereiro de 1917 pôs fim ao seu exilio. Na Revolução, Sverdlov foi imediatamente aclamado lider das massas. Conhecia bem a Russia e amava-a apaixonadamente. Petrogrado, Moscou, Nijni-Novgorod, Kazan, Saratov, Iaroslavl, Kostroma, Ekaterineburgo, Perm, todas recordavam-se desse soldado de aço da Revolução, desse organizador de forças, dessa inesgotável fonte de energia. Ganhara, conforme a expressão de Lénin, "sem a menor duvida, incontestável autoridade". Na Conferencia do Partido de abril de 1917, Sverdlov foi novamente eleito membro do Comité Central do Partido Bolchevique. Daí para diante, até o dia de sua morte, esteve com Lénin e Stálin no leme da Revolução. A vitoria da Grande Revolução Socialista de Outubro colocou

Sverdlov no posto de Presidente do Comité Executivo Central dos Soviets Pan-Russos. Empreendeu a tremenda e complexa tarefa de construir o novo Estado Sovietico.. Não havia precedente em que se apoiar nessa construção; tudo era novo. Mas, sob a direção de Lénin e Stálin, Sverdlov esboçou a estrutura do Estado Sovietico de tal modo que garantiu sua segurança e estabilidade. Dedicou muita energia e muito esforço à causa da organização da defesa da jovem Republica, à causa da criação e fortalecimento do Exército Vermelho. Em março de 1919, durante uma pequena excursão à Ucraina, Sverdlov foi atacado pela pneumonia. Tinha apenas 34 anos de idade, mas sua constituição, minada pelas prisões, pelo exilio e pelo trabalho intensivo, não estava em condições de travar batalha com a grave enfermidade. A 16 de março de 1919, respirou pela ultima vez. Diante do tumulto de Sverdlov, Lénin referiu-se às excepcionais qualidades que ele havia manifestado, à sua excepcional capacidade como organizador, na qual se refletia o grande poder criador das massas. Descrevendo Sverdlov, Stálin exprimiu-se do seguinte modo: "Organizador até a medula dos ossos, organizador por natureza, por habito, por experiencia revolucionaria, pelos sentimentos, organizador em sua mais intensa atividade: eis o que foi J. M. Sverdlov". A vida e a atividade de Sverdlov são exemplo brilhante e instrutivo de serviço honesto prestado ao povo; põem bem claro por que os bolcheviques puderam grangear a ilimitada confiança do povo. Sverdlov entrou na Historia como criador de uma nova vida, campeão da liberdade e da democracia. Na terra sovietica, Sverdlov é lembrado e amado como um dos solidos chefes da escola de Lénin e Stálin. O grande centro regio-

nal de industria dos Urais, outrora chamado Ekaterineburgo, tem agora o nome de Sverdlov. Os restos mortais de Jacob Sverdlov jazem na Praça Vermelha, proximos do Mausoléu de Lénin.

TCHERNÓV (Victor Mirráilovitch) — (nascido em 1876). Escritor e politico russo, discipulo de N. K. Mirrailovski. Iniciou a sua atividade politica em 1893. Foi um dos fundadores do partido pequeno-burguês "Partido Social-Revolucionario", do qual era o chefe e teorico. Dirigiu o órgão do Partido *Revolutsionaria Rúskaia* (A Russia Revolucionaria). Em 1899, emigrou para o estrangeiro, onde foi, continuamente, membro do comité central e redator-chefe do órgão central do seu partido; colaborou no periodico mensal *Rússoie Bogastvo* (A Riqueza Russa), órgão dos *narodniki* (populistas). Nesta ultima, publicou uma serie de artigos em que procurava demonstrar a falsidade da teoria marxista do desenvolvimento da agricultura, que deram lugar a uma replica de Lénin em seu trabalho sobre a questão agraria. Por ocasião da guerra mundial, Tchernóv oscilou constantemente entre o social-chovinismo e o internacionalismo. Em 1917, foi Ministro da Agricultura do governo de Keriénski, e em janeiro de 1918, presidente da Constituinte. Após a Revolução de Outubro, favoreceu ativamente todos os esforços pela restauração do regime burguês na Russia, como inimigo que foi do Poder Sovietico. Tornou-se, afinal, o chefe dos lamentaveis sobreviventes dos emigrados "socialistas-revolucionarios de direita". Membro da Segunda Internacional e apostolo do socialismo "construtivo" inglês pequeno-burguês. De conformidade com a composição heterogenea de seu partido, onde se encontram elementos pertencen-

centes às mais diversas camadas sociais, e ainda com a sua política oportunista, a filosofia de Tchernóv é um modelo de mistura eclética, onde entram as ideias das "mais modernas", mais diferentes escolas filosóficas burguesas. Tchernóv tentou dar uma base filosófica à "sociologia subjetiva" de Mirrailovski, que, de acordo com o método realista dos intelectuais apresenta a evolução social como obra de "indivíduos dotados de espírito crítico". E Tchernóv o fez, introduzindo tanto as teorias empiro-criticistas, como as neo-kantistas e positivistas. Ao mesmo tempo em que namorava a doutrina econômica de Marx, combatia da maneira mais violenta o materialismo histórico, inclusive a teoria da luta de classes. Seus artigos filosóficos foram publicados na coleção intitulada *Estudos filosóficos e sociológicos*, (em russo; Moscou, 1907). A maior parte de seus trabalhos referem-se ao problema agrário e a questões de atualidade política.

TROTSKI (Leon D.) — (1879-1940). Filho de camponeses, nascido na província de Rerson, educado em Nikolaiev e Odessa. Social-democrata. Iniciou a sua atividade revolucionária em Nikolaiev. Trabalhou na Liga Operária do Sul da Rússia; foi preso em 1898 e, desterrado pelo governo de Moscou, fugiu então para o estrangeiro. Em 1903, tomou parte na segunda reunião do Partido, como delegado da Liga Siberiana; depois da reunião, trabalhou junto com os mencheviques; foi colaborador da *Iskra*. Em agosto de 1904, publicou, sob a direção da *Iskra* menchevique, a brochura *Os nossos problemas políticos*, na qual criticava a atividade da "velha" *Iskra*, dirigida por Lênin. Nessa brochura, atribue a Lênin o desejo de estabelecer uma "ditadura sobre o proletariado". Já nas vespe-

ras da revolução de 1905, Trotski deu uma apreciação contra-revolucionária da ditadura jacobina. Falou sobre a "loucura dos jacobinos", sobre a "utopia" do terror revolucionário e sobre a guilhotina como "a arma mecânica de suicídio político". Durante a revolução de 1905, Trotski trabalhou em São Petersburgo. Foi adepto da teoria de Parvus, da revolução permanente. Depois da formação do conselho operário petersburguês, fez parte do respectivo comitê executivo; foi, ulteriormente, presidente do conselho operário. Quando do encarceramento do conselho operário petersburguês, Trotski foi desterrado por toda a vida, para a Sibéria. Fugiu, porém, no meio do caminho, e tomou parte na reunião de Londres. Viveu, depois, em Londres, e esteve aí à testa do grupo que manifestava, através do jornal por ele editado, *Pravda*, as suas inclinações ideológicas. Em 1912, organizou o chamado Bloco de Agosto, criado para a luta contra os bolcheviques. Foi nessa ocasião que Lênin o chamou de "o judas Trotski". Durante a guerra imperialista, pertenceu à redação da folha internacionalista dada a lume em Paris *Nache Slovo* (Nossa Palavra). Na conferência de Zimmerwald, em 1915, na qual tomou parte, pertenceu à corrente centrista e não da esquerda. Em 1916, Trotski foi banido da França para a Espanha, por causa da propaganda internacionalista. Preso, contudo, nesse último país e exilado para a América. Em 1917, de volta a Petrograd, uniu-se à organização internacionalista dos *Meshrajonzy*. Junto com esta ingressou na sexta reunião do Partido, no Partido Bolchevique e foi eleito para o comitê central. Depois da conquista do conselho operário de S. Petersburgo pelos bolcheviques, em setembro de 1917, foi eleito seu presidente. Após

a subversão de outubro, foi, primeiro, Comissário do Povo dos Negócios Estrangeiros. Na discussão sobre o tratado de Brest-Litóvsk, foi adversário decidido da paz, defendeu a política "nem guerra, nem paz". Depois da paz de Brest-Litóvsk, foi Comissário do Povo da Guerra e presidente do conselho de guerra revolucionário da República, aliás até 1924. Em 1920-21, fez ver a necessidade da "encampação" dos sindicatos, organizando a sua fração sob esta plataforma. Em 1923, esteve à frente da oposição. Nas *Instruções de Outubro* (1924), empreendeu uma revisão da doutrina leninista do caráter e das forças de impulsão da revolução. De 1926 em diante, foi o chefe da oposição "unida". Foi-se afastando cada vez mais da política e do programa do Partido e do Komintern, contra os quais moveu luta acerbada. Em 1927, Trotski e os trotskistas divulgaram a fábula contra-revolucionária sobre a "degeneração termidoriana" do Partido Comunista, do Governo Soviético e da ditadura do proletariado na URSS. Em novembro de 1927, foi excluído do Partido Comunista (b) da URSS e exilado para Alma Ata. Em 1929, em virtude de atividade anti-soviética, foi banido da União Soviética e

deportado para a Turquia. Mudou-se, depois, para a França, onde viveu até 1934, depois na Noruega até 1936. Daí, seguiu para o México. Foi aí assassinado pelo seu secretário, por motivos particulares, não apurados.

ZINÓVIEV (Gregóri Evseiévitch) — (Radomitski) — (nasceu em 1883). Entrou para o Partido Social-Democrata Russo, em 1901, trabalhando como estudante, em Berna. Uniu-se aos bolcheviques em 1905, ao voltar à Rússia. Eleito membro do Comitê Central, em 1907. Preso e emigrado, em 1908. Regressou em 1917 e acompanhou Kámeniev numa política duvidosa. Em 1918 presidiu o Soviet de Petrogrado. De 1919 a 1926 presidiu o Komintern. Membro do Comitê Central de 1907 a 1927; expulso duas vezes por oposição facciosa, em 1927 e 1932, foi readmitido em 1928 e 1933, mediante retratação. Presidente do Centrosoviús de 1928 a 1930. Em 1924 foi implicado na conspiração que resultou no assassinio de Kírov; pela terceira vez foi expulso do Partido, sendo sentenciado, primeiramente, ao exílio, e, depois, à morte, em 1937.

INFÂMIAS TROTSKISTAS — Se ao proletariado cabe o papel de força revolucionária destinada à destruição do capitalismo; se o proletariado só adquire consciência "para si", isto é, revolucionária, com a teoria e prática revolucionária; se em nenhuma época e em nenhum país o proletariado teve mais facilidades para adquirir teoria e prática revolucionárias que no sistema soviético; não procede e é infame a acusação trotskista e oportunista de que a URSS se desviou da meta revolucionária e, degenerada, se totalitariza. A verdade é que o proletariado soviético de força revolucionária nacional está se transformando rapidamente em força revolucionária internacional. — CIERP.

O Pensamento de Marx



Marx e Engels desenvolveram uma luta cruel e feroz contra tôdas as espécies de oportunismo, contra tôdas as falhas de princípios e contra o método "familiar", "camarário", na política. Não permitiam a dissimulação das divergências teóricas e políticas, e estavam sempre preparados para o combate.

Marx foi um incansável batahador pela revolução proletária. Não foi sem razão que a imprensa burguesa o crismara de "Red Terror Doctor", o "doutor do terror vermelho"...

Marx criou o socialismo científico mediante a negação dialética do socialismo utópico e a elaboração viva da história e da obra revolucionária das massas trabalhadoras de França. A experiência revolucionária das massas é precisamente a fonte fundamental e principal do marxismo.

Para que a classe proletária faça uma revolução para si, é preciso um determinado nível político e de organização, como também uma distribuição especial das forças da classe. (Marx e Engels — *A luta de classes na França.*)

Marx reconhecia muito valor nos socialistas utópicos, não pelo seu utopismo, mas pelo seu socialismo. Considerava-os como precursores do socialismo materialista crítico.

A essência do sistema capitalista está na separação radical do produtor dos meios de produção. (Marx — *O segredo da Acumulação Primitiva* — "in" *A origem do capital* — pág. 10 — Ed. Guafra Ltda.)

A existência das idéias revolucionárias, numa determinada época, pressupõe sempre a existência de uma classe revolucionária. (Marx e Engels — *As idéias Dominantes são as da Classe Dominante.*)

ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Mirski Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) . . Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTAOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRES PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume . . . Cr\$25,00

A MEDICINA NA RÚSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lelio Zeno . . Cr\$25,00

O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscovo Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes . . Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLÍTICA, seleção de P. Y. Nizan . . . Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RÚSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOU, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Grew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RÚSSIA, por Maurício Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Maurício Hindus . . Cr\$25,00

A RÚSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Maurício Hindus Cr\$25,00

A RÚSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong Cr\$30,00

ÁSIA SOVIÉTICA, por Davies & Steiger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RÚSSIA, pelo Patriarca Sergio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig . . Cr\$25,00

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus . . Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Talheimer, H. Harari e L. Ségal . . . Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume . . . Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA... — de Marcel Willard Cr\$25,00

MATERIALISMO E EMPIRO-CRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

AVISO AOS NOSSOS LEITORES

Em face do aumento vertiginoso e incessante dos preços das utilidades, não poderemos fugir, desta vez, à contingência de termos de aumentar o preço de venda e assinaturas desta revista, a partir d'êste número. Com a subida dos preços tipográficos, o encarecimento do papel, a majoração dos salários, dos impostos, etc., não nos restará outra saída, senão aumentar também os preços de *Divulgação Marxista* para Cr\$ 7,00 o número da quinzena; Cr\$ 10,00 os números atrasados; Cr\$ 35,00, Cr\$ 70,00 e Cr\$ 140,00, respectivamente, as assinaturas trimestral, semestral e anual. Os amigos não devem perder de vista, outrossim, o facto de que D.M. não publica matéria paga de qualquer espécie, vivendo exclusivamente do favor dos seus leitores, através da venda avulsa e das assinaturas. Assim sendo, nossos amigos compreenderão facilmente as razões determinantes de nossa deliberação, uma vez que sempre lutamos em prol do maior e melhor texto pelo menor preço.

LIVROS DE GRANDE ATUALIDADE

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, de Max Beer — Neste livro extraordinário, a História da Humanidade não é contada como nos livros clássicos, nos quais os guerreiros são endeusados, os reis exaltados, a pompa, o luxo e as concubinas decantados. É a história do mundo vista por um ângulo diferente: o do esforço titânico das classes trabalhadoras, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias, em busca da justiça social. Dois volumes. Preço de cada um: Nas Livrarias ou pelo Reembolso Postal Cr\$ 25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLÍTICA, de Luis Segal — O autor é catedrático de Economia e Sociologia do Instituto Marx-Engels-Lénin, de Moscou. Seu trabalho é reconhecido como o mais completo e moderno tratado de economia política ora existente, porque estuda de forma profunda todos os antigos e modernos sistemas da organização política e econômica da sociedade até os tempos atuais. Dois volumes. Preço de cada volume: Nas Livrarias ou pelo Reembolso Postal Cr\$ 25,00

A ALMÁ DA QUINTA COLUNA É O INTEGRALISMO

*Editorial CALVINO Limitada — Av. 28 de Setembro, 174
Rio de Janeiro*